

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

EDUARDO NISCHEPOIS SCORSATTO

CONFLITOS, USOS E ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS:
os casos das ocupações por habitação Chácara Bela Vista e Valinhos II
em Passo Fundo, Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE

2022

Eduardo Nischespois Scorsatto

CONFLITOS, USOS E ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS:

os casos das ocupações por habitação Chácara Bela Vista e Valinhos II
em Passo Fundo, Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Área de concentração: Planejamento urbano e regional e os processos sociais.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Orientador: Professor Doutor Aldomar Arnaldo Rückert.

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Scorsatto, Eduardo Nischespois
CONFLITOS, USOS E ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS: os
casos das ocupações por habitação Chácara Bela Vista e
Valinhos II em Passo Fundo, Rio Grande do Sul /
Eduardo Nischespois Scorsatto. -- 2022.
162 f.
Orientador: Aldomar Arnaldo Rückert.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa
de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Território. 2. Atores político-territoriais. 3.
Territorialidade. 4. Habitação. 5. Escalas de poder.
I. Rückert, Aldomar Arnaldo, orient. II. Título.

Eduardo Nischespois Scorsatto

CONFLITOS, USOS E ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS:

os casos das ocupações por habitação Chácara Bela Vista e Valinhos II
em Passo Fundo, Rio Grande do Sul

Banca Examinadora:

Professor Doutor Aldomar Arnaldo Rückert – Orientador e Presidente da Banca
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Doutora Heleniza Ávila Campos – Membro interno
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Doutora Juçara Spinelli – Membro externo
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal da Fronteira Sul

Professora Doutora Carla Portal Vasconcellos – Membro externo
Universidade de Passo Fundo

Doutor Henrique Aniceto Kujawa – Membro externo
Professor Visitante na Università degli Studi di Perugia

À Edivânia e, com ela, às tantas
mulheres que com as próprias vidas,
contra correnteza, se empenham no fazer
cotidiano de um mundo bom e justo.

AGRADECIMENTOS

Embora a política não seja tudo, tudo é político. Um trabalho como este também é político e, por assim ser, é coletivo. Muito embora a dissertação seja o produto da ação-síntese do autor, ela é inapreensível se não for compreendida como uma manifestação dada em um processo muito mais amplo, que começa antes e poderá terminar muito depois do curso de Mestrado. O que está sintetizado aqui são apreensões, compreensões, interpretações e produções provenientes de uma infinidade de experiências, interpelações e interlocuções onde necessariamente o outro, no sentido da alteridade, é imprescindível.

Sempre que se opta por discorrer agradecimentos nominalmente se corre o risco de não dar conta de expressar em palavras o quê e o quanto se sente. Na mesma medida, em que se corre o risco de nunca contemplar tantas pessoas que, direta e indiretamente, são entrelaçadas à marcha da vida e possibilitam a nossa existência como ela é.

Assumindo os riscos gostaria de agradecer: com a maior importância ao meu pai, Marcos José, e à minha mãe, Adriane, por me acompanharem, mesmo nos momentos de dúvida e incompreensão, no desejo de ser quem eu sou. Além de me concederem o dom de ser um filho, também atuam incansavelmente no suporte e no impulso necessários para a realização dos meus sonhos. Especialmente neste momento das nossas vidas, a despeito de toda agrura, mantiveram-se irremediavelmente presentes e, com as condições que tem, fizeram – como sempre – tudo da melhor maneira possível.

Ao agradecer meu pai e minha mãe, o faço também à família mais ampla, especialmente às minhas avós, Zenaide e Neiva, que também são minhas mães e me ensinam muito do amor e do cuidado, e às crianças, mais ou menos novas, Lavínia, Mateus, José Pedro, Benício e Bernardo, que na descoberta que fazem do mundo lançam novo vigor e alegria às nossas vidas. Também de um modo especial quero agradecer o meu avô, Vlademir Agenor, com quem aprendi que a compreensão que podemos lançar sobre o mundo e sobre nós é, antes de tudo,

uma posição inquieta e solidária na direção do outro. Com sorte nesse núcleo familiar e na minha comunidade foi moldado em mim um olhar atento e periférico, que busca comprometer-me com o bom e o justo. Esta pesquisa é atravessada pelo sentimento de querer se somar a um movimento muito maior de enfrentamento das desigualdades sociais históricas e que configuram verdadeiros abismos na sociedade brasileira, e a gênese desse desejo encontra-se naquilo que vivi nessas searas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). E com isso agradeço às professoras e aos professores, às secretárias, bem como às colegas e aos colegas discentes, que se empenham arduamente, a despeito de todo desmonte e de toda precarização, para manter a excelência e o primor dos trabalhos que aqui se produzem. Especialmente quero agradecer às professoras doutoras Luciana Ines Gomes Miron, Ines Martina Lersch, Heleniza Ávila Campos, Clarice Maraschin, Tania Marques Strohaecker (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - POSGEA/UFRGS) e Wrana Maria Panizzi e aos professores doutores Fábio Lúcio Lopes Zampieri e Alex Ferreira Magalhães (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ), de quem diretamente fui aluno e com quem pude aprender enormemente.

À Comissão de Pós-Graduação, gestão 2020 – 2022, coordenada pela Professora Doutora Heleniza Ávila Campos e co-coordenada pela Professora Doutora Livia Teresinha Salomão Piccinini e, especialmente ao Bruno Gallina, com quem pude compartilhar a experiência da Representação Discente que tanto contribuiu para minha compreensão mais ampla do Programa, bem como da Pós-Graduação. Desse processo quero agradecer especialmente pela oportunidade de compor a Comissão do Processo de Autoavaliação do Programa, a de implementação das Ações Afirmativas e a de execução das atividades em comemoração aos 50 anos do PROPUR.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa que contribuiu para a minha permanência no curso de Mestrado.

À Professora Doutora Livia Teresinha Salomão Piccinini por ter aberto as portas do PROPUR e da universidade pública para mim, me acolhendo como

orientando no período de 2020 até 2021. Pela amplitude, profundidade e consistência daquilo que ensina e defende aguerridamente. Por ter sido muito mais do que uma orientadora e me dado o suporte necessário, inclusive para que fizesse a transição de orientação. Sobretudo, pelo que pude aprender nas disciplinas que fiz e por ter me inserido no grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (LEUrb), que é um verdadeiro espaço de produção compartilhada e colaborativa do conhecimento e um ateliê (no sentido daquilo que é cuidadosa e artesanalmente produzido) de relações que ultrapassam a conveniência acadêmica.

Ao professor Doutor Aldomar Arnaldo Rückert que, através da experiência que proporcionou na disciplina ofertada no POSGEA/UFRGS, me apresentou aquilo que se tornou o arcabouço teórico desta pesquisa e que tem ganhado muita importância nos meus estudos. Além disso, por ter apresentado uma perspectiva de continuidade em momentos de incertezas e por ter sustentado a abertura que criou ao me acolher como orientando, de 2021 em diante. Agradeço ainda por ser um orientador, no sentido mais radical da palavra, que indica direções, que na condução desta pesquisa, com maestria, soube lançar questões, interrogar minhas certezas, respeitar meu tempo, acompanhar meu ritmo, aprofundar meu olhar e desafiar meus limites. Soube, sobretudo, me educar para o fazer científico. Ao me acompanhar enquanto “marinheiro de primeira viagem” tem me ensinado sobre os desafios, as ciladas e os perigos do mar e, ainda assim e apesar disso, sem deixar de perceber a importância e beleza de navegar. Sem sombra de dúvidas o que há de bom nessa pesquisa se ancora no exemplo, na rigurosidade e no refinamento daquilo que pude aprender com o meu orientador.

Aos amigos e às amigas, que são tantos e tantos, de diferentes lugares e que se achegaram na minha vida em distintos momentos. Gostaria de expressar um agradecimento profundo e emocionado a todas essas pessoas que eu amo e que me amam incondicionalmente. Desejo agradecer às pessoas que, de colegas de curso, passaram a ser amigas e amigos imprescindíveis: Gabriela de Freitas, Bárbara Rodrigues, Franciele Bonoldi, Vitória Kramer, Cinthia Beatriz Feitosa, Luise Dalla Libera, Carolina Faccin, Luana Pavan Detoni, Nicolas De Giacometti, Alfredo Rossoni Luvison, Douglas Silveira Martini, Gustavo Maciel Gonçalves e Guilherme Dalcin. Com elas e eles aprendo sobre a necessidade de fazer coletivamente, com leveza e seriedade, com carinho e respeito, com empenho e responsabilidade o trabalho científico.

De um modo todo especial agradeço à Giovanna Copetti Goi, ao Alex Borges Garcia e à Kalindy Granella Peruzzo pela amizade profunda, generosa, livre, persistente, afável e alegre que compartilhamos desde o curso de Graduação e que, com o passar do tempo, se renova e fortalece. Com elas e ele eu experimento as alegrias mais genuínas e sinceras. São um suporte e um horizonte, isto é, estão no começo e no fim e são para onde desejo ir nos momentos mais e menos difíceis da vida.

Ao Vinícius dos Santos Miranda, meu amigo, companheiro no sentido daquele que come do mesmo pão, com quem tive a dádiva de morar junto por alguns anos e, desde então, partilhar sempre a vida. Os infindáveis telefonemas são o signo dessa amizade que é um vilarejo de bem querer, zelo, ternura e alegria, onde essas casas vivem a cochichar, umas com as outras, segredos, confissões e desejos. O meu amigo. E também à Laura Hofstater Pilati, a amiga com quem mais convivo pessoalmente e que me resgata sempre, de onde quer que esteja, para uma alegria muito maior. Os nossos encontros, sempre mais dados ao acaso e ao ímpeto do desejo do que aos nossos planejamentos, são um verdadeiro fôlego novo para seguir, quer fosse com o trabalho que resultou nesta dissertação, tanto quanto quer seja com a vida em geral.

Ao Leon Afonso Patrick, meu cúmplice, ao Rezende Bruno de Avelar, Gustavo Ornelas, Márcio Gomes Camacho, Luis Duarte Vieira e Vitor Biral Bazucco que são os amigos de absolutamente todos os dias. Reunidos de vários cantos do Brasil, com eles experimento a ternura de uma experiência comunitária e de um cuidado zeloso e afável. Mesmo com as distâncias geográficas que nos separam, sabemos nos suportar no amor e no respeito, nos acolhendo e cuidando. A materialização de uma rede de apoio e impulso.

À Gabriele Remus Santolin e ao Jean Carlos Demboski, que foram apoios inseparáveis e sem o alento dos quais saberia muito menos do amor e da generosidade. Verdadeira irmã e verdadeiro irmão, estão comigo irrestritamente, mesmo nas ausências e na distância. Sem os cuidados e a atenção que dispensaram comigo não seria possível retomar a vida com o mesmo ânimo. Com ela e ele todas as amigas e todos os amigos que generosamente fazem parte da minha vida através da Pastoral da Juventude e que seria impossível nominar aqui. São pessoas que me ajudam a sustentar o desejo de fazer novas todas as coisas.

Ainda ao Camilo Bordignon, Edson André Cunha Thomassim, Hilário Henrique Dick, Ivanir Antonio Rampon, Geraldo Marcos Labarrere Nascimento e à Silvania Golfetto que, em distintas circunstâncias, souberam me acompanhar e ser sustento. São pessoas amigas, mas também são acompanhantes, referências e suporte. As encontro pontualmente, com espaçamentos, nem sempre compartilhamos das mesmas posições, com algumas delas inclusive cultivo divergências, mas sempre saio diferente e melhor depois de as encontrar.

Enfim, agradeço também a Universidade de Passo Fundo (UPF), nas pessoas da Professora Doutora Carla Portal Vasconcellos, do Arquiteto e Urbanista Mestre Luiz Eduardo Lupatini e do professor Doutor Marcos Antônio Leite Frandoloso pelo suporte que deram a este trabalho, especialmente no que diz respeito ao levantamento fotográfico realizado durante a pesquisa empírica. Ao passo que também estendo o agradecimento às Professoras Doutoras Adriana Gelpi e Rosa Maria Locatelli Kalil, por também terem plantado e sustentado em mim o desejo de mergulhar no campo do Planejamento Urbano e Regional.

Às pessoas que, representando suas instituições e organizações de origem, aceitaram participar das entrevistas que são a base da pesquisa empírica realizada por esta dissertação. Sem elas seria impossível conseguir uma caracterização, com essa qualidade, dos territórios estudados e da territorialidade que os constituem. A generosa contribuição que deram a esse trabalho é incomensurável e, por isso, agradeço imensamente. De modo absolutamente especial agradeço, por fim, com enorme importância às pessoas que compõem as coordenações das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II e que gentilmente aceitaram participar do processo desse estudo, não se furtaram a contribuir com tudo que puderam e, pelo testemunho que dão, me comprometeram ainda mais com esse trabalho e com a luta que emplacam.

Finalizando, certo de que existem muitas outras pessoas que são motivos para agradecer, me cabe recorrer ao que Dom Pedro Casaldáliga afirmou: “No final do caminho me dirão: E tu, viveste? Amaste? E eu, sem dizer nada, abrirei o coração cheio de nomes”.

As cidades e as trocas

A oitenta milhas de distância contra o vento noroeste, atinge-se a cidade de Eufêmia, onde os mercadores de sete nações convergem em todos os solstícios e equinócios.

O barco que ali atraca com uma carga de gengibre e algodão zarpará com a estiva cheia de pistaches e sementes de papoula, e a caravana que acabou de descarregar sacas de noz-moscada e uvas-passas agora enfeixa as albardas para o retorno com rolos de musselina dourada. Mas o que leva a subir os rios e atravessar os desertos para vir até aqui não é apenas o comércio das mesmas mercadorias que se encontram em todos os bazares dentro e fora do império do Grande Khan, espalhadas pelo chão nas mesmas esteiras amarelas, à sombra dos mesmos mosqueiros, oferecidas com os mesmos descontos enganosos. Não é apenas para comprar e vender que se vem a Eufêmia, mas também porque à noite, ao redor das fogueiras em torno do mercado, sentados em sacos ou em barris ou deitados em montes de tapetes, para cada palavra que se diz – como “lobo”, “irmã”, “tesouro escondido”, “batalha”, “sarna”, “amantes” – outros contam uma história de lobos, de irmãs, de tesouros, de sarnas, de amantes, de batalhas. E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados bamboleando no camelo ou no junco, puserem-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado num outro lobo, a irmã numa irmã diferente, a batalha em outras batalhas, ao retornar de Eufêmia, a cidade em que se troca de memórias em todos os solstícios e equinócios.

As cidades invisíveis,

Italo Calvino

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de um processo de pesquisa e aprofundamento das questões territoriais e habitacionais, especificamente no que diz respeito aos atores político-territoriais e aos usos do território. Através de um estudo das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II, em Passo Fundo/RS, foram mapeados os atores implicados com a luta por habitação, em suas múltiplas escalas de poder, a fim de compreender a territorialidade de que se constituem e os seus usos políticos. O recorte temporal engloba os anos 2013 – 2022, isto é, desde o surgimento da ocupação mais antiga até o presente momento, quando se realizou o trabalho de campo. O estudo partiu de uma revisão bibliográfica que resgatou autores de diferentes campos do conhecimento e com eles produziu sua base de sustentação. A continuidade se deu com uma pesquisa empírica que, através de entrevistas com atores implicados com as duas ocupações, estruturou uma interpretação do objeto de estudo, bem como possibilitou a apreensão dos dados necessários para o mapeamento por escalas de poder. Os atores mapeados, por sua vez, foram agrupados por segmentos, que são: Estado, Sociedade civil e privados. As escalas geográficas foram tomadas como uma abordagem metodológica capaz de captar e compreender, através da separação do todo em partes, as questões que a pesquisa se propôs tratar. Por fim, a tabulação dos dados apresenta notas críticas a respeito da territorialidade instituída. Os resultados obtidos apresentam uma quantidade expressiva de atores, provenientes dos três agrupamentos predefinidos, e situados nas distintas escalas de poder adotadas: local, regional, nacional e internacional. Pôde-se compreender, ainda, arranjos e a dimensão multidimensional do poder das relações da territorialidade em questão. Conclui-se que os atores político-territoriais implicados com os territórios estudados estabelecem ações de distintas ordens e sinergicamente atuam de modo a manterem pulsante a face vivida do poder.

Palavras-chave: território; atores político-territoriais; territorialidade; habitação; ocupações urbanas; movimentos sociais; escalas de poder.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a process of research and deepening of territorial and housing issues, specifically with regard to political-territorial actors and territorial uses. Through a study of the Chácara Bela Vista and Valinhos II occupations, in Passo Fundo/RS, it was mapped which are the actors involved in the struggle for housing, in their multiple scales of power, in order to understand the territoriality of which they are constituted and their political uses. The time frame encompasses the years 2013 - 2022, that is, from the appearance of the Valinhos II occupation until the present moment, when the fieldwork was carried out. The research started with a bibliographic review that rescued authors from different fields of knowledge and with them produced its support base. This was followed by an empirical research that, through interviews with actors involved in the two occupations, structured an interpretation of the object of study, and made it possible to apprehend the data needed for the mapping by scales of power. The actors mapped, in turn, were grouped by segments, which are: State, Civil Society, and private. The geographical scales were taken as a methodological approach capable of capturing and understanding, through the separation of the whole into parts, the issues that the research proposed to address. Finally, the tabulation of the data presents critical notes regarding the instituted territoriality. The results obtained present an expressive quantity of actors, coming from the three predefined groupings, and situated in the distinct scales of power adopted: local, regional, national, and international. It is also possible to understand the arrangements and the multidimensional dimension of power in the relations of the territoriality in question. In conclusion that the political-territorial actors involved with the territories studied establish actions of different orders and act synergistically in order to keep alive the lived face of power.

Keywords: territory; political-territorial actors; territoriality; housing; urban occupations; social movements; scales of power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Rio Grande do Sul: localização do município de Passo Fundo.	61
Figura 02: Conselho Regional de Desenvolvimento: Municípios que compõem a região Produção.	66
Figura 03: Passo Fundo: Região de influência da capital regional B.	67
Figura 04: Passo Fundo: Centralidades nos deslocamentos para cursos superiores.	68
Figura 05: Passo Fundo: Deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade.	69
Figura 06: Passo Fundo: Deslocamentos para serviços de saúde de alta complexidade.	69
Figura 07: Passo Fundo: Origem dos insumos para produção agropecuária.	70
Figura 08: Passo Fundo: Limites das zonas urbana e rural por setores censitários.	71
Figura 09: Passo Fundo: Distribuição espacial da renda e localização das ocupações estudadas.	75
Figura 10: Passo Fundo: Mapa da ocupação Chácara Bela Vista.	77
Figura 11: Ocupação Bela Vista: Exemplos de deliberações e auto organização.	78
Figura 12: Ocupação Bela Vista: Avanço das edificações sob o recuo frontal do lote.	79
Figura 13: Vista aérea da ocupação Chácara Bela Vista em destaque à Rua Princesa Isabel.	80
Figura 14: Passo Fundo: Mapa da ocupação Valinhos II.	81
Figura 15: Ocupação Valinhos II: Edificações alocadas na APP.	82
Figura 16: Ocupação Valinhos II: Sede comunitária.	83
Figura 17: Vista aérea da ocupação Valinhos II.	84
Figura 18: Organograma dos atores político-territoriais.	115
Gráfico 01: Distribuição dos atores político-territoriais na escala local.	121
Gráfico 02: Distribuição dos atores político-territoriais na escala regional.	123
Gráfico 03: Distribuição dos atores político-territoriais na escala nacional.	124
Gráfico 04: Distribuição dos atores político-territoriais na escala internacional.	125
Gráfico 05: Distribuição dos atores do Estado por escalas de poder.	126
Gráfico 06: Distribuição dos atores da Sociedade civil por escalas de poder.	127
Gráfico 07: Distribuição dos atores privados por escalas de poder.	128

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 01 Síntese de conceitos, autores e autoras.	53
Quadro 02: Relação de atores político-territoriais entrevistados durante o trabalho de campo.	86
Tabela 01: Relação quantitativa dos atores político-territoriais mapeados por escalas de poder.	109
Quadro 03: Relação dos atores político-territoriais mapeados por escalas de poder.	109
Quadro 04: Relação dos atores político-territoriais com base no código do organograma.	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISA	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
GAMOP	Grupo de Apoio a Movimento e Organizações Populares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
LABETER fronteiras	Grupo de Pesquisa Laboratório Estado e Território - Gestão, regiões e fronteiras
LEUrb	Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NADUC	Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano e Comunitário
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PROPUR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
REGIC	Região de Influência das Cidades
RF	Região Funcional
TdL	Teologia da Libertação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
UPF	Universidade de Passo Fundo
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEU	Zona de Uso Especial
ZPNM	Zona de Proteção de Mata Nativa
ZPRH	Zona de Proteção de Recursos Hídricos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. CONFLITOS TERRITORIAIS: REFERENCIAIS TEÓRICOS	27
1.1. Território, territorialidade e usos políticos do território	27
1.2. Atores político-territoriais	33
1.3. Estado, sociedade civil e atores privados	41
1.4. Escalas de poder	50
2. AS QUESTÕES TERRITORIAIS E HABITACIONAIS	54
2.1. O processo de urbanização e a questão habitacional brasileira	54
2.2. Passo Fundo: processo geo-histórico, aspectos socioeconômicos e espaciais	60
2.3. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia	71
2.4. A ocupação Chácara Bela Vista	76
2.5. A ocupação Valinhos II	81
3. OS ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS, OS USOS POLÍTICOS DO TERRITÓRIO E AS ESCALAS DE PODER	86
3.1. O mapeamento dos atores político-territoriais	86
3.2. Os atores político-territoriais e as escalas de poder: percepções a partir da pesquisa empírica	87
3.2.1. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Passo Fundo	88
3.2.2. A presença do Estado nas ocupações	92
3.2.3. As relações da Sociedade civil com as ocupações	95
3.2.4. Os impactos da pandemia da COVID-19 nas ocupações	102
3.2.5. A interseccionalidade das lutas urbanas	104
3.2.6. Perspectivas de futuro para as e das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II	105
3.3. Os atores político-territoriais e as escalas de poder: o mapeamento	108
3.4. O território, a territorialidade e os atores político-territoriais	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos/às habitantes nas ocupações	142
APÊNDICE B – Questionário aplicado aos/às não habitantes nas ocupações	143
APÊNDICE C – Fotografias da ocupação Chácara Bela Vista	144
APÊNDICE D – Fotografias da ocupação Valinhos II	152

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa foi desenvolvida na área de concentração 'Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais', na linha de pesquisa 'Planejamento e Espaço Urbano e Regional'. Inicialmente, sob orientação da Professora Doutora Livia Terezinha Salomão Piccinini e inserido no Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (LEUrb). Posteriormente, com a redefinição do projeto de pesquisa, sob a orientação do Professor Doutor Aldomar Arnaldo Rückert e inserido no Grupo de Pesquisa Laboratório Estado e Território - Gestão, regiões e fronteiras (LABETER).

Aquele projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo do curso de Mestrado para o ingresso em 2020 praticamente foi todo redefinido. As questões que mobilizaram o início do percurso circundavam a produção do espaço sob a racionalidade neoliberal e a segregação socioespacial, implicadas com a relação cidade e ferrovia, dadas as condições de habitabilidade das populações "Beira-Trilhos"¹, em Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul. Tal temática foi recorrente desde as experiências como bolsista de extensão e pesquisa em projetos que tratavam do território em questão, durante a Graduação. Entretanto, o agravamento das condições sanitárias provocado pela pandemia da COVID-19 inviabilizou a coleta de dados prevista para o desenvolvimento daquela pesquisa, sem a qual, dada a escassez de informações cientificamente validadas e atualizadas, o trabalho ficou impossibilitado.

¹ Tal nomenclatura é consolidada entre autores que publicam a respeito da situação de centenas de famílias que vivem em assentamentos precários dentro, e nas proximidades, da faixa de domínio das ferrovias que permeiam a malha urbana de Passo Fundo.

Portanto, o projeto de pesquisa qualificado e ora apresentado como dissertação é resultado do percurso percorrido no Mestrado no PROPUR/UFRGS². Sendo assim, o trabalho versa sobre ocupações urbanas, especificamente a respeito dos atores político-territoriais, dos usos do território e das escalas de poder. Isso se insere dentro de um encadeamento de complexidades sobrepostas que é a questão habitacional e dos usos territoriais no Brasil. Daquele projeto inicial manteve-se parcialmente o problema da pesquisa, que segue tratando da questão habitacional e das ocupações, e o campo empírico do trabalho, que permanece sendo, na escala local, o espaço intra-urbano de Passo Fundo, fundamentalmente as ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II.

Em síntese, a pesquisa toma como conceito de território a definição dada a partir de Raffestin (1993), onde ele está concebido como o produto dos atores, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. Tendo isso presente e a compreensão de que por atores político-territoriais entendem-se todos aqueles indivíduos ou estruturas que elaboram, expressam e traduzem, em atos, as suas intenções, o estudo se dá imbuído das seguintes questões: quais são os atores político-territoriais implicados com a questão da habitação nas ocupações urbanas em Passo Fundo? Em quais níveis da escala de poder os atores estão situados? Qual é a implicação dos atores agrupados em Estado, Sociedade Civil e privados em cada uma das escalas de poder? Quais os usos políticos instituídos pelos atores nos territórios estudados?

Rückert (1981), ao tratar das pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul, apresentou que o modo de produção agrícola regional operou fundamentalmente como uma condicionante da transformação da estrutura e da forma dos assentamentos urbanos. Do ponto de vista dos pressupostos, esta dissertação toma duas das cinco elaborações levantadas por esse estudo, de modo a contrapor aquele contexto com o atual e produzir uma forma de encadeamento com aquela interpretação. O primeiro antecedente adotado discorre a respeito da formação urbana e da constituição dos campos de poder e conflito pelo acesso à terra na região de Passo Fundo. Expressamente o que o estudo previu está sintetizado da seguinte maneira:

² De modo algum aqui desconsidero as experiências de intercâmbio que pude realizar em outros programas e instituições. Tão somente está assim descrito porque compreendo tais experiências como parte do processo que fiz no programa e na instituição onde desenvolvo minha pesquisa.

A transferência da acumulação de capital gerado na agricultura, pelos grandes proprietários agrícolas, para as cidades, passa a tornar-se visível no mercado imobiliário urbano. (Os grandes proprietários agrícolas são aqui, aqueles que passaram a aglutinar terras). O número de empresas imobiliárias tem crescido vertiginosamente, loteando terras agrícolas nas franjas urbanas, expandindo os limites das cidades, com a conivência das administrações públicas. É aí também que as cidades coloniais passam a expandir-se rápida e desordenadamente, num contexto administrativo que dificilmente consegue oferecer serviços de infra-estrutura (água, luz, esgotos, pavimentação, etc) satisfatórios aos futuros loteamentos, distantes do centro geométrico e administrativo das cidades. (RÜCKERT, 1981, p. 29).

Já o segundo pressuposto trata das condições de habitabilidade e acesso à habitação por parte dos pobres, considerando as metamorfoses do território que desencadeiam na constituição de ocupações periféricas do solo urbano. Ao que consta:

Os cinturões de pobreza vem crescendo, igualmente, a um ritmo vertiginoso, abrigando a ex-proprietários de pequenos lotes agrícolas, ex-trabalhadores braçais da agricultura, desempregados, biscateiros (inclusive bóias-frias), trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, etc. Os espaços urbanos tomados pelas vilas periféricas, aumentando, contribuem para o "inchamento" dos perímetros urbanos. Estas vilas ocupam sítios insalubres, muitas vezes próximos a riachos de esgotos urbanos e em terrenos com aclives acentuados. Além das habitações, invariavelmente de má qualidade e precárias, os serviços urbanos básicos (inclua-se aqui o problema da falta de escolas) não atingem a estas vilas. (RÜCKERT, 1981, p. 29).

O objetivo deste estudo é, em termos gerais, mapear os atores político-territoriais implicados com a luta pela habitação nas ocupações urbanas em Passo Fundo, em suas múltiplas escalas de poder, a fim de compreender a territorialidade de que, relacionalmente, se constituem e seus usos políticos. Já em termos de objetivos específicos se quer: compreender as possíveis manifestações territoriais dessas duas ocupações; verificar os registros de territorialidade e quais são as suas principais características; mapear os atores político-territoriais em suas escalas de poder; e agrupar os atores mapeados por segmentos, sendo eles: Estado, Sociedade Civil e atores privados.

A justificativa para a pesquisa encontra respaldo ao apresentar uma classificação de atores político-territoriais e com isso se tornar relevante na sua área, do Planejamento Urbano e Regional, por trazer à vista atores do Estado, da Sociedade Civil e privados engendrados em uma ação que constitui o território das

ocupações urbanas estudadas. A partir disso, compreendendo quem são esses atores, a que agrupamento se referem e em quais escalas se situam, se busca explicitar as territorialidades e os usos políticos do território instituídos por eles. Além disso, a pesquisa oferece uma contribuição à problemática em que se insere, da luta por habitação e, em um aspecto mais vasto, da luta pelo direito à cidade, em uma cidade média – isso ao considerar que os estudos sobre essa classificação de cidades médias são mais contemporâneos com relação aos estudos sobre regiões metropolitanas, por exemplo.

Este estudo se faz relevante também ao tratar de um problema de dimensões globais que, neste caso, se materializa na escala local. Os assentamentos precários se multiplicam com uma velocidade ascendente na era da financeirização da habitação. A precarização da cidade, da habitabilidade e da vida é um significativo repetido reiteradamente nos países periféricos do sistema capitalista neoliberal e diz respeito a um descompasso programado e lucrativo entre a produção habitacional e as reais necessidades das populações de baixa renda.

A investigação toma como recorte espacial áreas de uma cidade média brasileira que desempenha funções de sustentação ao agronegócio e é referência em serviços e instalações de saúde, educação e comércios. O município de Passo Fundo está situado na Região Funcional de Planejamento 09, ao norte do Rio Grande do Sul e é a sede da Região da Produção, do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)³. Especificamente o recorte espacial deste estudo são duas ocupações com certo grau de vinculação ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia e situadas em áreas periféricas urbanas de Passo Fundo, a Chácara Bela Vista e a Valinhos II. Já no que diz respeito ao recorte temporal da pesquisa, se trata do intervalo de tempo entre o ano de 2013 até 2022. O primeiro ano do recorte temporal se refere ao surgimento da ocupação, entre as estudadas, mais antigas: a Valinhos II.

A abordagem teórica utilizada nesta dissertação se lança, através do campo do Planejamento Urbano e Regional, ao encontro de outros campos do conhecimento. No decorrer do trabalho se cruzam referenciais teóricos que transitam pela Geografia Política, Filosofia, Economia e Sociologia. Recorrendo a clássicos da Geografia Política se apresentam os conceitos de território,

³ Classificação adotada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com base em critérios de homogeneidade econômica, social e ambiental.

territorialidade, usos territoriais, atores político-territoriais e escalas de poder. No campo da filosofia se elucidam concepções de Estado e Sociedade Civil, já no da sociologia definições de movimentos sociais, instituições e organizações. Para a apresentação do problema de pesquisa, autoras e autores do Planejamento Urbano e Regional são associados a outras e outros intérpretes da realidade brasileira, provenientes da economia, da geografia e da sociologia.

No que concerne às técnicas de pesquisa, o trabalho recorre às escalas geográficas como uma abordagem metodológica capaz de captar e compreender, através da separação do todo em partes, as questões que a pesquisa se propõe tratar. Ao que consta em Marconi e Lakatos (2021) o método indutivo (que é adotado aqui como uma abordagem explicativa), trata da busca de interpretações gerais a partir de casos de pesquisa.

Conforme apresenta Rückert (2021), apesar do método indutivo ser uma abordagem explicativa geral para casos distintos, as escalas geográficas estabelecem relações com ele ao apontar que, para delimitar e analisar áreas de pesquisas específicas, não é mais possível afirmar que elas se expliquem em si mesmas, pois elas contêm múltiplas relações políticas e econômicas internas e externas. Diferentes escalas podem revelar atores com interesses diversos e que podem mesmo se opor a outras escalas, o que pode indicar que a escolha delas, a priori, tende a caracterizar cenários complexos e mesmo plenos de conflitos.

Os procedimentos fundamentais do método indutivo são: I) a observação dos fenômenos; II) a descoberta da relação entre eles; e III) a generalização da relação. "Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam" (MARCONI; LAKATOS, 1995, p. 47). A interpretação de um contexto territorial pode acontecer pela tomada de um processo que, partindo de dados particulares, constatados, lança uma verdade geral ou universal, não contida nas parcelas examinadas. Sendo assim, as escalas geográficas são um recurso para assimilar o sentido e a visibilidade dos fenômenos numa perspectiva espacial. Ao que segue, conforme Rückert e Rambo (2010).

[...] a análise escalar constitui um método não dicotômico de apreensão da realidade. O método leva em consideração elementos ou atores distintos, mas imbricados, que empregam novos usos políticos e econômicos do território. Cada ator possui sua territorialidade, e o recurso das escalas recupera a importância dos atores relegados a posições coadjuvantes nas

análises centradas no marco estatal, atribuindo relevância a várias dimensões que, interconectadas, influenciam na dinâmica territorial.

Segundo Castro (2018), a escala, como uma estratégia de representação e apreensão da realidade, define o campo empírico da pesquisa de investigação e de análise. O que, pela escolha de diferentes espaços de conceitualização, implica em não privilegiar unicamente um nível de análise. Portanto, cada nível, como fragmento do todo, é uma abstração onde se explicita um determinado aspecto que compõem o todo. Almeja-se, assim, responder ao objetivo geral da pesquisa, apresentando um mapeamento – em forma de organograma – onde estão distribuídos os atores político-territoriais, identificados através de entrevistas durante o trabalho de campo, situados nas suas respectivas escalas de poder.

Ainda em termos dos procedimentos metodológicos, ao primeiro momento coube um aprofundamento, através de revisões bibliográficas, dos temas gerais da pesquisa. Neste sentido as disciplinas cursadas contribuíram para um estado da arte amplo e diversificado, que considera as várias abordagens do Planejamento Urbano e Regional. O plano de leituras também colaborou enormemente para a delimitação do tema, precisão do objeto, elaboração dos objetivos, definição do caso do estudo e estruturação da dissertação. Através da revisão bibliográfica foi possível ainda lançar as delimitações do trabalho e demarcar até onde se avançaria ao longo do curso de Mestrado.

A seguir, com o projeto de pesquisa qualificado, o segundo procedimento tratou da estruturação da coleta de dados no trabalho de campo. Levando em consideração os conhecimentos prévios acumulados referentes às ocupações urbanas de Passo Fundo, especificamente dessas duas estudadas, se construíram dois questionários com o objetivo de coletar dados suficientemente consistentes para apreender quem são os atores político-territoriais implicados com a ocupação Chácara Bela Vista e Valinhos II e em quais escalas eles se situam. O questionário aos/às entrevistados/as habitantes das ocupações (Apêndice A) e o questionário aos/às entrevistados/as não habitantes das ocupações (Apêndice B) foram previamente testados e revisados para serem efetivos ao que se propuseram.

Durante a pesquisa empírica se usou da seguinte estratégia para definir quais organizações e instituições seriam entrevistadas: inicialmente uma organização sabidamente vinculada às duas ocupações respondeu o questionário piloto e apresentou uma rede de atores de que tinha conhecimento. A partir de então, todos

os atores mencionados nessa primeira entrevista, e situados na escala local, passaram a ser entrevistados. O critério de entrevistar somente atores da escala local considerou os recursos disponíveis para o trabalho de campo.

A continuidade das entrevistas – a partir do primeiro ator entrevistado – adotou um outro critério: os atores precisavam ser mencionados por, no mínimo, outros três para que fossem entrevistados. Assim se fez a fim de filtrar os que são tidos como mais presentes dentro da rede de atores, mas também tendo em vista os recursos pessoais e temporais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Dos atores mencionados e que atendiam a esses critérios (escala local e mínimo de três menções), somente dois não puderam responder ao questionário – um por impossibilidade de ordem pessoal e outro por ausência de resposta às tentativas de contato. O ciclo de entrevistas se encerrou no momento em que os atores passaram a mencionar outros que já haviam sido entrevistados. Um dado interessante é que, tendo presente esses critérios, o ator entrevistado no primeiro momento, ainda com o questionário piloto, foi também o penúltimo entrevistado seguindo a ordem de menções.

Diante do exposto, a partir da pesquisa empírica, o procedimento metodológico se deu em três movimentos: I. transcrição das entrevistas, análise e interpretação dos dados nelas contidos; II. a partir da aproximação inicial, uma nova sistematização, tabulação e interpretação dos dados coletados; e III. produção do organograma com os atores mapeados por escalas de poder. Para a organização dos atores serão tomadas três categorias: Estado, Sociedade civil e atores privados. Isso para que seja possível explicitar a diversidade da natureza dos atores implicados com as ocupações. Bem como, em termos de escalas, se adotarão o município de Passo Fundo como a escala local, o estado do Rio Grande do Sul como a escala regional, o Brasil como a escala nacional e, obviamente, os demais países como a escala internacional. Essa delimitação das escalas busca evidenciar como os processos se dão em diferentes substratos da estrutura geopolítica do poder, isto é, evidenciando a interesalaridade, ou ainda, a multiesalaridade.

Mirando o desenvolvimento das discussões pretendidas a estrutura da dissertação está dividida em três capítulos, aos quais se somam esse texto introdutório e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta e intersecciona os fundamentos teóricos do estudo. Na continuidade, o segundo trata inicialmente do problema da pesquisa em uma escala mais ampla e, com isso, dá início a

caracterização da área de estudo. E, por fim, ao terceiro capítulo coube apresentar os resultados da pesquisa e as interpretações provenientes deles. As considerações finais buscam apresentar elementos conclusivos do estudo, resultados, bem como confrontá-lo com os objetivos a que se propôs e apontar lacunas e perspectivas para a continuidade da pesquisa.

1. CONFLITOS TERRITORIAIS: REFERENCIAIS TEÓRICOS

Este primeiro capítulo da dissertação se detém a transitar entre os referenciais teóricos que fundamentam o estudo. O objetivo principal é justamente desenvolver o arcabouço de sustentação da pesquisa, perpassando conceitos-chave do trabalho, seus desdobramentos e suas interrelações.

Interseccionando campos do conhecimento o presente trabalho se lança, associando-se a autores clássicos e contemporâneos, entre produções que tratam de território e poder, territorialidade e usos políticos do território (RAFFESTIN, 1993; BECKER, 1983; SACK, 1986); atores político-territoriais (ROSIÈRE, 2007); Estado e Sociedade civil (BOBBIO, 2016; 2020); instituições e organizações (SCOTT, 1995); movimentos sociais (GOHN, 2014); e ainda, escalas de poder (CASTRO, 2018; RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983). O texto preserva a intenção de, sempre que possível, apresentar a interseccionalidade existente entre os conceitos que, de tal modo, são entrelaçados a ponto de tornarem-se mutuamente dependentes.

1.1. Território, territorialidade e usos políticos do território

A obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, *Politische Geographie* (1897), é consolidada entre os pesquisadores da área como fundadora dos estudos em Geografia Política. Em termos gerais ele se situa entre uma corrente do pensamento naturalista e outra do pensamento sociológico e, com a clássica publicação, lança uma série de conceitos, mais ou menos difundidos, que são a base para as investigações desse campo do conhecimento. Seus estudos são amplos e no decorrer da história foram acessados com intensidades distintas. Considerando a que este texto se propõe, não se fará aqui um vasto resgate histórico-epistemológico dos conceitos que serão abordados. Ao se iniciar um trânsito entre teóricos da Geografia Política convém minimamente situar o que se apreende do campo com o qual o trabalho estabelece interlocuções.

Em termos gerais Ratzel (1897) trata de um único conceito, o de Estado, e dele deriva, direta ou indiretamente, inúmeras categorias de análise. Pode-se dizer que a Geografia Política ratzeliana é uma geografia do Estado na medida em que trata de um Estado todo-poderoso. Em tal interpretação só havia o poder do Estado, uma geografia política unidimensional. Entretanto, a escola alemã fundada com

Ratzel, anos depois, se defrontou com outras derivações – concordantes e discordantes – daquelas elaborações teóricas iniciais, vindas da escola francesa, bem como da inglesa, da italiana e da americana. Na posteridade da Segunda Guerra Mundial, com a sua obra de 1952, Jean Gottmann, geógrafo francês, foi quem retomou os estudos sobre a Geografia Política e obteve maior receptividade entre os historiadores e especialistas em política, muito embora não se possa afirmar o mesmo entre os seus pares, os geógrafos.

Coube expressar isso para tratar de território, o primeiro conceito da pesquisa, dada a proveniência dele estar associada àqueles estudos iniciados por Ratzel e, em alguma medida, recuperados por Gottmann. Ao que se segue é importante destacar, primeiramente, que território não se trata de um sinônimo ou de algo equivalente a espaço. É fundamental compreender que o espaço o precede, é anterior e preexistente a qualquer ação. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Diante disso, por espaço compreende-se o que Raffestin classifica como algo dado, como se fosse uma matéria-prima. O espaço passa a ser um território na medida em que um ator se apropria dele. “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território é a arena de conflitos, é a esfera das disputas de poder, ou melhor, de poderes.

Anterior à Raffestin (1993)⁴ Gottmann havia apresentado seu texto “*The evolution of the concept of territory*”, onde afirma que a composição de um território é dada pela ação humana. “[...] sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político.” (1975, p. 29). Ao considerar um aspecto comum entre os autores, o de que são as ações dos atores que territorializam o espaço, logo o território é, por assim dizer, um objeto relacional, de ordem política. “Território é um conceito político e geográfico porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos.” (GOTTMANN, 1975, p. 32).

Sinteticamente pode-se ponderar que o território é aqui concebido como um espaço vivido, relacional e político, que se manifesta no campo de múltiplos

⁴ Originalmente publicada em Paris, 1980, sob o título “*Pour une géographie du pouvoir*”.

poderes, pela *práxis* de atores que, dado o contexto, são político-territoriais. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ao afirmar que os poderes são múltiplos, se quer justamente esclarecer que a pesquisa trabalha com a compreensão de que o Estado, em Ratzel compreendido como uma espécie de *suprassumo* do poder, aqui é tomado como um ator⁵ inserido no campo de conflitos e disputa pelo poder. O Estado que, na análise unidimensional do poder, exercia papel privilegiado enquanto ator territorial passa a ceder espaço para uma análise multidimensional. Os desdobramentos disso é que o Estado permanece maior, mas não a única organização ou instituição a compor os territórios e a propor usos políticos para ele.

A multidimensionalidade do poder (RAFFESTIN, 1993; BECKER, 1983) é conceitualizada na perspectiva de que diferentes atores são produtores dos espaços, constroem e/ou destroem o território pela prática de poderes estratégicos, enfim, em atos identificados com uma ação capaz de imprimir novos usos políticos aos territórios.

Logo, convém um percurso pela definição de poder da qual o estudo se vale. Recorrendo ao exercício de “análise do poder” produzido por Foucault em 1976, quer-se expressar a compreensão que o autor defende, sendo ela aquela que tem o desejo de superar as representações jurídicas. O autor não assume como poder “um sistema geral de dominação exercido por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro.” (FOUCAULT, 1988, p. 87). Portanto, em Foucault, o poder não é um conjunto de aparatos garantidores da sujeição a um Estado e também não se trata de um modo de sujeição em forma de regulamentação.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 87-88).

⁵ Obviamente que o Estado, dadas as suas especificidades, não é um ator como qualquer outro, mas o que se pretende destacar aqui é a multidimensionalidade do poder em disputa por atores que são também múltiplos e distintos.

Numa busca pela delimitação Foucault (1988) lança um conjunto de proposições que, embora não demarquem uma definição precisa, apontam traços gerais sobre o que ele compreende por poder, que são: I. o poder não é algo que se pode adquirir, guardar ou deixar escapar, mas ele se exerce a partir de inúmeros pontos e de forma relacional entre mobilidades e desigualdades; II. as relações de poder não são externas às outras relações (econômicas, intelectuais, sexuais), mas lhe são imanentes; III. o poder vem de baixo, ou seja, não há uma dualidade que repercute de alto a baixo numa posição binária e global entre dominadores e dominados; IV. as relações de poder são, simultaneamente, intencionais e não subjetivas, isto é, não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos; V. a resistência nunca se encontra numa relação de exterioridade ao poder, ou seja, lá onde há poder há resistência.

Os mecanismos de poder podem ser assimilados no campo das correlações de força. Ao que cabe complementar recorrendo à filósofa alemã, Hannah Arendt “o poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força.” (2007, p. 212) Por sua vez, a força sim “é a quantidade natural de um indivíduo isolado, [enquanto] o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos e desaparece no instante que eles se dispersam.” (2007, p. 212).

Regressando para a análise relacional do poder, ao se focalizar na questão espacial, o território reassume sua importância, não mais unicamente como espaço do Estado-Nação, mas dos diferentes atores. “O território é um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social.” (BECKER, 1983, p. 8). Sendo assim, se o território é o espaço vivido e se dá pela ação de atores numa dada relação de poder assimétrica, dentro de uma arena de conflitos e disputas, essa ação se denomina territorialidade. Com isso, a territorialidade pode ser compreendida como “[...] um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores.” (BECKER, 1983, p. 8). A territorialidade é, por assim dizer, o consumo do território e a face vivida do poder.

Para Raffestin a territorialidade “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.” (1993, p. 158). O que acontece é que o processo

territorial e o produto territorial são vividos simultaneamente através de uma dimensão relacional de poder.

Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação.

O que se expressa aqui é justamente a dimensão relacional que é intrínseca à territorialidade. Ela, por assim dizer, congrega a dimensão da intencionalidade expressando-a em relações de poder que constituem o território. Por outro lado também ela é constituída por relações.

As relações que a constituem [a territorialidade] podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 160-161).

Portanto, a territorialidade se constitui das relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. Mesmo que numa configuração diferenciada, a territorialidade é sempre uma relação com os outros atores, isto é, tudo se congrega na relação concebida como processo dentro do campo dos conflitos e das disputas de poder. Para Raffestin (1993) a territorialidade submerge da interação entre os atores político-territoriais que almejam modificar as relações. Em alguma medida a territorialidade como que constitui a apropriação dos atores sobre seus territórios. Enfim, a territorialidade “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Ainda um outro autor indispensável para discutir territorialidade é Robert Sack. Para tal, ela implica na tentativa de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar ações de outro indivíduo, ou grupo. Sack (1986) define territorialidade como a tentativa que busca, de alguma maneira, estabelecer relações (de afeto, influência, controle) sobre outros indivíduos, grupos, fenômenos ou relacionamentos no desejo

de delimitar e (re)afirmar o controle sobre um território. Trata-se, por territorialidade, de uma estratégia que visa estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações e que pode ser manifestada de vários modos, dentre eles, em medidas temporais, de direitos, força, poder e cultura.

Diante do exposto, tendo tratado até aqui de território, poder e territorialidade, em outras palavras, do espaço vivido em disputas e conflitos no campo do poder onde se exerce uma ação político-territorial, se buscará apresentar na continuidade o que tais ações produzem no território. O conjunto de processos e dinâmicas, de ações e estratégias dos atores político-territoriais em cenários multiescalares é o que se denomina como usos políticos do território. São projeções de poder e controle do território na direção do poder multidimensional em diferentes escalas territoriais de poder. Aqui está o território usado, a face vivida do poder.

Como foi tratado anteriormente, com a democratização do Estado novas identidades passam a compor o território como atores político-territoriais e, dessa recomposição, vem a multiescalaridade. Não sendo mais o Estado o único detentor de todo o poder, as representações territoriais dos atores se relacionam a territórios multiescalares, muito embora, sem se delimitarem unicamente com uma das escalas. São as próprias dinâmicas territoriais, imbuídas de forças multidimensionais que atuam de modos diferentes sobre diversos territórios sinergicamente. De acordo com Becker (1983) a flexibilização do Estado é uma mostra do surgimento de novos usos políticos do território. O que, por sua vez, manifesta a importância da categoria usos políticos do território na análise de ações dos múltiplos atores em cenários multiescalares e com repercussões nas dinâmicas territoriais. A democratização abre vias de mobilidade por onde outros atores passam a inferir suas estratégias e ações nos conflitos de disputa do poder. Reconhecer o poder entrecruzado ao território quer dizer relacioná-lo à capacidade que os atores possuem para implantar nele novas políticas, quer sejam, econômicas, tecnológicas, sociais e/ou ambientais, com impacto estratégico no próprio território.

Assim sendo, se passará a um outro conceito, para o qual essa discussão tratada acima é elementar, que buscará justamente precisar uma compreensão a respeito de como se assimilam os produtores que fazem do espaço, através da territorialidade que produzem, o território.

1.2. Atores político-territoriais

Raffestin (1993), ao conceituar território afirma que esse se trata de uma representação espacial, isto é, a imagem desejada. A ideia de representação, vale mencionar, Raffestin resgata de Henri Lefebvre em *'La Production de l'Espace'*, de 1974. No entanto, interessa aqui destacar que ao tratar do território, e por conseguinte da territorialidade, Raffestin aborda a questão que denomina de sistema territorial. Para ele, esse sistema se constitui “a partir de uma representação [na qual], os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes.” (1993, p. 150). O autor defende que o sistema é tanto um meio (denota um território), como um fim (conota uma ideologia da organização). E que, sendo assim, toda a organização territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. “Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores.” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Em outras palavras, o autor concebe o sistema territorial como um conjunto de malhas, nós e redes dado pela ação dos atores. Entretanto, aqui nos interessa que Raffestin (1993) associa o ator a nodosidade (para ele os pontos simbolizam a posição dos atores), e com isso, define: “O ponto é, de certa forma, a expressão de todo ego, individual ou coletivo. Locais de poderes, mas também locais de referência, cuja posição se determina de uma forma absoluta ou de uma forma relativa.” (1993, p. 156). Ao que segue explicitando o modo como concebe a criação das redes ele afirma que os atores não se opõem, ao contrário, agem e buscam a manutenção das suas relações, a seguridade das funções, a influência, o controle, a interdição, a permissão, o distanciamento ou a aproximação mútuos.

Mais do que aprofundar a concepção de sistema territorial exposta por Claude Raffestin, é oportuno captar a essência do que ele afirma a respeito daquilo que é a centralidade desse subcapítulo: os atores político-territoriais. Compreende-se por atores os sujeitos da ação, ou seja, o equivalente ao sujeito de uma oração verbal. Os atores, que pelas relações em que estabelecem interlocuções compõem os territórios, são manifestações do poder na multiplicidade de correlações de forças. Em síntese, os atores, por assim dizer, são o ‘corpo’ da ação, os sujeitos da territorialidade. “Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço

seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

A noção de atores deriva do campo das relações internacionais e a partir de 1970, com a *'new geography'*, passa a ser um termo adotado pela área da geografia generalizadamente. Enquanto Defarges define os atores como todos aqueles – indivíduos ou estruturas – “que elaboram, expressam e traduzem em atos intenções” (1998, p. 46), Rosière busca um refinamento mais próprio ao sentido geopolítico do termo.

Entender-se-á como ator [...] toda entidade que elabora representações territoriais e práticas espaciais, que expressa essas representações (ou se for o caso, suas reivindicações) e age sobre o espaço, estruturando redes e territórios. O ator age sobre o território em interação permanente com outros atores. A interação significa tanto a coordenação quanto a confrontação. Muitas teorias geopolíticas privilegiam as rivalidades e a competição entre os atores, mas os processos democráticos ou econômicos compreendem grupos de atores [...] com uma proporção variável de sinergias [...]. As situações em que um único ator age são excepcionais; geralmente vários atores agem em sinergia, a não ser que eles entrem em concorrência pela dominação ou controle de territórios. (ROSIÈRE, 2007, p. 283).

Ao que segue esta definição o geógrafo francês Stéphane Rosière (2007) esmiuça uma vasta classificação do que compreende como atores geopolíticos e que, neste estudo se convencionou chamar de atores político-territoriais. Os atores são inúmeros e, superadas as excepcionalidades, agem colaborativamente. Contudo, é possível, desde o emaranhado desses sujeitos, apresentá-los dentro de uma classificação. Para tal, de acordo com Rosière (2007), os atores podem ser considerados clássicos ou novos. Entre o primeiro grupo está a “tríade de atores 'clássicos'.” (ROSIÈRE, 2007, p. 283), que são, o Estado (aquele que se pode considerar como o onipotente e mais clássico), as Forças Armadas e as Igrejas. Em permanente e ascendente competição com esses estão os novos atores que formam um conjunto heterogêneo e são oriundos da sociedade civil⁶. Apesar de sinalizar que não se propõe a ser completo, o autor agrupa os novos atores em partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONGs), guerrilhas, atores econômicos, mídias e, por fim, numa última categoria de atores: a população. Tendo presente a

⁶ Parece oportuno preservar a consideração do autor a respeito da sociedade dita civil, ao que segue: “a noção de “sociedade civil” subentende que os órgãos políticos não são, ou não são mais, os representantes da sociedade, mas atores “desconectados”: a expressão, e a análise que a subentende, são pessimistas.” (ROSIÈRE, 2007, p. 283).

implicação empírica da pesquisa, que será detalhadamente apresentada no terceiro capítulo, é oportuno desenvolver consistentemente aquilo que Rosière (2007) fundamenta na categorização dos atores político-territoriais.

Os atores classificados como “clássicos” são aqueles mais tradicionais das relações internacionais. Seguidamente associados e por muito tempo detentores hegemônicos do poder, os atores clássicos entraram num rol de consecutivas concorrências. Muito embora o próximo subcapítulo aprofunde a noção de Estado, cabe antecipadamente manifestar que ele, como o ator ‘clássico dos clássicos’ – embora muitas vezes confundido com o Governo –, se trata simultaneamente de uma estrutura, uma autoridade e um território e é uma derivação do latim *status*, isto é, manter-se de pé.

Contido pela tríplice acepção o Estado, enquanto estrutura, “é formado por um conjunto de instituições (entre elas, o governo, que o dirige, e a administração, que o faz funcionar) dotadas de pessoal, orçamento e funções diferentes.” (ROSIÈRE, 2007, p. 289). Tal estrutura exerce uma autoridade legítima⁷ de *jure* sobre seu território. Por sua vez, como território, o Estado é, enfim, o espaço submetido à autoridade da estrutura. Oportunamente dissipando equívocos, cabe apresentar traços da distinção entre Estado e Governo, tão frequentemente confundidos. Em um regime democrático o governo é a face executiva do poder político, ou seja, ele age em nome do Estado, muito embora não possa substituí-lo. Em termos temporais se pode diferenciar um do outro considerando que o Estado subentende uma continuidade que não é própria dos governos, os quais têm um prazo determinado pela eleição ou pela interdição de um golpe de Estado, quando da instituição de um regime autoritário. Embora não sejam atores únicos ou incontestáveis, governo e Estado (em regimes democráticos) são atores político-territoriais incontornáveis.

Outro ator que compõem a tríade de clássicos, para Rosière (2007), são as Forças Armadas. Nos sistemas democráticos as Forças Armadas não são um ator independente, ao contrário, elas são subordinadas ao poder político, portanto obedecem ao governo, e perpetram, com a força policial, a “violência legítima”, prevista e reconhecida pelo Direito Internacional Público, do qual o Estado é a principal personalidade jurídica. Todavia, é verdade que nos Estados não

⁷ Aqui a noção de autoridade é mais ou menos confundida com aquela de soberania, ou seja, de uma autoridade suprema.

democráticos, muitas vezes, as Forças Armadas são um ator autônomo paralelo ao das instituições civis – isso quando não as suplantam completamente.

Completando a trindade dos atores tradicionais estão as Igrejas (o que também se poderia compreender mais amplamente como organizações religiosas, não necessariamente como Igrejas). Elas, enquanto estruturas sociopolíticas fundamentais, antigas e influentes, estão ligadas a uma religião e designam uma estrutura sociocultural que, eventualmente, pode ser um ator político-territorial. De fato, embora o ‘objeto’ nuclear das Igrejas seja o domínio da dimensão espiritual, elas definitivamente não são indiferentes ao mundo. “As Igrejas, enquanto sedes de poder, entram, assim, em interação com as estruturas temporais, [...] se encontram desse modo envolvidas nas dinâmicas (geo)políticas com as quais elas não têm, entretanto, necessariamente *a priori* laços.” (ROSIÈRE, 2007, p. 297)⁸.

Entre os atores transestatais, ou seja, aqueles que podem influenciar ou se opor à ação dos Estados, somando-se às Forças Armadas e às Igrejas que são atores tradicionais, estão os novos atores⁹. A respeito dos agrupamentos classificatórios adotados por Rosière (2007), cabe destacar: os partidos políticos, que passaram de atores marginais no século XIX a inevitáveis no XXI; as ONGs, que se estabeleceram no final do século XX; as guerrilhas, aqui tomadas como a expressão de populações ou de grupos violentados que reagem pela violência; os atores econômicos, isto é, as empresas transnacionais, sobretudo; as mídias, que se poderia denominar como o “quarto poder” e que atuam como formadores de opinião, intermediários do poder ou da contestação; e, por fim, a última categoria de atores: a população, aqui entendida como “grupamentos humanos, identificados e organizados.” (ROSIÈRE, 2007, p. 284). São, por assim dizer, atores que se tornaram fundamentais nas problemáticas territoriais.

Avançando um pouco mais nas elaborações dos novos atores feitas por Rosière (2007), pode-se definir que os partidos políticos são um conjunto de cidadãos que se empenha, por meio do apoio popular, a exercer o poder do Estado, através do Governo. Evidentemente, a existência dos partidos políticos implica em um regime democrático. Os partidos, em termos gerais, costumam se agrupar em

⁸ Correntes teológicas e experiências de Igrejas particulares, sobretudo latinoamericanas, contestam enfaticamente a concepção implícita nessa formulação de Rosière a respeito de qual é a ‘matéria’, por assim dizer central, das Igrejas. Contudo, entende-se que não cabe aqui um aprofundamento dessa questão e de qual foi o papel das Igrejas na história recente da América Latina.

⁹ Muito embora, entre os novos atores estão os partidos políticos que, em sua maioria, não podem ser classificados como atores transestatais.

torno de grandes tendências, que podem ser: agrárias (oportunamente deve haver uma distinção entre os partidos ligados às populações rurais e camponesas, basicamente compostas por pequenos agricultores, das heranças malditas, dos latifúndios concentrados desde as capitânicas hereditárias, da produção associada ao agronegócio), ecologistas, liberais, socialistas, comunistas, confessionais, ou ainda, xenófobas.

Os partidos também podem se constituir com base em enfoques de projetos geopolíticos (sob demandas separatistas, ou anexacionistas, ou ainda, irredentista), de questões étnico-raciais, nacionalistas, regionalistas, ou mesmo federalistas. Fato é que cada partido desenvolve e sustenta sua ideologia e suas simbologias. “Cada partido se desenvolve em um espaço específico (centro, subúrbio ou zona rural) e sobre territórios privilegiados, espaços simbólicos.” (ROSIÈRE, 2007, p. 306). Adiante, no Capítulo III, se poderá contrastar as distinções e aspectos apresentados aqui, através de Rosière, com o mapeamento de partidos políticos feito no trabalho de campo. É oportuno adiantar que no caso estudado as demarcações entre as ideologias e simbologias, os territórios e as identificações de espectro político dos partidos implicados com as ocupações não são tão estanques e heterogêneas como prevê o autor.

As ONGs, por sua vez, são atores que se distinguem do Estado, tanto quanto se distinguem das empresas (são atores sem fins lucrativos), da mesma maneira que dispõe de uma organização administrativa específica. Muitas vezes divulgadas e/ou propagadas pelas mídias, as ONGs podem ser categorizadas por suas zonas de ação, entre elas, humanitária, de desenvolvimento, ecológica e de direitos políticos. Já os modos de ação dessas organizações pode ser muito variados, podendo partir “de operações ‘do tipo golpe’ às ações militantes em campo, de *lobby* junto aos eleitos, pressão sobre as instituições financeiras (as ONGs Bankwatch), assistência e aconselhamento, ações judiciais (BIK), informação e comunicação.” (ROSIÈRE, 2007, p. 312). Como se vê, a ação das ONGs é muito variada, multiforme, e opera, de acordo com Rosière (2007), basicamente com três registros de poder: *relation power*, *knowledge power* e *framing power*¹⁰.

Já os atores econômicos, essencialmente são agrupados por Rosière (2007) em três sub classificações: as empresas nacionais ou transnacionais; as Instituições

¹⁰ Livremente pode ser traduzido como “poder relacional”, “poder do conhecimento” e “poder de enquadramento”.

Financeiras Internacionais (IFIs); e as máfias. Sendo esses atores econômicos, podem também ser centros de concentração do poder e desempenhar papéis estabilizadores ou desestabilizadores. As empresas, nacionais ou transnacionais, enquanto pessoas jurídicas que visam o lucro e organizam-se para tal, podem ser mais ou menos implicadas com os territórios, a depender do tipo de incidência e de relação que estabelecem com o espaço e com outros atores. No entanto, seja de forma direta ou indireta as empresas, particularmente as multinacionais, são cada vez mais descritas como os principais concorrentes dos Estados – dado que os orçamentos de muitas delas, sobretudo em comparação com países da periferia do capitalismo, podem superar os orçamentos estatais.

Por sua vez, as IFIs são formadas pelos Estados e seu funcionamento, a princípio, é público. “Elas têm por objetivo harmonizar as trocas financeiras internacionais, gerar os empréstimos concedidos aos Estados e também os programas de desenvolvimento de trocas de bens e serviços.” (ROSIÈRE, 2007, p. 316). Não raramente essas instituições têm o controle dos orçamentos públicos dos países fortemente endividados. Originalmente criadas em vista de um ambiente econômico favorável à reconstrução e ao desenvolvimento dos seus Estados membros, essas instituições passaram a ser comissários da liberalização da economia de tal forma que “o espaço político é modificado pela ação desses agentes que, em termos de poderio financeiro, podem sustentar ou estrangular os países mais pobres.” (ROSIÈRE, 2007, p. 317).

Enquanto isso, as máfias, terceiro componente dos novos atores econômicos, são uma organização clandestina de vocação financeira. Seu funcionamento se dá sob um modelo de economia paralela ou subterrânea de modo que busca estabelecer controle entre os mercados e as atividades econômicas mais rentáveis e fáceis de escapar ao controle fiscal. “As atividades da máfia cobrem os setores mais variados, mas estão frequentemente ligados ao tráfico de produtos proibidos: venda de armas, de drogas, de seres humanos, de produtos falsificados.” (ROSIÈRE, 2007, p. 317).

Retornando à classificação dos novos atores se apresentará, na continuidade, o que diz respeito às mídias, aos grupos armados e às populações (aos povos). É verdade que as mídias, como um ator político-territorial, a depender do regime político nem sempre detém ou intermedia grandes relações de poder – o nível de liberdade de expressão concedido pelo Estado (quando não em regimes autoritários,

onde as mídias são frequentemente censuradas ou até proibidas) é um critério importante nesses casos. Contudo, ainda assim ela é tida como o “quarto poder”, quer dizer, se desenvolveu de tal modo que compete com e pode pôr em perigo os três poderes clássicos descritos por Montesquieu, o executivo, o legislativo e o judiciário.

O funcionamento das mídias raramente se dá através de “atores independentes, ao contrário, são muitas vezes controladas por um outro ator, geralmente, econômico (grupos industriais ou financeiros) ou político (Estado, partido ou Igreja).” (ROSIÈRE, 2007, p. 318). Desse modo, muitas vezes como instrumento de outros atores, as mídias podem tanto suscitar e sustentar discursos políticos, quanto representações territoriais, formar e difundir opiniões, ideologias, nacionalismos ou mesmo proselitismos. “A longo prazo, as mídias participam da criação de representações e de práticas espaciais. Em curto prazo, elas são utilizadas para justificar as políticas, explicar as escolhas, são ferramentas de comunicação que asseguram o elo entre os atores do jogo político e as populações.” (ROSIÈRE, 2007, p. 318).

Já os grupos armados, de acordo com Rosière (2007), são atores investidos de certa insurreição e de natureza muito distintas. Por vezes chamados de guerrilhas esses grupamentos são, em muitos casos, estruturas políticas que acreditam que a ação armada é a única que lhes fará atingir os seus objetivos. São organizações, eventualmente, provindas de ambientes democráticos, que creem que esse contexto democrático não possibilita a assimilação do seu resultado, caso ele não seja majoritário para a população. Muito embora, esse tipo de racionalidade se dê geralmente nos Estados não democráticos ou nos partidos políticos proibidos.

Buscando precisar ainda mais a compreensão dos grupos armados Rosière (2007) traça um panorama da diversidade de organizações que compõem este agrupamento. Assim os classifica: as guerrilhas (que são atores de conflitos de baixa intensidade e, se são estruturados como verdadeiros exércitos, de alta intensidade); os grupos armados, face militar de partidos políticos (como são os casos de um certo número de organizações ou partidos políticos que dispõem de uma ala militar, mais ou menos clandestina e, se o Estado é democrático, de uma ala civil constituída por um partido político); os grupos armados contra os partidos políticos (que são os que podem resultar da cisão entre os representantes de uma população); as milícias (que são um grupo armado e organizado por uma entidade

que não seja o Estado e que podem ser partidos políticos, grupos étnicos, confessionais ou sociais que decidem se organizar militarmente); os exércitos privados, senhores da guerra (que não representam nem Estados, nem partidos políticos nem mesmo povos, mas grupos de interesses pessoais, individuais, de clãs, tribais, econômicos, mafiosos, ou ainda várias dessas entidades mescladas); e, por fim, os mercenários (que dado o contexto das Forças Armadas dos Estados esses cada vez mais apelam às sociedades privadas especializadas em mercenarismo, que tem por finalidade fornecer soldados para diversos tipos de missão).

Por fim o segmento de novos atores explicado por Rosière (2007), os povos. Por povos o autor entende as diferentes e numerosas formas de agrupamento de indivíduos ou de parcelas de uma determinada população.

As populações não são, evidentemente, entidades uniformes, movidas por um projeto e uma vontade única (um *Volksggeist*¹¹ mais ou menos nebuloso). População é, ao contrário, uma agregação de indivíduos que formula, ou não, projetos geopolíticos, ou que se submetem, eventualmente, a projetos políticos formulados por outros. As “populações” expressam suas reivindicações geopolíticas pelo viés das estruturas representativas: associações culturais, partidos políticos nacionalistas, organizações diversas (também fazem, portanto, parte desses “novos” atores). (ROSIÈRE, 2007, p. 284).

Considerando que a definição de povos não encontra uma elaboração universalmente aceita, Rosière (2007) recorre à conclusão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que em 1990, em Paris, tratou dos Direitos dos Povos. Em conformidade com essa conclusão, um povo é composto pelos seguintes traços: tradição histórica comum, identidade racial ou étnica, homogeneidade cultural, unidade linguística, afinidades religiosas ou ideológicas, territórios próximos, vida econômica comum. Se possível, o grupo deve ter instituições ou outros meios de expressar suas características comuns e seu desejo de identidade. “A questão da etnogênese (processo de formação de um povo) é, portanto, importante na medida em que ela conduz um grupo a se diferenciar, ou, inversamente, a se fundir em um conjunto mais importante, modificando a malha política.” (ROSIÈRE, 2007, p. 340).

¹¹ Nota do autor: “A noção de *Volksggeist* é típica da maneira de agir da Geopolítica, literalmente “espírito do povo”, sua utilização subentende que um povo formaria uma entidade movida por um só espírito, uma só representação que formula — se for o caso — uma reivindicação única. Trata-se tipicamente de um conceito totalitário.” (ROSIÈRE, 2007, p. 284).

Com isso, se endossa que os atores político-territoriais são absolutamente, em quaisquer que sejam as suas classificações, os sujeitos da ação que compõem o território. É verdade que nem todas essas classificações apresentadas por Rosière (2007) foram mapeadas no trabalho de campo desta pesquisa – o que não significa que elas são inexistentes, mas que podem apenas ter escapado dos recursos técnicos utilizados como metodologia para a coleta dos dados – ainda assim estão expressas no texto para endossar a vastidão do que se referem os atores político-territoriais. Na continuidade deste Capítulo se verá mais detalhadamente os segmentos tomados na classificação dos atores mapeados por esse estudo e que serão detalhadamente apresentados no Capítulo III. Vale mencionar ainda que entre as classificações abordadas por Rosière (2007), no trabalho de campo deste estudo foram mapeados atores de Igrejas e do Estado (entre a tríade de atores clássicos) e, dentre aquilo que o autor denominou de novos atores, foram mapeados Partidos Políticos, ONGs, mídias e atores econômicos. Evidentemente o que se convencionou chamar de população também é um ator diversas vezes mencionado nas entrevistas, mas que não foi capturado pelos critérios do mapeamento, que previa encontrar atores em instituições ou organizações.

1.3. Estado, sociedade civil e atores privados

Tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa, mapear os atores político-territoriais implicados com duas ocupações urbanas de luta pela moradia, neste subcapítulo se fará um aprofundamento das concepções de Estado, sociedade civil e mercado¹² que são os âmbitos nos quais serão agrupados os atores mapeados.

Verdadeiramente se este estudo se propusesse a detalhadamente precisar como se compreendeu historicamente o Estado e as complicações dessa discussão certamente o tema da pesquisa precisaria ser redefinido. No entanto, mesmo correndo o risco de empobrecer a complexidade dessa elaboração, se apresentará elementos que somados aos apresentados anteriormente buscam elucidar uma

¹² Aqui cabe uma consideração válida para todo o texto: partimos do ponto de compreensão de que os atores privados também são parte integrante da Sociedade civil, contudo, para fins de explicitar esse grupo em específico, que se poderiam compreender mais como a face empresarial de fins lucrativos, e por uma preferência textual, denominaremos ao longo do trabalho, esses atores exclusivamente como “Privados”.

compreensão geral. Considerando o que já foi escrito anteriormente sobre a passagem da assimilação do Estado como um poder unidimensional para uma reconfiguração onde o Estado compõem a disputa multidimensional do poder, logo, pode-se compreender que o Estado é, digamos assim, um ‘objeto’ que concentra o poder (mesmo que não absolutamente) ou que, minimamente, se relaciona com ele.

Os estudos a respeito das origens do Estado se contrapõem diante do problema de saber se o Estado sempre existiu ou se ele passa a existir em um determinado momento da evolução da humanidade. Entretanto, uma elaboração é repetida ao longo de toda a história do pensamento político:

[...] o Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada em laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (a defesa). (BOBBIO, 2020, p. 96).

Na mesma medida que, para alguns pesquisadores, o nascimento do Estado demarca o início da era moderna a qual, por sua vez, “representa o ponto de passagem da idade primitiva, gradativamente diferenciada em selvagem e bárbara, à idade civil, onde ‘civil’ está ao mesmo tempo para ‘cidadão’ e ‘civilizado’”. (BOBBIO, 2020, p. 96). Outros estudiosos, buscando desatar-se das complicações terminológicas do Estado (associado à era moderna) se referem a ele como organização política, ou ainda, sistema político. Todavia, o Estado, conforme Bobbio (2020), é caracterizado por relações desiguais de poder. Isto é, caracterizado por relações de subordinação entre os detentores do poder de comando e os destinatários do dever de obediência.

Por longa tradição o Estado é definido como o portador da *summa potestas* (poder supremo, soberania); e a análise do Estado se resolve quase totalmente no estudo dos diversos poderes que competem ao soberano. A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o Legislativo, o Executivo e o Judiciário) e das relações entre eles. (BOBBIO, 2020, p. 100).

Considerando as teorias fundamentais do poder apresentadas pela filosofia política – a substancialista, a subjetivista e a relacional – pode-se afirmar que esta pesquisa toma a terceira teoria como fundamental para compreender as questões estudadas. Trata-se, portanto, da teoria do poder relacional, aquela que refere-se ao poder como uma relação entre atores da qual se obtém uma manifestação que, sem

a dimensão relacional, não se teria. Citando Lojkin (1977), Bertha Koiffmann Becker sintetiza uma afirmação já mencionada anteriormente de que o Estado é “o produto de uma relação social, elemento da infraestrutura econômica com características próprias [...]. Compreende-se então o Estado como aparelho político global e não apenas como governo.” (1983, p. 6 - 7). Embora o governo execute os poderes do Estado, ele em si não é o Estado.

Uma vez comprimido o conceito de Estado ao de política e o de política ao de poder, Bobbio (2020) apresenta uma diferenciação entre o poder político e as outras formas de que pode se valer o poder relacional. Resgatando Hobbes, Bobbio afirma que “a passagem do estado de natureza ao Estado é representada pela passagem de uma condição na qual cada um usa indiscriminadamente a própria força contra todos os demais a uma condição na qual o direito de usar a força cabe apenas ao soberano.” (BOBBIO, 2020, p. 106). Disso deriva a compreensão de que o poder político é o que está em condições, em última instância, de recorrer à força (condição que detém justamente por deter o monopólio da força). O poder nesse caso não é um objeto ou uma posse, mas se manifesta na relação entre as pessoas. “[...] não existe poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja.” (BOBBIO, 2016, p. 934).

Retomando Rosière (2003) com a noção de Estado que compreende simultaneamente uma estrutura, uma autoridade e um território se quer delimitar a compreensão de Estado, com esse tripé, que se insere na multidimensionalidade do poder em relações de disputa e conflito. A seguir outros segmentos importantes para essa pesquisa serão apresentados. Embora a maioria deles sejam agrupados dentro do grande termo ‘Sociedade civil’, ainda assim se fará necessário, pelo objetivo da pesquisa, desmembrar alguns aprofundamentos no que diz respeito aos atores privados da Sociedade civil que atuam no mercado, às organizações, às instituições e especificamente aos movimentos sociais.

Ao buscar uma delimitação para Sociedade civil Bobbio (2020) apresenta inicialmente as várias acepções em torno do conceito. Costumeiramente pode-se encontrar o termo Sociedade civil associado a uma dicotomia com outro conceito já tratado aqui que é o de Estado – muito embora, Sociedade civil e Estado não são duas entidades sem relações entre si, dado que entre elas existe um contínuo relacionamento.

Entre a tradição jusnaturalista, de Hobbes a Kant e seus seguidores, a interpretação marxiana, de Hegel a Marx, Engels e Gramsci, muitos dissensos foram produzidos como interpretações para este debate. Na leitura de Bobbio (2016), o sentido marxista é tomado contemporaneamente como o significado de Sociedade civil mais comum na linguagem política, ao que define:

Na contraposição Sociedade civil-Estado, entende-se por Sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. (BOBBIO, 2016, p. 1210).

De algum modo o que Bobbio (2016) apresenta como Sociedade civil se insere dentro de uma discussão mais ampla que é apresentada pelo autor quando debate as grandes dicotomias e a maneira como os ‘termos fortes’ são indispensáveis para fazer-se entender os ‘termos fracos’. Nesse sentido busca uma definição de Sociedade civil demarcando a posição dela em relação ao Estado, assim definindo-a:

Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político. (BOBBIO, 2016, p. 1210).

O que se apresenta em Bobbio é que entre Estado e Sociedade civil existem relações que se manifestaram de diferentes formas ao longo da história e que, no debate atual, a contraposição inicial permaneceu. A ideia de que a Sociedade civil é o prelúdio do Estado de tal maneira se cristalizou que, em muitas vezes, é difícil compreender que num dado momento histórico a mesma expressão foi utilizada para definir o aparato de instituições e normas que atualmente constituem o que se chama de Estado. Sob esse aspecto da grande dicotomia, nas palavras de Bobbio, a “[...] sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna.” (BOBBIO, 2020, p. 67). Ao que complementa Castro, quando afirma que “o Estado é na realidade uma instituição e como tal está inserido nos tempos do território e da sociedade. É desta inscrição que resulta o processo de

transformação a que ele se encontra frequentemente submetido.” (2019, p. 118). Portanto, de dentro do espectro do poder, ou seja, relacional.

Dentro do campo relacional do poder, atuando como atores político-territoriais, estão as instituições e as organizações. Se as instituições são como que coerções projetadas que moldam a interação humana, estruturam proposições de transformações políticas, sociais ou econômicas, são também elas que auxiliam na apreensão das interpretações sobre as mudanças que ocorrem na Sociedade, dado que as mudanças institucionais moldam a maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo. Scott (2013) compreende as instituições como estruturas (cognitivas, normativas e regulativas e atividades), que fornecem estabilidade e significado para o comportamento social.

Enquanto isso, as organizações, são tidas como corpos políticos, econômicos ou sociais que se agrupam por algum motivo em comum, em vista da obtenção dos seus objetivos aglutinadores. Para Scott (2013) é possível constatar que as instituições não se referem tão somente a estruturas clássicas (tomando aqui o “clássico” adotado para definir os atores tradicionais, por Rosière), como o Estado, a Igreja e a família, por exemplo. Mas as instituições abrangem também as estruturas que podem servir de orientações para um grupo mais amplo que eventualmente podem ser constituídos através de acordos da Sociedade civil. Já as organizações *a priori* são mais restritas e podem ser assimiladas como agrupamentos de atores que buscam atender os seus interesses comuns. Não obstante, também acontece que as organizações podem assumir um caráter institucional, a depender do agrupamento de múltiplos atores que congregam em torno de si próprios, na medida em que manifestam e despendem atenção com questões mais abrangentes e de ordem da Sociedade civil, e não apenas de um grupo de interesse em específico.

Ademais, compreendemos que entre os atores que compõem a Sociedade civil estão diversas formas de organizações e instituições que podem se apresentar com inúmeras formatações, sejam associações, movimentos sociais, conselhos, sindicatos, empresas etc. Considerando essa diversidade de maneiras iremos fazer uma separação, para fins da interpretação dos dados, dos atores privados que têm uma atuação mais direta no Mercado, mais propriamente as empresas, das demais maneiras de composição da sociedade. No terceiro capítulo essa distinção ficará evidente com mais elementos. Entretanto, outra configuração de organização da Sociedade civil, a dos movimentos sociais, será destacada. Objetivando uma

conceituação teórica a respeito dessa organização Gohn (2014) inicia apontando quatro diferenças elementares para compreender do que se tratam os movimentos sociais.

A primeira das diferenças é que os movimentos sociais não são sinônimo de grupos de interesses. É verdade que os interesses comuns de um grupo são um dos componentes de um movimento social, mas não são suficientes para caracterizá-lo propriamente. Isso porque para se qualificar como um movimento social as ações de um grupo demandam uma série de parâmetros para serem um movimento social. Ou seja, o grupo precisa estar constituído enquanto um coletivo social e, portanto, necessita de uma identidade em comum. As questões que aglutinam as pessoas – sejam urbanas ou rurais, raciais ou étnicas, de gênero ou representatividade – são atributos comuns que precedem a aglutinação, qualificam os componentes de um grupo e lhes conferem objetivos comuns para a ação.

Se a primeira diferença em alguma medida restringe os movimentos sociais os distinguindo dos grupos de interesse, a segunda também repete o restringimento, porém nesse caso, demarcando a diferença entre os movimentos sociais e a ação histórica de grupos sociais. “Aqui se trata de uma categoria da dialética, a do movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe.” (GOHN, 2014, p. 245). Aqui se demarcam dois sentidos opostos para o termo movimento: um que é ampliado e geral e outro que é restrito e específico.

Já a terceira diferenciação ressaltada por Gohn (2014), por sua vez, dá-se entre os modos de ação coletiva e os movimentos sociais propriamente ditos. Acontece que um protesto, uma rebelião, uma luta armada, são maneiras de estruturação de ações coletivas que poderão ser estratégias dos movimentos sociais, muito embora, por si sós, não são propriamente os movimentos sociais.

A quarta e última diferença diz respeito à esfera onde ocorre a ação coletiva. Por assim dizer, não é um espaço institucionalizado, nem na esfera pública nem na privada, que cria um campo político. Trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Isto posto, é daqui que deriva muitas vezes em que um movimento social deixa de ser movimento ao se institucionalizar. Com isso Gohn (2014) busca alertar sobre a necessidade de se ter cuidado para não cometer o equívoco de nomear toda forma de ação política não institucional de movimento social. “Os movimentos usualmente se articulam com outras forças

institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações.” (GOHN, 2014, p. 247). Sintetizando seus debates e suas ponderações, Gohn assume os riscos de cometer equívocos ao elaborar uma conceituação:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. (GOHN, 2014, p. 251).

O que a autora apresenta aqui é justamente a dimensão relacional do poder e a maneira como se manifesta nas ações produzidas por esse tipo de organização, que são os movimentos sociais. Ao precisar as especificidades dessas ações Gohn aponta para elementos sociais, culturais e políticos responsáveis pela criação de uma identificação em comum.

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. (GOHN, 2014, p. 251).

Ainda, buscando precisar uma compreensão sobre a natureza dos movimentos sociais, Manuel Castells assim os apresenta:

Um movimento social nasce do encontro de uma dada combinação estrutural, que acumula várias contradições, com um certo tipo de organização. Todo movimento social provoca, por parte do sistema, um contra-movimento que nada mais é do que a expressão de uma intervenção do aparelho político (integração-repressão) visando à manutenção da ordem. (CASTELLS, 1983, p. 387).

O risco de incorrer na incompletude da definição de um conceito também é assumido por Castells que lança uma interpretação sobre o que são os movimentos sociais urbanos. Para o autor, os movimentos sociais urbanos se dão em um sistema engendrado de práticas que resultam em dada articulação.

Por movimento social urbano entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela

inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado” (Castells, 1983, p. 461).

Se poderia afirmar que as ações dos movimentos sociais, ou seja, dos atores envolvidos com aquela pauta que os reuniu, institui uma identificação que gera relações no território onde se inserem e com ele, ou seja, uma territorialidade. Ao que chamamos de usos políticos do território Gohn afirma que

Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. (GOHN, 2014, p. 251 - 252).

As ações sociais que as pessoas exercem através dos movimentos sociais, para Gohn (2014), envolvem em si um fazer e um pensar que motivam ou dão fundamento à ação. Sendo assim, os movimentos sociais surgem e desaparecem de acordo com a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho – o que pode conferir aos movimentos sociais caráter reativo, ativo ou passivo.

Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. (GOHN, 2014, p. 251 - 252).

Quanto ao que se refere a uma proposta metodológica para análise dos movimentos sociais Gohn (2014, p. 255 - 263) elucida um amplo roteiro de elementos e categorias básicas a serem considerados, composto por: I. as demandas e os repertórios da ação coletiva de um movimento; II. a composição de um movimento; III. o princípio articulatório interno de um movimento; IV. a força social que é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola; V. a ideologia de um movimento; VI. a cultura política viva e operante de um movimento; VII. a organização de um movimento, que pode ser formal ou informal; VIII. as práticas, que são frutos das ações de um movimento;

IX. o projeto sociopolítico ou cultural de um movimento; X. a identidade de um movimento, que decorre de seus projetos; XI. o cenário sociopolítico em que o movimento se desenvolve; XII. os opositores, que geralmente são os que detêm o poder sobre o bem demandado; e, por fim, XIII. as conquistas e derrotas de um movimento social.¹³

Por fim, no que se refere aos movimentos sociais, especificamente no que diz respeito às categorias e aos tipos, é oportuno salientar os cinco agrupamentos feitos por Gohn (2014). Independente da contemporaneidade ou não das reivindicações e formas de atuação, Gohn (2014) agrupa na primeira categoria os movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus mandatários. Entre esses poderia-se citar o caso dos movimentos sociais religiosos, político-partidários, sindicais, das agremiações de estudantes, professores, funcionários de determinada categoria social, isto é, movimentos que derivam de e/ou se alojam em instituições que podem lhes servir como matrizes dos discursos e das práticas, em outras palavras, como suporte.

Na segunda categoria estão os movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor. Estes, por sua natureza universalizante, têm ganhado centralidade sobre outras lutas sociais. Exemplos desses são os movimentos pautados pelas lutas raciais, de gênero, orientação sexual, raça, etnia, etc. Pode acontecer que suas ações tenham um atravessamento interseccional e assim pautem também questões de ordem econômica, política e cultural.

Na terceira categoria encontram-se os movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais. Essa categoria diz respeito a dois tipos de movimentos: aqueles que se organizam em vista de ter acesso aos bens e também aqueles que se organizam para preservar os bens. No primeiro tipo estão os movimentos em busca de solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo – como no caso dos movimentos pela saúde, habitação, educação, mobilidade etc. Já no segundo tipo, conforme Gohn (2014), encontram-se os movimentos pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural) – como no caso dos movimentos ecologistas, pacifistas, pela preservação

¹³ Quanto ao vasto repertório desenvolvido a respeito de uma proposta metodológica para a análise dos movimentos sociais, desenvolvido por Gohn (2014), sugere-se um aprofundamento na própria obra, dada a consistência e os desdobramentos que apresenta não caberia aqui apresentá-lo integralmente.

de patrimônios materiais e imateriais etc. Nessa categoria, vale sinalizar, é onde está o MNLM, movimento estudado pela presente pesquisa pela proximidade de pauta e identificação que tem com as ocupações em questão.

A quarta categoria congrega os movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação, que podem ser sociais, econômicas, culturais etc. Nessa categoria estão aqueles movimentos que usualmente são denominados de sublevações, insurreições, revoltas, motins, revoluções e afins. Casos desses podem ser largamente encontrados na história do Brasil, por exemplo, onde há uma série de registros nomeados como perturbações à ordem vigente. Dentre os movimentos sociais nacionalistas e/ou libertários na luta pela desvinculação da Colônia da Metrópole portuguesa, bem como, os movimentos republicanos que buscavam alterar o regime político do país, há uma infinidade de outros casos em que esse tipo de movimento existiu.

Finalmente concluindo, a quinta e última categoria apresentada por Gohn (2014), é a dos movimentos sociais construídos a partir de ideologias. A rigor todo e qualquer movimento social tem uma ideologia, no entanto, determinadas ideologias produzem uma utopia que mobiliza e congrega as pessoas para a luta. Essas ideologias “são dotadas de um conjunto de crenças que negam o instituído e repõem um novo paradigma para a ação e para o pensamento.” (GOHN, 2014, p. 271). Exemplos dessas ideologias são o anarquismo, o marxismo, o cristianismo e outras que desempenharam força motora própria. Um traço muito peculiar dessa categoria é que essas ideologias geraram movimentos sociais específicos e pelas ideias que sustentam elas criaram fundações sólidas no substrato social de modo que aparecem e desaparecem de acordo com o contexto histórico, mas mantêm certa perenidade.

1.4. Escalas de poder

Para isto que denominamos escalas de poder há que se compreender uma discussão precedente. Como um recurso matemático da cartografia “[...] a escala é, e sempre foi, uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica.” (CASTRO, 2018, p. 117). Contudo, essa compreensão, no decorrer dos avanços científicos, ficou insatisfatória, dadas as possibilidades de

reflexão que o termo pode sustentar ao superar a perspectiva puramente matemática.

A esta altura é de suma importância salientar uma distinção feita por Racine, Raffestin e Ruffy (1983) que objetivamente determina a diferenciação entre escala cartográfica e escala geográfica – tão comumente confundidas.

A escala cartográfica exprime a representação do espaço como 'forma geométrica', enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta 'forma geométrica'. (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p.124).

Portanto, o que tomamos como escalas de poder entenda-se a escala geográfica, isto é, aquela que se apresenta como um recurso capaz de representar determinada realidade. Como tal recurso de representação e assimilação, a escala geográfica. Nesse sentido, a escala pode ser definida como uma função do esquecimento coerente que, por assim ser, permite uma ação bem sucedida. “A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção.” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p.128).

Desse modo, a escala sendo assimilada como mediadora dos valores, do poder e das preocupações humanas, desempenha uma função entre a intenção e a ação. Isso posto, nenhuma ação é possível sem sua prévia representação que, por sua vez, é consequência do domínio da escala – o que é, portanto, um elemento prévio a toda a ação. Isso manifesta a abordagem relacional das escalas de poder de modo que todo estudo que se propuser a lançar uma perspectiva de organização (no sentido *aménagement*), do território se defrontará com a questão dialética das escalas.

Em vista de produzir um arcabouço teórico com maior nível de abstração, Castro (2018) se propõe a tratar da questão da escala pontuando em três partes uma discussão. O primeiro elemento dessa discussão trata do problema da escala como um dos problemas primordiais na geografia. De acordo com Castro (2018) o uso do termo escala tão somente como uma medida de proporção entre a realidade e a sua representação – recurso matemático – limita o conceito de escala às medidas de representação cartográfica. “A escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem

pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente.” (CASTRO, 2018, p. 123). Ou seja, a escala é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, do contrário, enquanto medida da proporção, ela é um problema estritamente matemático. Portanto, a escala é também uma medida, porém a escolhida para melhor observar, dimensionar e mensurar um fenômeno e não necessariamente a medida do fenômeno estritamente.

Avançando para a segunda parte da discussão, está a escala como um problema epistemológico. Inicialmente a autora propõe uma necessária superação da noção de que a escala se esgota como uma projeção gráfica, ao que sugere tomá-la como uma aproximação do real, mesmo com as complexidades incluídas por essa perspectiva. Isso porque, para ela, a noção de escala inclui tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno. “É cada vez mais evidente que a escala é um problema não apenas dimensional, mas também, e profundamente, fenomenal, o que implica importantes consequências no desenvolvimento mesmo da ciência moderna.” (CASTRO, 2018, p. 130).

A escala tomada como o artifício que dá visibilidade ao real é assim tratada por três pressupostos: I. não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; II. a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido; III. a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão. Desse modo, a escala segue sendo uma projeção do real, embora a realidade permaneça sendo a base de constituição da escala. “Como o real só pode ser apreendido por representação e fragmentação, a escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo.” (CASTRO, 2018, p. 133).

Por fim, a terceira parte desta discussão refere-se à escala como uma estratégia de apreensão da realidade como representação. Ao que fora apresentado até aqui essa parte final da discussão pode parecer uma contraposição de tal modo que essa ideia introduz duas complicações: a primeira diz respeito ao posicionamento da escala cartográfica no seu lugar, isto é, a realidade de fato é apreendida por representações, mas não necessariamente cartográficas. Enquanto a segunda, apresenta o desafio de trabalhar empiricamente com um conceito de escala livre da analogia cartográfica, na mesma medida em que se vale da cartografia como um instrumento importante para a análise espacial.

Em suma, o uso das escalas geográficas são um método de procedimento fundamental para a apreensão do sentido e da visibilidade dos fenômenos espaciais. A análise escalar, nesse sentido, se constitui como um método não dicotômico que busca organizar elementos distintos, porém imbricados, que contribuem para a realização do todo. A adoção de escalas, portanto, como recurso de apreensão da realidade, implica estabelecer uma compreensão multidimensional e interdimensional do poder enquanto não privilegia estritamente um nível de análise, mas estabelece diferentes níveis, portanto, uma análise multiescalar e interescalar.

Quadro 01: Síntese de conceitos, autores e autoras.

Conceitos	Autores
Território	Ratzel (1897); Gottmann (1952); Gottmann (1975); Becker (1983); Raffestin (1993).
Poder	Foucault (1988); Arendt (2007).
Multidimensionalidade do poder	Becker (1983); Raffestin (1993).
Territorialidade e usos políticos do território	Becker (1983); Sack (1986); Raffestin (1993).
Atores político-territoriais	Raffestin (1993); Defarges (1998); Rosière (2007).
Estado	Bobbio (2016); Bobbio (2020); Lojikine (1977); Becker (1983); Rosière (2003); Castro (2019).
Instituições e organizações	Scott (2013).
Sociedade civil e atores privados que atuam no mercado	Bobbio (2016); Bobbio (2020); Rosière (2003).
Movimentos sociais	Castells (1983); Gohn (2014).
Escalas de poder	Castro (2018); Racine, Raffestin e Ruffy (1983).

Fonte: Elaboração própria, 2022.

2. AS QUESTÕES TERRITORIAIS E HABITACIONAIS

A continuidade do texto se dá, neste segundo capítulo, com a problematização das questões que são, amplamente, o corpo das interrogações desta pesquisa: o território e a habitação no Brasil. No desenvolver do problema, num exercício de aproximação, se apresenta a área de estudo onde, pela empiria, se buscam retornos sobre a discussão que aqui se faz.

Primeiramente, o capítulo regressa ao período da industrialização e urbanização brasileiras, buscando recortes sobre as raízes da questão habitacional. Seguido disso, apresenta uma produção a respeito da habitação na contemporaneidade, isto é, na era da financeirização. Os que seguem o aprofundamento do problema de pesquisa são subcapítulos de caracterização da área de estudo. Para apresentar o território empírico da pesquisa faz-se outro regresso, temporalmente mais distante, destacando linhas gerais do processo geo-histórico da região norte do Rio Grande do Sul até o espaço-intra urbano de Passo Fundo, especificamente as duas ocupações estudadas.

Com isso se deseja materializar o enlace das questões aqui tratadas com o arcabouço teórico apresentado no capítulo anterior. Manifestando, assim, a questão dos usos territoriais das ocupações, seus processos e suas complexidades, ou seja, a territorialidade que se produz dialeticamente no campo de disputa dos atores político-territoriais.

2.1. O processo de urbanização e a questão habitacional brasileira

As cidades, enquanto território vivido, carregam profundas marcas do processo geo-histórico que as constitui. Como herdeiros de profundas racionalidades colonizadoras até hoje, em maior ou menor intensidade, os aspectos mais profundos das relações produzidas no Brasil reverberam em hábitos culturais, políticos, econômicos e sociais. A fim de elucidar com mais elementos o 'problema de fundo' do qual este estudo se ocupa, se fará aqui um resgate necessário de elementos que sustentam a lógica operante de um modo geral, ou seja, na territorialidade produzida no campo de conflitos que são as cidades brasileiras.

A questão fundiária no Brasil é uma história de muitas nuances e complexidades. Desde a colonização, com as capitanias hereditárias a partir de 1533, a posse e a propriedade da terra foram recursos de dominação e elementos determinantes da disputa pelo poder. Durante todo o período escravocrata instaurado logo nas primeiras décadas da colônia, em 1535 (com a chegada do primeiro navio com negros escravizados), até 1888 quando formalmente, pela Lei Áurea, se aboliu aquela modalidade de escravidão, a relação com a terra era pautada pela posse e ela, conseqüentemente, não era um produto de mercado (ao menos não nas formatações que passaram a ser vigentes posteriormente).

Acontece que enquanto pela abolição da escravatura os escravos, isto é, a mão de obra escravizada, passaram a deixar de ser um produto de mercado, por outro lado, com a oficialização da Lei de Terras, que havia ocorrido em 1850, a própria terra instituída como propriedade privada, passou a existir como um produto que se compra e se vende. A definição e a demarcação das terras devolutas, após 1850, foi uma das maiores farsas que marcaram a história do Brasil, o que “revela uma história de leis e decretos não aplicados e que são continuamente sucedidos por outras medidas também inúteis.” (MARICATO, 2013a, p. 149). É justamente nesse período histórico que se estabelecem e fortalecem as estruturas latifundiárias do Brasil, na sua maior parte vigentes até hoje.

São as descendências do contingente populacional liberto das malditas garras da escravidão somadas aos grupos provenientes da imigração de europeus, incentivada para a ocupação colonizadora do território sobretudo do sudeste e sul brasileiros, que em grande medida formaram o conjunto de gente que mais tarde, no século XX, foi a massa populacional do processo de urbanização brasileiro.

Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais. (MARICATO, 2013a, p. 150).

Conforme apresenta Rolnik (1997), a partir da promulgação da Lei de Terras a única maneira legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada o que, por sua vez, gerou duas implicações imediatas no modo de uso da terra: “a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de

acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e a sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria.” (ROLNIK, 1997, p. 23).

A urbanização brasileira se deu, como nos demais países da América Latina, com intenso processo especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total, enquanto em 2000 ela já somava 81,2%. Ou seja, em 1940 a população urbana era de 18,8 milhões de habitantes e, em 2000, o número de pessoas vivendo em cidades era de aproximadamente 138 milhões. Isso significa que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram estendidos de forma a abrigar um aumento de 125 milhões de pessoas, isto é, um imenso movimento de construção de cidade. (MARICATO, 2013b).

Tal inversão nos rumos dos usos territoriais no Brasil se dá no contexto de transição do epicentro econômico do setor agrário exportador para um investimento decidido na industrialização do país. Nesse período em que a burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade, embora não rompa com os interesses hegemônicos precedentes, se instalam outros parâmetros para as condições de vida das populações de baixa renda, agora urbanas. O que se convencionou chamar de urbanização dos baixos salários e mercado residencial restrito se refere ao contexto em que o custo de reprodução da força de trabalho não comporta o custo da habitação, este segundo fixado pelo mercado privado.

No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização. O consumo da mercadoria *habitação* se deu, portanto, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção. (MARICATO, 2013a, p. 155).

Com isso há que se compreender que a ocupação de terras urbanas, sejam públicas ou privadas, é uma parte inerente do processo de urbanização. Ao contrário do que é sustentado muitas vezes pelas mídias, as ocupações urbanas são estruturais e institucionalizadas pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas públicas efetivamente abrangentes e robustas.

É verdade que no período forte da urbanização brasileira, com a estruturação da indústria, dados no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, o período entre 1940 e 1980, foi marcado pelo Produto Interno Bruto (PIB) crescendo com índices

superiores a 7% ao ano, um dos maiores do mundo na época. Isso, apesar da concentração da renda, implicou na melhoria de vida de toda a população, especialmente daquela que se inseriu na marcha do êxodo rural e conseqüentemente na formação do território urbano. Nesse contexto econômico que ficou conhecido por “anos dourados” é que se desenvolveram políticas como a do Banco Nacional da Habitação (BNH), integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), bem como megaobras de saneamento básico e de conexões viárias locais e regionais.

Entretanto, o regime autoritário da Ditadura Militar, instaurada desde 1964, viu a curva dos “anos dourados” decrescer e, na década de 1980, a evolução do PIB era negativa, o que trouxe um amplo impacto social e ambiental, substancial na ampliação das desigualdades sociais. Os anos que se seguiram, 80 e 90, ficaram conhecidos como “décadas perdidas”, onde a concentração da pobreza era urbana. A tragédia urbana brasileira não é produto das “décadas perdidas”, dado que suas raízes estão muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, especialmente a partir da privatização da terra, em 1850, e da emergência do trabalho livre, em 1888. Fato é que o crescimento urbano sempre se deu com base na exclusão socioterritorial e isso se reproduz desde a emergência do trabalhador livre, que é justamente quando as cidades tendem a ter uma nova dimensão e tem início a questão habitacional.

Além da já mencionada industrialização com baixos salários e mercado residencial restrito se destacam outras duas expressões do processo de urbanização brasileiro: o segundo deles refere-se à gestão urbana (feita pelos governos municipais e estaduais), que têm uma tradição de investimento regressivo. O que se quer dizer com isso é que as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para a habitação. Na verdade, conforme a autora, é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos.

Enfim, o terceiro aspecto destacado sobre a urbanização brasileira diz respeito à legislação ambígua ou à aplicação arbitrária da lei. A isso se refere um certo tipo de tolerância flutuante, da parte do Estado, com relação aos movimentos que infringem o direito à propriedade privada através da ação de ocupação. Conforme a autora, o Estado visivelmente não tem exercido – na maior parte dos casos – o seu poder de polícia, entretanto, isso tem exceções: não é em qualquer

localização que a ocupação de terras é tolerada. Isto é, nas localizações de interesse do mercado a lei se aplica. O que corrobora para concluir que não é exatamente “[...] a lei jurídica, mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida.” (MARICATO, 2013a, p. 161).

Esses elementos repercutem nos dados que serão apresentados nos próximos subcapítulos, quando da caracterização das áreas de estudo, que para as moradias populares restam as áreas ambientalmente frágeis, que por disporem de legislação especial e pelas próprias condições, via de regra, fogem do interesse do mercado e, portanto, restam às populações sem condições de garantir a própria habitação pelas vias formais, isto é, pelo mercado. Outro dado que também se poderá conferir na caracterização das áreas de estudo é que as ocupações também são toleradas por um determinado período dentro da lógica de especulação imobiliária. Enquanto a localização é desvalorizada a ocupação fica, tendo previsão de valorização imobiliária a ocupação sai. É o legítimo *laissez faire* até onde convém.

Os indicadores de moradias urbanas construídas a partir da invasão de terras mostram que a invasão, espontânea ou organizada, é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão de habitação no Brasil. Nesse sentido, apesar de ilegal, ela é institucional: é funcional para a economia (barateamento da força de trabalho) e também para o mercado imobiliário privado, e é ainda funcional para a orientação dos investimentos públicos dirigidos pela lógica da extração concentrada e privatista da renda fundiária. (MARICATO, 2013b, p. 83).

Ao tratar da emergência habitacional em São Paulo, Bonduki associa o problema da habitação popular no final do século XIX aos primeiros indícios de segregação espacial.

Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo às elites áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos. (BONDUKI, 2017, p. 28).

As ocupações, bem como as favelas (ou vilas, como é o termo mais difundido na região sul do Brasil), os bairros irregulares enfim, os assentamentos precários de

um modo geral representam as condições de moradia e cidade de expressiva parte da população do Brasil, bem como dos outros países do terceiro mundo, conforme apresenta Mike Davis (2006) com seu vasto estudo. Elas se integram a um cenário de conflitos pela garantia dos direitos sociais básicos – e dos seus territórios – e antecipam, pelas condições e qualidade de vida que impõem, um cenário preocupante e desafiador para o planejamento urbano do século XXI. Na mesma medida em que, enquanto expressão de resistência ao poder hegemônico, endossam uma disputa pelo poder e pelo direito de viverem adequadamente.

Os anos 2000 foram profundamente marcados pela estruturação de políticas sociais de distribuição de renda, acesso a políticas de financiamento habitacional, via Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e inclusão socioeconômica. Embora o avanço seja expressivo, ele não respondeu estruturalmente às questões postas para as cidades brasileiras. Em linhas gerais, conforme apresenta Rolnik (2019), o PMCMV beneficiou majoritariamente às classes médias e não deu conta de modificar a lógica de produção da cidade, diga-se de passagem a neoliberal. Ao contrário, o programa repetiu equívocos do BNH, como a implantação de conjuntos habitacionais em áreas não urbanizadas gerando, com isso, a expansão dos limites urbanos dos municípios, a criação de vazios urbanos e a facilitação da especulação imobiliária. Ao fim e ao cabo, de acordo com Rolnik (2019), as empreiteiras e construtoras faturaram a expressiva fatia do orçamento enquanto produziram habitações tipologicamente controversas e urbanisticamente precárias e, em termos mais amplos, o PMCMV ‘abriu alas’ e ‘fez sala’ para a financeirização da habitação nos trópicos¹⁴.

Evidentemente há muito mais a ser considerado o que tange o processo de urbanização brasileiro, bem como especificamente as experiências mais recentes de produção habitacional e o contexto da financeirização da habitação. No entanto, o presente estudo toma com importância a apresentação desse panorama que traz, em traços gerais, a questão de fundo com que a pesquisa se implica.¹⁵

¹⁴ Sabe-se que a avaliação feita por ROLNIK (2019) não desconsidera avanços significativos e determinantes que o PMCMV e toda a política habitacional dos governos petistas desenvolveu. Aqui toma-se um dos elementos críticos da avaliação da autora de modo a explicitar uma das marcas desse processo, da mesma medida que não se fez ao longo dos parágrafos anteriores uma avaliação criteriosa e profunda das políticas precedentes ao PMCMV.

¹⁵ A respeito das implicações do PMCMV, especificamente na região de estudo da pesquisa, recomenda-se consulta à pesquisa de VASCONCELLOS, 2015.

A população mundial passou de majoritariamente rural para preponderantemente urbana. Isso, entre outros fatores, está associado ao incremento do agronegócio baseado no latifúndio, que promove a expulsão de populações rurais numa escala da ordem dos bilhões no mundo todo. Outros exemplos dessa força expulsora são a construção de barragens hidrelétricas, a ineficiente estrutura de proteção e preservação dos territórios demarcados aos povos tradicionais, a precarização dos incentivos para pequenos produtores, a criminalização dos movimentos sociais rurais e a exclusão socioeconômica dos pequenos municípios.

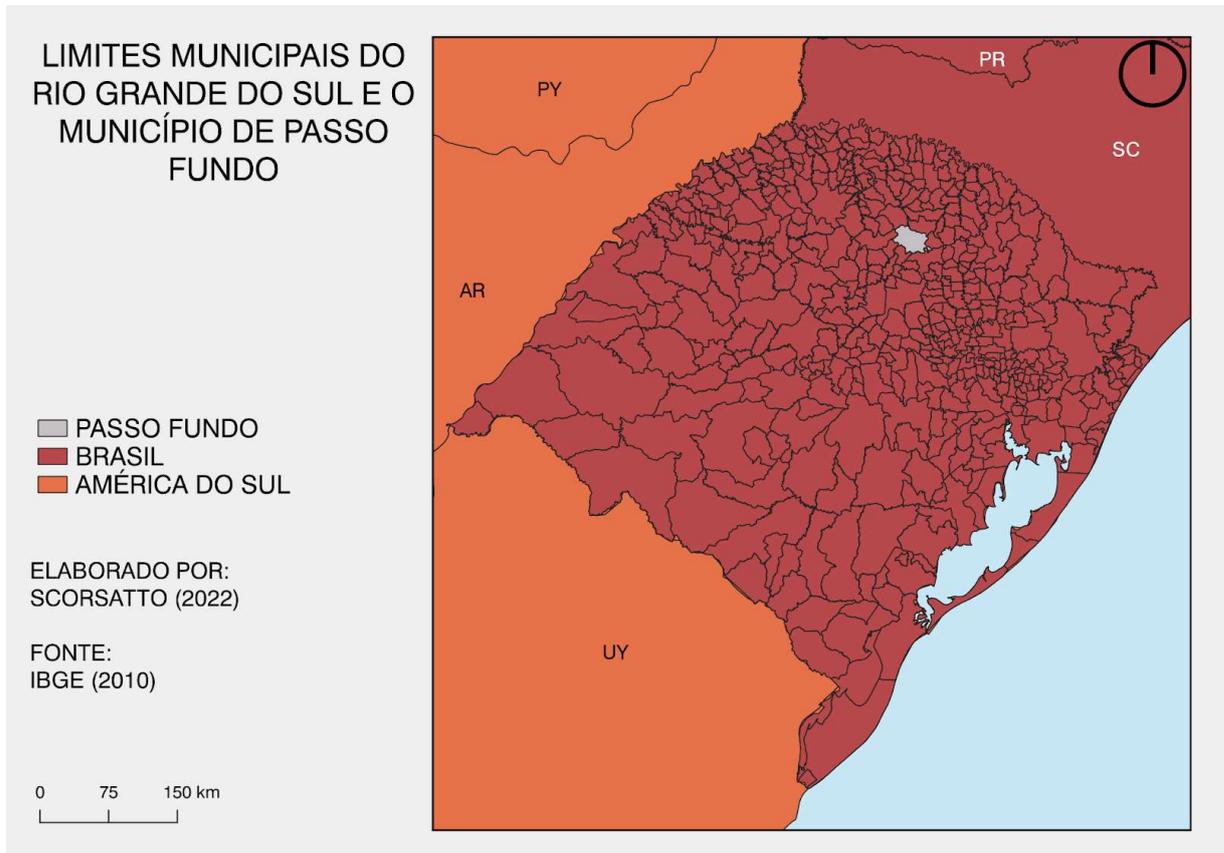
Isso tudo, esse nó, cabe mencionar, não se deu abaixo de uma terra sem lei, sem planos, sem planejadores, sem resistências, entretanto, se deu e se dá atualizando a dialética do senhor e do escravo, isto é, os pobres estão impedidos do acesso à terra e à habitação no Brasil.

2.2. Passo Fundo: processo geo-histórico, aspectos socioeconômicos e espaciais

O planalto médio¹⁶, na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul, tem o município de Passo Fundo como polo regional e está entre o alto Uruguai, ao norte; os campos de cima da serra, a leste; as missões, a oeste; as encostas superior e inferior do nordeste; e a depressão central, ao sul (Figura 01). Neste subcapítulo se fará a caracterização do município do qual se estudam as duas ocupações.

¹⁶ Uma das onze sub divisões fisiográficas do Rio Grande do Sul.

Figura 01: Rio Grande do Sul: localização do município de Passo Fundo.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Elaboração própria, 2022.

Ao que consta em Rückert (1997), com relação ao apossamento de terras no Brasil, a ocupação do norte, da então Província de São Pedro do Sul, não ocorre em um primeiro instante. Com a incorporação definitiva do território meridional ao do Brasil Colônia, a partir do início do século XIX, o apossamento de terras no norte da província passou a se dar mais fortemente entre 1822 e 1850. Esse período, de 28 anos, coincide justamente com a inexistência de qualquer regulamentação das questões fundiárias no Brasil – dado que, em 1822, é extinto o regime de sesmarias e nada o substitui até a aprovação, em 1850, da já mencionada Lei de Terras.

Em 1848, Passo Fundo, originariamente um povoado pertencente à Cruz Alta, é elevado à condição de Freguesia. Na sequência, em 1857, é tornado município. Inicialmente com 24.802km² torna-se um dos municípios com maior área superficial em toda a Província, somente atrás de São Borja, Cruz Alta e Vacaria.

Apesar disso, muito antes, nessas terras já haviam se estabelecido povos indígenas – inclusive uma redução jesuítica – e caboclos, seguidos de tropeiros de gado e milicianos. Haver se estabelecido não significou conviver em harmonia, ao

contrário, os atores que construíram e destruíram o território fundante de Passo Fundo seguiram a lógica da dominação – dos indígenas e caboclos por parte dos tropeiros, dos militares, das milícias e do próprio Estado.

No ano de 1848 tem início o assentamento de aldeamentos dos indígenas guaranis e caingangues. Isso expõe a redução populacional e a expropriação das suas terras que “[...] tem sua origem no fato de o Estado considerá-las como devolutas, ou seja, este faz sua parte removendo os empecilhos para que a grande propriedade fundiária possa ser instalada pelos senhores escravocratas” (RÜCKERT, 1997, p. 54). Aqui está um marco da destruição do território indígena.

O distintivo do principal processo de formação da propriedade fundiária no Império de um modo geral, e do mesmo modo em Passo Fundo, é a posse livre. Embora tenha se dado de uma maneira lenta – visto que as condições eram precárias e, com o fim das missões, os indígenas caingangues ocupavam as florestas e eram resistentes à chegada de outros ocupantes – ainda assim, a tomada e ocupação das terras aconteceram e, em alguma medida, foram formando a classe senhorial, os proprietários fundiários de Passo Fundo.

Essas transformações podem ser acompanhadas também a partir dos recenseamentos populacionais¹⁷. Em 1833 Passo Fundo tinha em torno de 104 fogões¹⁸, algo como 419 habitantes. Já em 1847 dispunha de população estimada em 1.159 habitantes, o que corresponde apenas ao aumento de 50 habitantes por ano. Por sua vez, em 1858, conforme Oliveira (1990), o novo município emancipado contava com aproximadamente 1.638 fogões, algo em torno de 8.208 pessoas, das quais 1.692 eram escravos, 127 libertos e 6.389 habitantes livres. Entretanto, é a Lei de Terras de 1850 que quebra um paradigma de concepção da terra. Ela manifesta um processo que objetivava pôr fim à acumulação mercantil escravista. É sobre essa legislação que se confere legitimidade à propriedade da terra e se busca separar o que é de domínio público do privado.

A partir da Lei de Terras, caracteriza-se a terra por uma nova concepção: a de ser de domínio público, acessível apenas àqueles que podem explorá-la na forma de mercadoria, passando a representar, essencialmente, poder econômico (Costa, 1987:141). A renda capitalizada no escravo

¹⁷ Muito embora os recenseamentos não possam ser tomados como verdade absoluta, dado que eram feitos pela Igreja Católica, contabilizados em números de almas, e essa não dispunha de contato com os indígenas e caboclos que viviam isolados nas florestas e, em boa medida, não tinham vínculos religiosos com a instituição.

¹⁸ O termo fogão se refere à moradia permanente de uma família.

transforma-se em renda territorial capitalizada. Num regime de terras livres, o trabalho tem que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tem que ser cativa (Martins, 1986:32). (RÜCKERT, 1997, p. 65).

Em 1854 o governo provincial regulamenta e põe em prática a Lei de Terras e é justamente na década de 1850, que o processo de apossamento dos campos se acelera em Passo Fundo. Na mesma medida em que o puro e simples apossamento de áreas imensas e a anexação de outras tantas se tornaram uma prática corriqueira na incorporação de terras aos patrimônios particulares. Com isso, tenha-se presente que, até aqui, se tratou de um processo que destituiu os povos indígenas de seus territórios; constituiu uma classe social da figura dos proprietários fundiários (fazendeiros escravocratas), que registraram posses de áreas de terra (muitas pela prática do absenteísmo/grilagem); e, conforme se elucidará na sequência, alcançou também os camponeses caboclos, os escravos e os colonos.

O caboclo mestiço compunha um modo de vida itinerante. Transitava pelo território de acordo com a disponibilidade de erva-mate para a colheita. A Lei de Terras promoveu a aceleração da expropriação e conseqüente marginalização desse povo. Os fazendeiros, que anteriormente ocupavam áreas nobres, passaram a disputar as encostas das florestas com o caboclo e a incorporá-los como mão de obra agregada nas suas propriedades. Acontece que a Lei de Terras de 1850 “[...] obstaculiza a compra de terras pelas camadas pobres da população, tratando de forma diferenciada as elites locais, que compram, legitimam as posses anteriores a 1850 e incorporam novas áreas em que vivem muitos posseiros pobres” (RÜCKERT, 1997, p. 84).

Frente às articulações dos movimentos abolicionistas crescia o temor das oligarquias com os ressarcimentos dos seus prejuízos. Diante de tal contexto, a emergência é respondida com a política positivista de um suposto progresso que se calca sobre a efetivação das imigrações de colonos europeus. Isso, visando a venda e valorização das terras florestais da região, que já eram posse dos estancieiros.

As reivindicações da oligarquia local pelo povoamento das áreas de mata está datada na década de 1870, no entanto, é somente no período republicano que essa demanda ganhará força. É entre 1889 e 1930 que acontece a colonização da região norte do Rio Grande do Sul baseada na pequena propriedade camponesa, produtora de uma agricultura comercial e constituinte de uma classe intermediária entre os escravos e os latifundiários. Esse movimento gera algo até então inédito: o

adensamento populacional rural. As colônias italianas e alemãs inflam-se com os índices de natalidade. Em detrimento disso, os caboclos são categorizados como um povo que não atende às demandas do capitalismo industrial que entra em vigor neste contexto e, com isso, tomam novos contornos de marginalização.

Dessa maneira, conforma-se um território dominado por proprietários fundiários que subordinam camponeses caboclos sob relações de trabalho não-assalariadas e por um grande número de camponeses, pequenos proprietários, que obtêm sua reprodução simples à base de uma agricultura praticada pelo trabalho familiar. O território contém também uma legião de camponeses caboclos, os quais, pela intrusão, constituem um grupo que potencialmente traz as características que vão envolver, mais tarde, sérios problemas fundiários no campo. (RÜCKERT, 1997, p. 136).

Pode-se afirmar que existiram duas fases, a partir dos fluxos migratórios, na produção agrícola, no comércio e nos serviços urbanos. A primeira fase, que perdurou do final do século XIX até meados dos anos 60, é a de predominância da agricultura colonial, ou seja, não só de subsistência mas também de exportação dos excedentes para outras áreas do Estado. Já a segunda fase é intrínseca e adstrita à progressiva e maciça penetração do capital financeiro nas colônias por conta do modelo agrícola exportador dominante no país.

A despeito desse contexto, as propriedades com em média 25 hectares (ha) destinadas a cada família de colonos, que haviam sido a base da colonização do norte do Estado, passam por uma endossada transformação. Essa metamorfose se assenta em “[...] uma alteração no sistema produtivo agrícola, engendrada pelo redimensionamento dos tradicionais mercados desta região e por uma política creditícia oficial, induzindo a especialização na produção de trigo e soja.” (RÜCKERT, 1981, p. 27). Dessa maneira, o uso de financiamentos bancários, a mecanização da agricultura, o uso de adubos e outros componentes químicos geram uma mudança na relação entre o campo e a cidade, de modo que os agricultores se tornam consumidores dos mercados urbanos.

Sendo assim, se pode afirmar que esse processo de sujeição da renda da terra ao capital financeiro provocou estruturalmente a expropriação e a produção da miséria no campo. O que, por sua vez, corrobora para a compreensão das razões do êxodo rural e, conseqüentemente, da formação dos territórios do legítimo *laissez faire* quanto à realidade dos pobres nas cidades. Acontece que a mencionada sujeição, conforme apresenta Rückert (2003), foi responsável pela inviabilização do

camponês pequeno proprietário de tal modo que esses se viram obrigados a colocarem à venda seus bens para saldarem suas dívidas.

No entanto, tal sujeição não se limitou ao capital financeiro. “A elevação dos custos de produção e o rebaixamento dos preços pagos aos produtores agrícolas são também elementos estruturais da sujeição.” (RÜCKERT, 2003, p. 128). De tal modo isso se deu que as chamadas diversificação agrícola e a integração lavoura - pecuária não foi possível para o agricultores com menos de 10 ha que sequer conseguiram regressar ao plantio de culturas diversificadas, dada a sua descapitalização. Dessa maneira as condições criadas pelo capital monopolista aqui expostas sustentam a sua gênese: a promoção do enriquecimento e da miséria.

Por sua vez, as cidades da região norte, que antes tinham uma função de comercializar pequenos excedentes das lavouras e utensílios em geral, passam a atender as exigências criadas pelo redimensionamento da economia colonial. Os serviços e os comércios passam a se aperfeiçoar e crescer quantitativamente, estruturando-se num espaço urbano que, a partir de então, também atrai uma população de outros centros e de vilas menores. E é justamente nesse contexto das transformações das cidades coloniais em centros de referência que Rückert (1981) interpretou mudanças expressivas na estrutura urbana, isto é, na materialidade das relações de poder e disputa dos territórios.

Aquela acumulação de capital gerada pela agricultura, atualmente passa por processos de mudança que promovem uma reestruturação tanto do setor produtivo rural, quanto na região e cidade. Isso promove fortes mudanças estruturais, inclusive na organização desses espaços (verticalização e estrutura urbana nas áreas centrais e espraiamento e precariedade nas áreas menos centrais, entre inúmeras outras mudanças). Trata-se aqui de um forte processo de financeirização associado a essa acumulação que permite a alguns e impede a outros o acesso à cidade.¹⁹

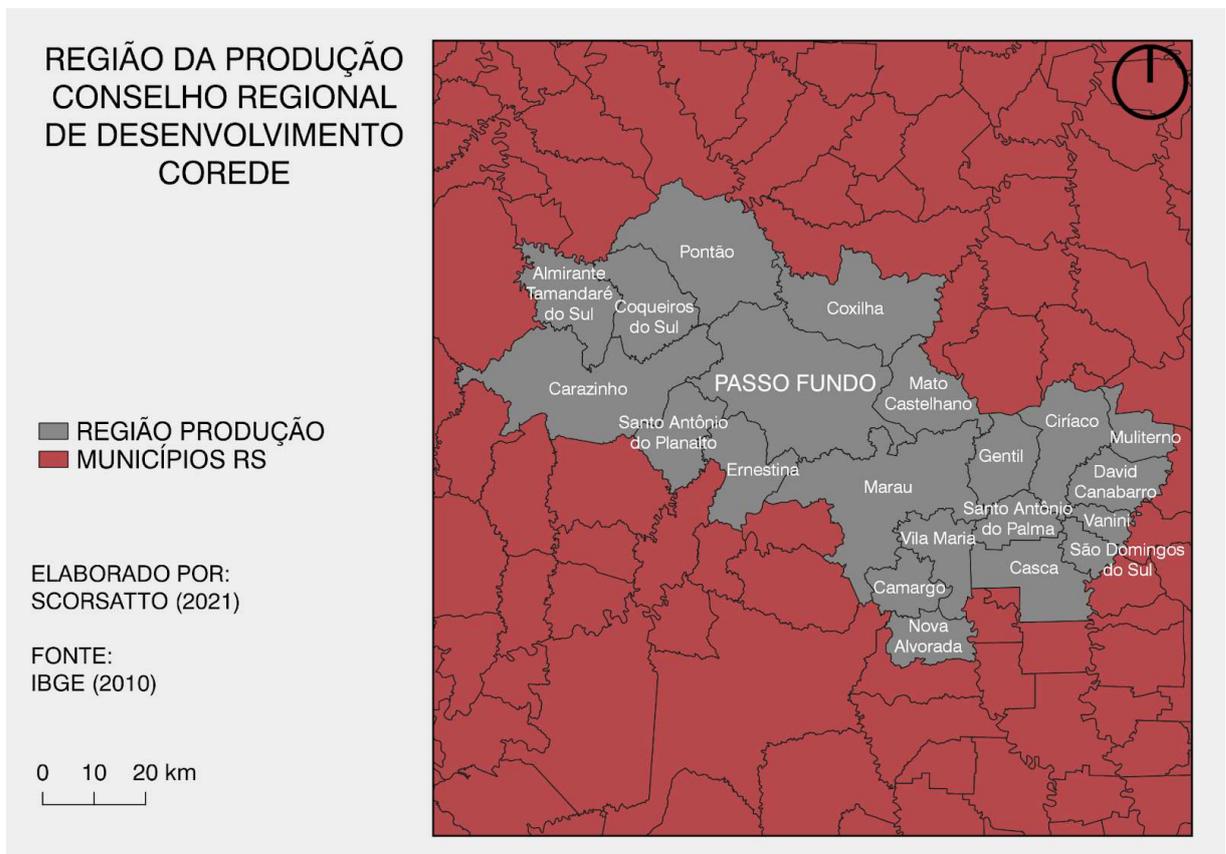
Ainda, outro aspecto que foi muito recorrente em toda a região norte do Estado e que, conseqüentemente, também se repetiu em Passo Fundo é o das desmembrações ocorridas, ao longo dos anos, através dos processos emancipatórios. A área territorial do município, conforme mencionada anteriormente, foi de 24.802 km², em 1848, e até 2002 sofreu redução de 96,8% da sua extensão original. De acordo com Rodigheri, Gehm e Bitencourt (2004, p. 81), no ano de 1875 o município perdeu sua primeira parcela de território em função da emancipação de

¹⁹ A respeito do processo descrito neste parágrafo, consultar SPINELLI (2015) e FERRETTO (2018).

Soledade. Ao que se seguiu: Guaporé (1903), Erechim (1918), Carazinho (1931), Getúlio Vargas (1934), Sarandi (1939), Marau (1954), Tapejara (1955), Sertão (1963), Ciríaco e David Canabarro (1965), Ernestina (1988), Coxilha, Mato Castelhana e Pontão (1992).

Dito isso, ainda se quer apresentar, na continuidade, alguns aspectos sobre a centralidade regional que o município exerce. A partir dos desmembramentos ocorridos entre 1875 e 1992, o contingente territorial que permaneceu como município de Passo Fundo conta, de acordo com estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, com área territorial de 784.407km². Conforme o Atlas Socioeconômico (RIO GRANDE DO SUL, 2021), Passo Fundo está situada na Região Funcional (RF) 9 e integra o COREDE como a região da Produção (Figura 02).

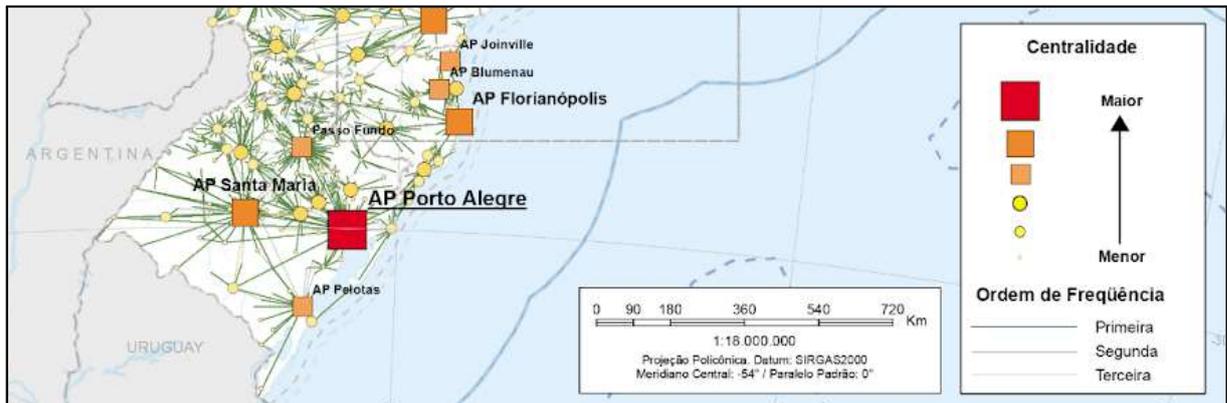
Figura 02: Conselho Regional de Desenvolvimento: Municípios que compõem a região Produção.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Elaboração própria, 2021.

tripé de mobilidades em que o município exerce centralidades, em torno das seguintes frentes: educação, saúde e agronegócio. De acordo com o IBGE (2020a, p. 100), Passo Fundo está entre as cidades gaúchas para onde mais pessoas se deslocam em virtude do acesso ao ensino superior (Figura 04).

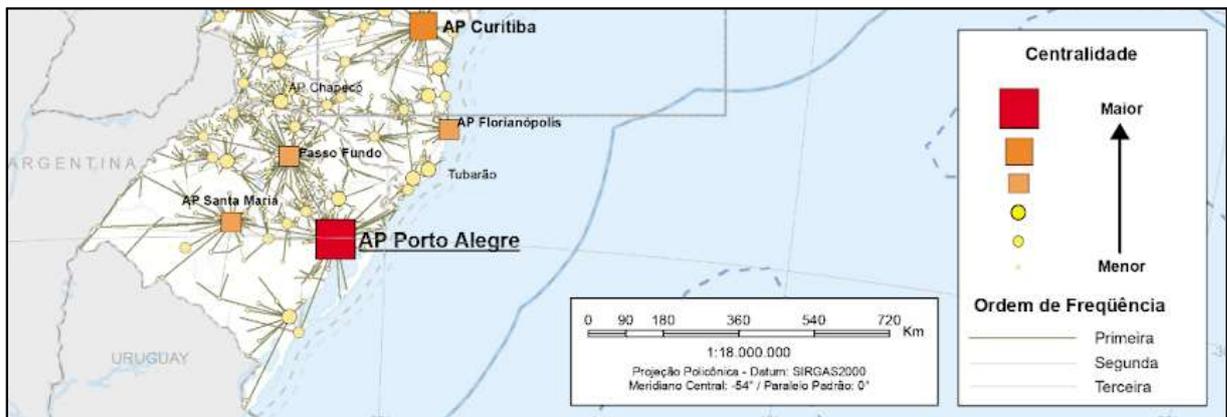
Figura 04: Passo Fundo: Centralidades nos deslocamentos para cursos superiores.



Fonte: Regiões de influência das cidades, 2018 (IBGE, 2020, p.100). Adaptado pelo autor.

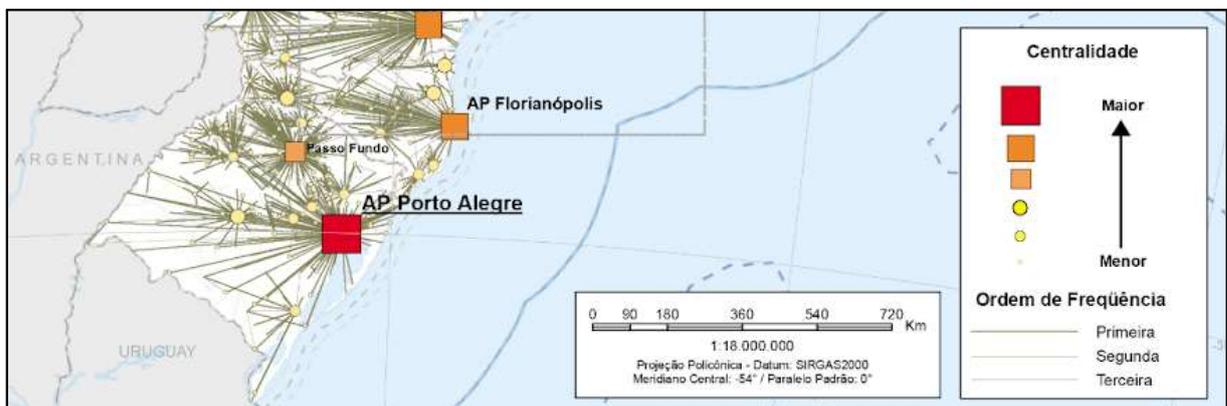
Tal deslocamento acontece também, reforçando o tripé de centralidades, no que tange ao acesso à infraestrutura de serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade. Conforme os Figuras 05 e 06, pode-se conferir o caráter central em termos de deslocamentos para serviços de saúde. No caso dos serviços de alta complexidade, a centralidade fica mais evidenciada, pois é compartilhada, no Rio Grande do Sul, somente com a capital, Porto Alegre.

Figura 05: Passo Fundo: Deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade.



Fonte: Regiões de influência das cidades, 2018 (IBGE, 2020, p.110). Adaptado pelo autor.

Figura 06: Passo Fundo: Deslocamentos para serviços de saúde de alta complexidade.

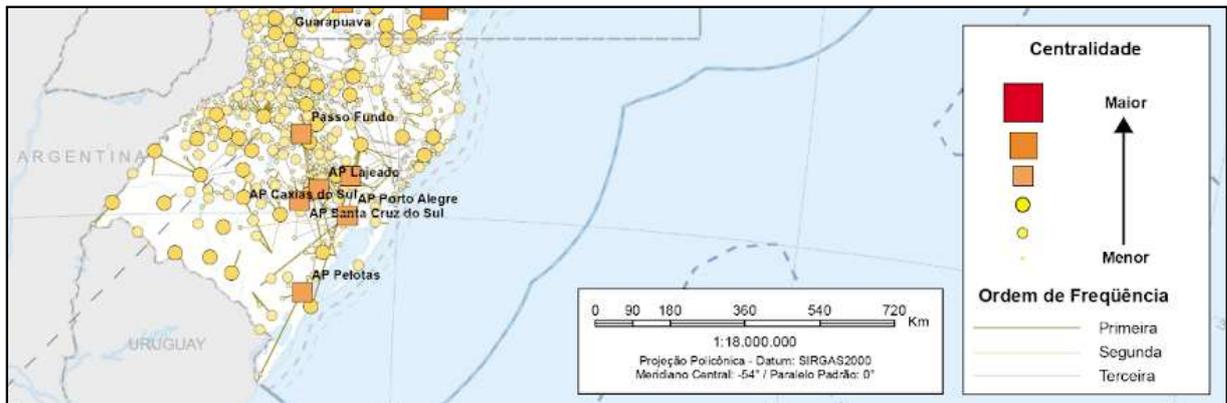


Fonte: Regiões de influência das cidades, 2018 (IBGE, 2020, p.112). Adaptado pelo autor.

E, por fim, a terceira haste do tripé de centralidades fica por conta do agronegócio. O município desempenha um papel de “[...] apoio ao agronegócio, com serviços especializados, como venda de insumos agrícolas, máquinas e implementos, formação de mão de obra especializada, geração de conhecimento e apoio na logística de armazenamento e transporte.” (SOBARZO, 2010, p. 32). Tal centralidade regional fica evidenciada no Figura 07, onde Passo Fundo apresenta a mesma força centralizadora que outros poucos municípios gaúchos²², sendo o único a exercer tal função mais ao norte do estado.

²² Lajeado, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Porto Alegre.

Figura 07: Passo Fundo: Origem dos insumos para produção agropecuária.

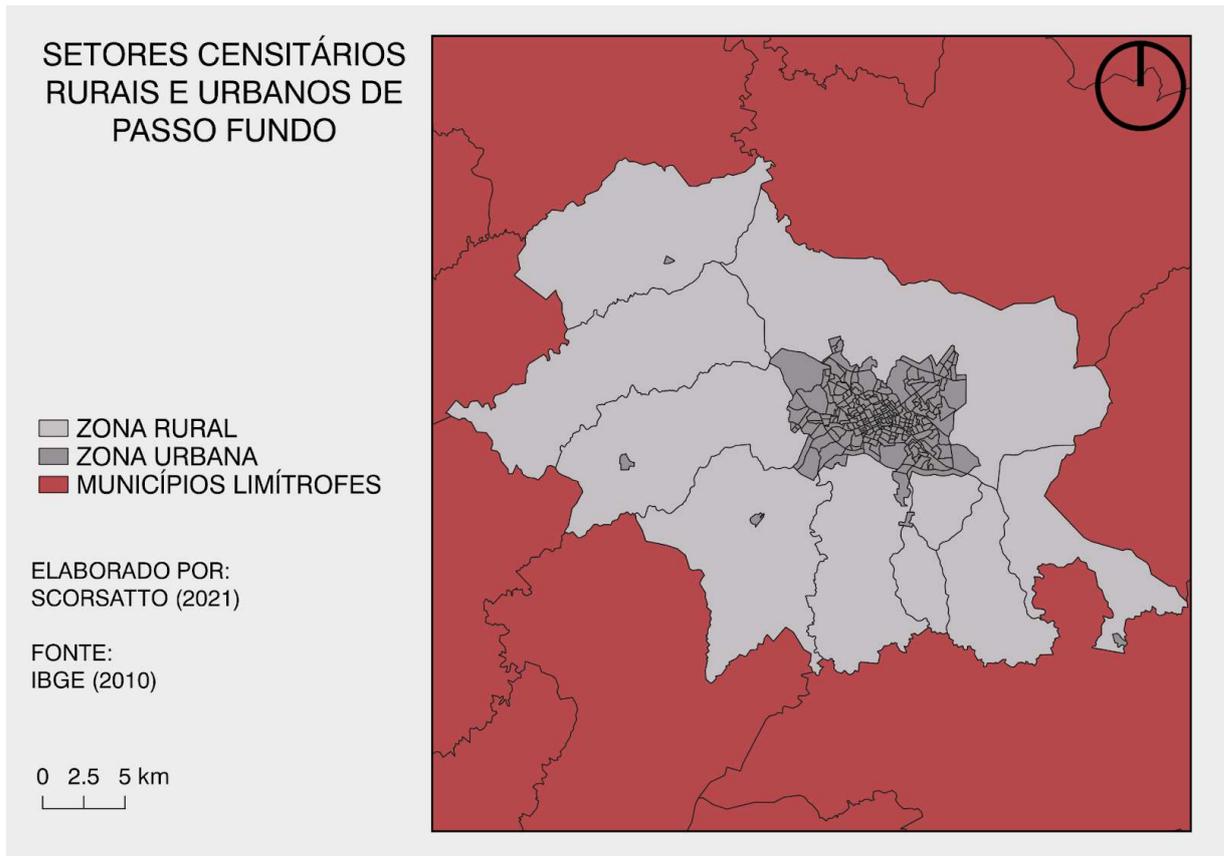


Fonte: Regiões de influência das cidades, 2018 (IBGE, 2020, p. 137). Adaptado pelo autor.

Outro aspecto importante quanto a espacialidade do agronegócio no município de Passo Fundo pode ser observado também pelas fronteiras do urbano-rural (Figura 08). Os dados do censo agropecuário mostram que a produção de larga escala de grãos (médias e grandes áreas, latifúndios) é amplamente maior do que a de outras culturas, em geral mais destinadas à alimentação (pequenas áreas, agricultura familiar). Enquanto se produziu, em 2020, 113.460 toneladas (t) entre trigo (3.300t), soja (98.400t), milho (5.460t) e aveia (6.300t), se produziu somente 2.172t entre melão (31t), melancia (150t), mandioca (300t), feijão (91t), cevada (1.200t), cebola (172t), cana-de-açúcar (175t), batata-doce (27t), amendoim (17t) e alho (9t). (IBGE, 2020b).

Esses dados de produção são acompanhados pelo aporte de empresas de venda e manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, comercialização de sementes e agrotóxicos, tanto quanto de instituições privadas de pesquisa na área da produção de larga escala. Esse aspecto é importante para a pesquisa dado que muitas pessoas que compõem as áreas de ocupações na cidade de Passo Fundo são antigos pequenos agricultores familiares (do próprio município e da região), que pela especialização e expansão da produção de larga escala foram enxotados das áreas rurais para as cidades, o que pode ser encontrado em Rückert (1997 e 2003).

Figura 08: Passo Fundo: Limites das zonas urbana e rural por setores censitários.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Elaboração própria, 2021.

Já no que diz respeito à habitação tanto o PDDI, de 2006, da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, quanto o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), de 2009, reconhecem as ocupações urbanas, ainda que não apresentem dados muitos aprofundados a respeito dos territórios. Em termos quantitativos, o PLHIS (2009) apresentou um déficit habitacional local de 3.097 unidades²³.

2.3. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia

No ano de 1990 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoveu, em São Paulo, o I Seminário Nacional de Moradia Popular. “As aves têm ninhos e voam nos céus, mas veja onde moram os filhos de Deus”. Como expressa esse trecho do hino do encontro, o Seminário objetivava reunir lideranças de todas as regiões do país implicadas com as lutas pelo direito à habitação, com elas

²³ A respeito dos dados do déficit habitacional recomenda-se consulta ao PLHIS (2009). Bem como, no que diz respeito às representações e aos impactos espaciais dessas condições sugere-se leitura das teses doutorais de Spinelli (2015) e Ferretto (2018).

produzir uma análise de conjuntura e como encaminhamento conferir-lhes uma organização mais estruturada que fosse capaz de impulsionar as suas lutas.

O processo que culminou nesse evento, no entanto, teve início muitos anos antes, com o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através da organização de grupos, formação político-ecclesial e de toda uma inserção comunitária engajada com as causas sociais populares. A Igreja Católica, especificamente a corrente teológico-pastoral da Teologia da Libertação (TdL), foi a instituição que organizou, propulsou e ofereceu o suporte para a criação de grande parte dos movimentos sociais populares no Brasil no final do século XX (GOHN, 2014). Das Pastorais Sociais (Pastoral da Moradia, Pastoral Carcerária, Pastoral Operária, Pastoral do Povo de Rua, Comissão Pastoral da Terra, etc) surgiram movimentos sociais implicados com diferentes frentes de ação, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para citar uma organização rural, e do MNLN – movimento que compõem o objeto desta pesquisa – que é uma organização urbana.

A respeito de um registro histórico sobre o contexto supracitado cabe recorrer à Rückert (1986) que, ao tratar dos movimentos sociais de bairro em São Paulo, apresenta um traço constituinte da sua formação. Na mesma medida em que, já naquela época, enunciou que os processos produzidos no final da década de 70 em São Paulo davam sinais da ruptura de um isolamento e uma crescente articulação entre os movimentos.

O novo movimento de bairro em São Paulo caracteriza-se pela luta contra os mais de 10.000 loteamentos irregulares ou clandestinos na cidade. A luta contra a grilagem de terrenos pelas imobiliárias e contra as fraudes vem se dando após 78, em busca de soluções globais no tocante a apropriação e uso do solo urbano, buscando programas de urbanização do espaço. (RÜCKERT, 1986, p. 15).

O surgimento do MNLN está associado ao Seminário da Moradia Popular e, sobretudo, a esse processo que o antecedeu. Na época a Reforma Urbana era um tema central para a ação de diversas organizações sociais e, a partir desse Seminário, conforme Rodrigues e Barbosa (2010), estruturou-se a articulação de quatro movimentos populares nacionais ligados à luta por habitação, que são: Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o

Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Como encaminhamento desse processo, os quatro movimentos passaram a compor o Fórum Nacional da Reforma Urbana, entidade responsável por articular as lutas pelo direito à habitação com a luta pelo direito à cidade em todo o país. Outro elemento que está associado ao surgimento do MNLN, conforme Oliveira (2011), é a descontinuidade de instituições que atendiam, mesmo que não integralmente, as demandas da área habitacional, entre elas o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação Popular (COHAB).

A ampla pesquisa desenvolvida por Oliveira (2011) retrata a luta do MNLN por habitação no Rio Grande do Sul. As entrevistas realizadas buscaram precisar as origens e as causas que organizam o movimento, suas diretrizes e estratégias, bem como o perfil dos integrantes.

Constatou-se que o movimento é formado por sujeitos e famílias que vivenciam diversas desigualdades socioterritoriais, marcados pelo estigma imposto à e pela pobreza, pela exclusão do mercado de trabalho formal, por uma salário que não atende aos mínimos sociais para a sobrevivência.” (OLIVEIRA, 2011, p. 213).

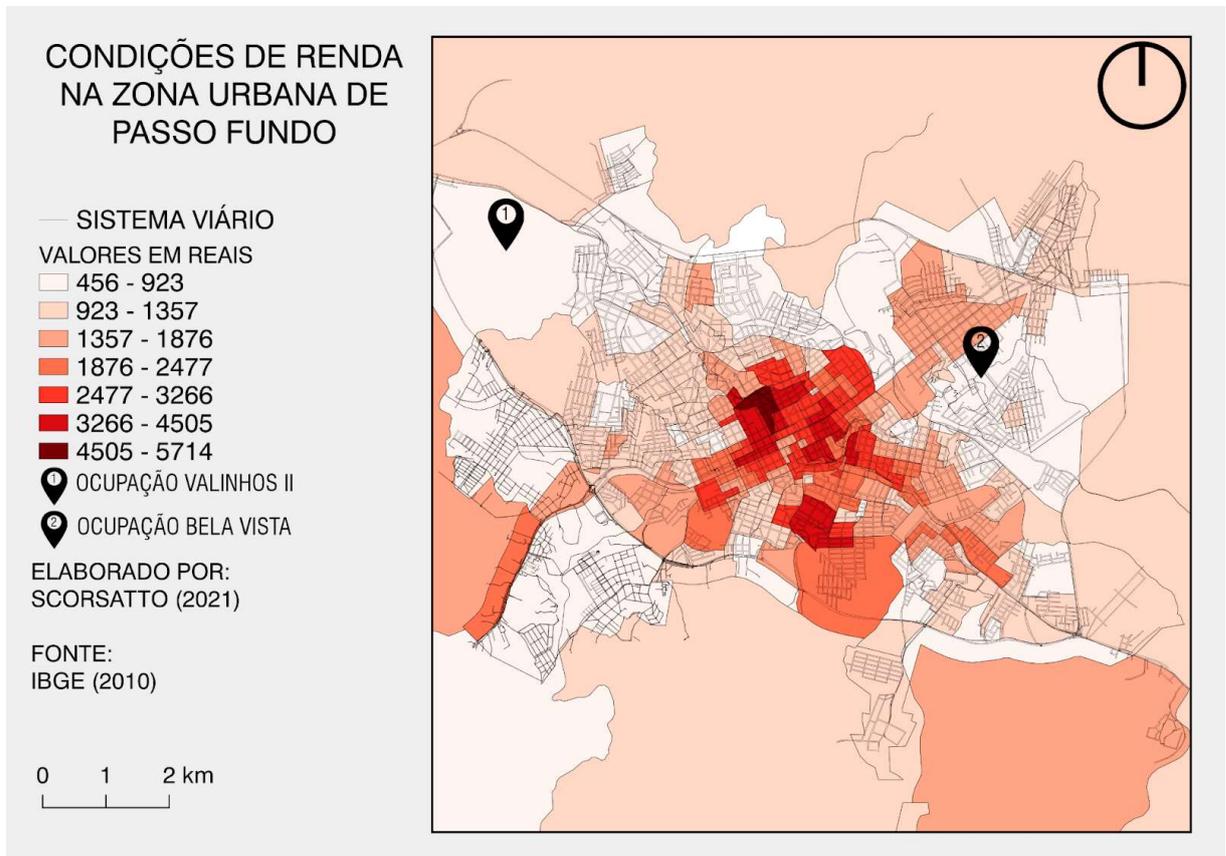
Conforme o estudo de Oliveira (2011), o movimento busca aglutinar diferentes sujeitos que compõem o campo de disputa pelo território das cidades e toma como estratégia de ação duas frentes: a abertura ao diálogo com a sociedade e a articulação das bases do movimento. Sendo que, no que se refere à primeira estratégia o movimento se utiliza de vários recursos de comunicação para apresentar suas pautas, as condições de vida que levam, o que defendem e buscam; já referente a articulação interna o movimento organiza-se através de coordenações locais, regionais e nacionais que se interligam e definem ações, resolvem demandas de caráter emergencial e propositivo, além, claro, de estabelecerem vinculação com outros movimentos sociais populares.

Ao que se refere à história do MNLN especificamente em Passo Fundo cabe mencionar que a organização do movimento é anterior ao surgimento das duas ocupações que estudadas. Durante o trabalho de campo desta pesquisa se constatou que, embora não se apresentem como coordenação local do movimento, poder-se-ia atestar que as lideranças das ocupações Valinhos II, Chácara Bela Vista,

Vista Alegre e Leão XIII desempenham a função de coordenação colegiada do movimento em Passo Fundo – dado o empenho, a comunicação e colaboração mútua que mantêm. No entanto, as lideranças atuais das ocupações já não são as mesmas que lideravam no início dos processos. Isso, associado a uma tradição oral, em grande parte, de registro da história do movimento faz com que elementos históricos se percam. Ademais, a liderança que é referência do movimento para as lideranças das ocupações estudadas não pôde participar das entrevistas, até o momento da redação final da dissertação, por motivos de ordem pessoal.

Na sequência serão apresentadas as duas ocupações estudadas com a pesquisa (Figura 09) em aspectos espaciais e organizativos. Em vias de justificativa para a escolha dessas e não de outras ocupações, destacam-se quatro elementos: I. a existência de estudos científicos, que apresentam dados sobre essas áreas, com no máximo cinco anos de publicação (considere-se que, no momento da delimitação espacial da pesquisa não havia garantia de que, pelas condições sanitárias, se poderia realizar o trabalho de campo); II. a relação prévia de proximidade do autor com as lideranças das duas ocupações, bem como o conhecimento acumulado a respeito de condições e relações implicadas a elas; III. a interpretação prévia de uma relação de afinidade e ação conjunta entre as duas ocupações; e, por fim, IV. uma diferenciação da ordem da propriedade da terra das duas ocupações, isto é, uma em área pública e outra em área privada, sendo que ambas são limítrofes a áreas de interesse ambiental especial.

Figura 09: Passo Fundo: Distribuição espacial da renda e localização das ocupações estudadas.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Elaboração própria, 2021.

Embora coubesse um maior aprofundamento quanto às questões epistemológicas dos termos ocupação e invasão, o presente trabalho fez uma escolha. Maricato (2013a) faz uma ponderação a respeito disso: os movimentos sociais implicados com a luta pelo direito à habitação refutam o termo “invasão”, que consideram pejorativo, estigmatizador e ofensivo. Diante disso, assumem “ocupação” como uma manifestação política do direito de ocupar frente à negação da seguridade do direito à habitação que lhes é negado. Ainda que se compreenda a razão de se reafirmar o uso de invasão (pois o que lhe importa, em alguns estudos como o supracitado, é a caracterização jurídica da propriedade, já que ela é que assegura o direito de permanência no local), aqui se tomará o termo ocupação em consonância com o discurso e a terminologia defendida pelos movimentos sociais.

2.4. A ocupação Chácara Bela Vista

Com registros de surgimento no ano de 2015, localizada no setor 05, região do bairro São Luiz Gonzaga, a ocupação está situada, conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), de 2006, entre uma Zona de Proteção de Recursos Hídricos (ZPRH) e uma Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1)²⁴. O fato de estar inserida numa área já tida como de interesse social poderá ser um elemento facilitador em uma possível negociação para a regularização fundiária, ao mesmo tempo que, a parte que está numa zona de proteção tem o processo de regularização ambientalmente impedido.

De acordo com Moreira (2018), a ocupação tem 90% das habitações fora da área não edificável por conta do recuo exigido, pela legislação ambiental, de 30m desde a borda da calha do leito regular do rio. Com relação ao mapeamento apresentado por Moreira (2018), há notoriamente um aumento significativo do número de edificações no lote, ou ainda de ampliação das edificações existentes. O que, por sinal, revela um aumento no número de habitantes da ocupação, embora esse número possa ser bem mais expressivo dado o contexto em que muitas casas passaram a abrigar mais pessoas sem que haja, porém, uma alteração estrutural.

Neste caso da Bela Vista²⁵ é possível perceber que houve um processo de organização inicial dos atores implicados com a ocupação. Isso fica evidenciado na figura 10, que apresenta o mapa da área onde, apesar das modificações geradas pelo aumento populacional, ainda é possível atentar-se ao arruamento organizado numa malha regular, bem como, a distribuição uniforme dos lotes, de acordo com a representação das edificações.

²⁴ A classificação 1 remete às “áreas vazias ou subutilizadas destinadas à implantação ou promoção de lotes e/ou habitação de interesse social.” (PASSO FUNDO, 2006, p. 22).

²⁵ Adota-se a denominação comum dos moradores “Bela Vista” para referir-se à ocupação Chácara Bela Vista.

Figura 10: Passo Fundo: Mapa da ocupação Chácara Bela Vista.



Fonte: Google Earth, 2022. Elaboração própria. Colaboração: Kalindy Granella Peruzzo, 2022.

No que se refere a auto organização da ocupação poderia se destacar ainda, em aspectos espaciais, a construção de uma sede, de um depósito de resíduos coletivo, da instalação e manutenção de redes de abastecimento de água e energia elétrica, bem como da manutenção das condições de trafegabilidade do arruamento; e em aspectos de mobilização, ordenamento e planejamento, enquanto movimento social, o cadastramento socioeconômico realizado pela coordenação, os espaços de reuniões e assembleias que debatem as condições e os rumos da organização, a preparação de eventos e o financiamento coletivo para manutenção estrutural da ocupação e de projetos coletivos. (Figura 11)

processo interno de recenseamento, afirmam contudo que houve um aumento expressivo no número de pessoas na ocupação.

Na época do estudo feito por Moreira, havia ainda terrenos sem edificações (7 unidades) e edificações sem moradores, resultando um total de 151 lotes que, apesar de irregulares no tamanho, respeitavam a área mínima de 200m² e o recuo frontal de 4m previsto pelo zoneamento do PDDI (2006). O que se pode atestar durante o trabalho de campo é que em alguns casos ainda se mantém os recuos, mas que nas situações onde houve ampliação da edificação ou construção de novas edificações no mesmo lote os recuos nem sempre foram mantidos. (Figura 12).

Figura 12: Ocupação Bela Vista: Avanço das edificações sob o recuo frontal do lote.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Demian França, 2022.

Em termos de localização, apesar de estar em uma área periférica, a Chácara Bela Vista está menos distante de um sub-centro e do centro principal da cidade, com relação a ocupação Valinhos II, conforme veremos na sequência.. Beirando a Rua Princesa Isabel, está num dos principais eixos de ligação da região do bairro São Luiz Gonzaga com a região do bairro Petrópolis. Além do que, insere-se numa

área urbana que já estava mais consolidada – em termos de infraestrutura – do que a outra ocupação estudada.

Figura 13: Vista aérea da ocupação Chácara Bela Vista em destaque à Rua Princesa Isabel.



Fonte: Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NADUC), Universidade de Passo Fundo (UPF). Fotografia: Luiz Eduardo Lupatini, 2022.

Em relação aos dados socioeconômicos, quanto ao perfil dos moradores, 86% afirmam ter morado em Passo Fundo antes da ocupação e apenas 14% vieram de outras localidades. Entre as razões elencadas para a ocupação, 88% manifestaram que ocuparam por falta de moradia, 7% por incentivo da família e de conhecidos, 3% por incentivo do MNLM²⁶ e apenas 2% pela facilidade de acesso. (MOREIRA, 2018, p. 80). Já no que diz respeito à renda familiar, Moreira apresenta que 82% das pessoas entrevistadas declaram que o rendimento é de até 1 salário mínimo, ao que segue 17% recebem até 2 salários mínimos e somente 1% tem renda superior a 2 salários mínimos (2018, p. 82). Uma galeria de imagens que contribuem com a compreensão da área de estudo pode ser encontrada no Apêndice C.

²⁶ Esse é um dos dados que conduz à compreensão de que, embora algumas lideranças (especificamente da ocupação Valinhos II), se reconheçam como parte do MNLM, as ocupações em si não são majoritariamente mobilizadas pelo movimento.

2.5. A ocupação Valinhos II

Durante o trabalho de campo se pode compreender que as primeiras unidades habitacionais que ocuparam a área onde é a Valinhos II vieram remanescentes da ocupação Valinhos I, em 2013, portanto, há aproximadamente 9 anos. Localizada no setor 17, região do bairro Valinhos, a ocupação está situada, conforme o PDDI, de 2006, entre uma Zona de Uso Especial (ZEU) e uma Zona de Proteção de Mata Nativa (ZPMN). A figura 14 apresenta o mapa da ocupação, o que deixa visível que, desde o momento inicial, houve algum tipo de organização social que garantiu a distribuição uniforme dos lotes, a definição das vias principais, bem como uma preocupação de garantia de inviolabilidade da Área de Preservação Permanente (APP), muito embora mais recentemente tal área também tenha sido ocupada por 17 edificações (Figura 15).

Figura 14: Passo Fundo: Mapa da ocupação Valinhos II.



Fonte: Google Earth, 2022. Elaboração própria. Colaboração: Kalindy G. Peruzzo, 2022.

Figura 15: Ocupação Valinhos II: Edificações alocadas na APP.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Também nessa ocupação, em termos de aspectos espaciais, se pode perceber o caráter de planejamento e uso coletivo do território através da construção de uma sede da ocupação (Figura 16), do depósito de resíduos coletivo, bem como com a manutenção da infraestrutura em geral. Diferentemente da ocupação Bela Vista, que é em área privada, a ocupação Valinhos II está localizada em uma área pública. Um dos impactos dessa diferença é que o Estado, enquanto Poder Público Municipal é, em certa medida, atuante na manutenção da infraestrutura, como no caso da manutenção das vias públicas.

Figura 16: Ocupação Valinhos II: Sede comunitária.



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Dada nas adjacências de uma indústria de médio porte, fabricante de postes de concreto (Figura 17), a ocupação se conecta à cidade exclusivamente pela Avenida Rio Grande, a qual é uma das vias estruturadoras do sistema viário municipal. Dispondo inicialmente de 115 lotes, no ato da coleta de dados para a pesquisa feita pelo Grupo de Apoio a Movimento e Organizações Populares (GAMOP), apenas 8 desses estavam vazios.

Figura 17: Vista aérea da ocupação Valinhos II.



Fonte: NADUC/UPF. Fotografia: Luiz Eduardo Lupatini, 2022.

Quanto ao perfil dos moradores é oportuno destacar dois aspectos apresentados pelo estudo: I) a maior parte deles (59%) vem de origem rural; e II) majoritariamente as pessoas têm naturalidade em Passo Fundo (42,9%), sendo que as demais informaram nascimento na microrregião de Passo Fundo (11,4%), em outras cidades do estado (32,4%) e noutros estados do país (13,3%). (GAMOP, 2019, p. 13 - 14). Quanto às condições de renda per capita das famílias, 82,5% estão na faixa de até um salário-mínimo (na época o correspondente à R\$998,00); 11,7% estão entre 1 a 2 salários mínimos; 4,9% situam-se entre 2 a 3 salários mínimos; e, somente 1% informou renda na faixa de 3 salários mínimos ou mais. (GAMOP, 2019, p. 27).

No que se refere à vinculação anterior à ocupação a movimentos sociais por parte dos moradores, o relatório mostra que “90,4% dos ouvidos, nunca tinha participado de alguma ocupação (5 participaram em outras ocupações em Passo Fundo e outros 5 fora da cidade).” (GAMOP, 2019, p. 31). O que esse dado apresenta é que não se trata de um ato de repetição dos moradores o feito de ocupar terra para fins habitacionais. Por sua vez, as ocorrências de casas próprias ou alugadas explicitam que a ocupação surtiu, para a maior parte dos moradores, como uma fuga dos valores da locação de imóveis, sendo que 74,3% já moraram de

aluguel, enquanto 8,6% já tiveram uma casa própria e viveram de aluguel, 4,8% tiveram casa própria e para 12,4% dos ouvidos a casa que tem na ocupação é a primeira moradia. Por fim, o Apêndice D apresenta uma galeria de fotografias que poderão complementar a compreensão da realidade aqui apresentada.

Por fim, cabe uma consideração a respeito das duas ocupações estudadas: atualmente o grupo de coordenação de ambas é composto majoritariamente por mulheres. Essas, embora não tenham se apresentado como a coordenação do MNLM em Passo Fundo, assumem uma função de coordenação colegiada das duas ocupações e a elas se somam outras mulheres que também lideram outras ocupações. A questão de gênero sem dúvida merece um aprofundamento consistente que esta pesquisa não comporta, mas aponta como um indicativo. De todo modo, além de exercerem o papel de lideranças das ocupações, as mulheres também se organizam em torno de pautas comuns como, por exemplo, atualmente quando se encontram num mesmo local, vindas das suas respectivas ocupações, para discutirem temas que não seriam, *a priori*, próprios da ocupação, a saber: violência doméstica, feminismo, mulheres na política e afins, mas que se inserem dentro de um contexto da interseccionalidade das lutas populares.

3. OS ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS, OS USOS POLÍTICOS DO TERRITÓRIO E AS ESCALAS DE PODER

Emergindo da fundamentação teórica, do problema com que esta pesquisa se implica e do território em questão, o terceiro e último capítulo se detém em apresentar e tecer considerações críticas sobre os atores mapeados pelo estudo.

Em primeira ordem estão descritas as organizações e instituições que foram entrevistadas durante a pesquisa empírica. Na continuidade os subcapítulos caracterizam e apresentam, através dos tópicos, o agrupamento dos atores por segmentos e nas múltiplas escalas de poder e, ainda, confere críticas à territorialidade instituída pela ação dos atores estudados, em síntese, ao território.

3.1. O mapeamento dos atores político-territoriais

Ao total doze pessoas foram entrevistadas no período entre março e maio de 2022, todas com base nos dois questionários produzidos e, conforme as possibilidades na modalidade presencial ou remota. Todas as pessoas entrevistadas manifestaram autorização da gravação da entrevista com fins exclusivamente para a pesquisa. Das doze pessoas quatro são integrantes das coordenações das ocupações (uma liderança que compôs a coordenação e outra que compõe a coordenação da ocupação Chácara Bela Vista e duas lideranças que compõem a coordenação da ocupação Valinhos II) e as demais representam organizações e instituições, da escala local, que estão implicadas com as duas ocupações e, em alguma medida, com o MNLM. O quadro 02 apresenta dados gerais sobre as entrevistas.

Quadro 02: Relação de atores político-territoriais entrevistados durante o trabalho de campo.

Instituição/Organização	Modalidade	Data	Duração
Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo	Presencial	19/03/2022	00:52:00
Movimento Nacional de Luta pela Moradia	Presencial	20/03/2022	00:58:42
Movimento Nacional de Luta pela	Presencial	22/03/2022	00:42:41

Moradia			
Secretaria Municipal de Habitação	Presencial	23/03/2022	00:38:33
Universidade de Passo Fundo	Presencial	24/03/2022	00:21:30
Associação Educacional e Beneficente São Carlos	Presencial	24/03/2022	01:04:20
Movimento Nacional de Luta pela Moradia	Presencial	26/03/2022	01:15:19
Defensoria Pública Regional de Passo Fundo	Online	04/04/2022	00:39:25
Agenda 21	Online	05/04/2022	00:32:15
Cáritas Arquidiocesana de Passo Fundo	Presencial	06/04/2022	00:20:24
Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares	Online	29/04/2022	00:50:36
Vara da Fazenda Pública	Online	31/05/2022	00:51:04

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Durante o trabalho de campo também se tomou a fotografia como um recurso para o estudo e registro das áreas. Diante disso, com a autorização das lideranças das ocupações, as duas foram fotografadas gerando imagens ao nível do observador e aéreas. As imagens feitas por drone foram obtidas através de uma parceria feita com o Núcleo de Arquitetura e Desenvolvimento Urbano e Comunitário (NADUC), da Universidade de Passo Fundo (UPF) que, além de disponibilizar o equipamento necessário, também dispôs do profissional técnico para o registro das áreas.

3.2. Os atores político-territoriais e as escalas de poder: percepções a partir da pesquisa empírica

Neste subcapítulo se traçará um panorama geral com base nas temáticas que mais receberam destaque durante as entrevistas. Isso porque se quer evidenciar a percepção e as interpretações dos atores mapeados com relação ao território e à territorialidade que instauram nas suas determinadas escalas de poder. Em seis

tópicos se abordarão: I. O MNLM em Passo Fundo; II. A presença do Estado nas ocupações; III. As relações da Sociedade civil com as ocupações; IV. Os impactos da pandemia da COVID-19 nas ocupações; V. A interseccionalidade das lutas urbanas; VI. Perspectivas de futuro para as ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II.

3.2.1. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Passo Fundo

Logo na Entrevista 01 se destaca um aspecto que se desdobrará nas entrevistas seguintes sobre a relação do movimento com as ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II. Ao que consta:

Do ponto de vista da sociedade civil, claro acho que as ocupações têm uma relação importante com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que é uma relação, ao mesmo tempo que as ocupações se reconhecem parte do movimento da moradia, o movimento da moradia também é mais amplo e ele tem uma inserção local, mas tem uma inserção estadual, nacional. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

Esse caráter do movimento como uma organização que integra a luta das ocupações por habitação, mas com o qual nem todas as lideranças se identificam como parte, é um elemento que se apresenta com uma diferenciação entre as duas ocupações estudadas. No caso da Valinhos II foi possível perceber um reconhecimento das lideranças da coordenação como parte do MNLM, já na Chácara Bela Vista o movimento foi apresentado, pelas pessoas que compõem a coordenação atual, como um ator externo com o qual elas podem contar. De todo modo, enquanto movimento social, naquela concepção apresentada anteriormente por Gohn (2014) e Castells (1983), essas organizações agrupam-se dentro do conjunto de novos atores classificados por Rosière (2007).

Ah, eles [MNLM] tem ajudado bastante... eles tem ajudado bastante e é um vínculo bem significativo, sabe? Porque nós temos o Dr. Leandro, nós temos a Edivânia, nós temos o Paulo, nós temos a Rafaela, professores que fazem parte dos direitos humanos [CDHPF], o Julinho que é da luta pela moradia [MNLM], né [...]. Mas é bem significativo porque a gente teve desde o começo (desde os primeiros dois, três dias...). Acho que fazia uns três ou quatro dias que a gente estava aqui e lá vem o Julinho. Foi o primeiro que veio. Porque ele pra assentar um pessoal e meter a boca no trombone, é com ele mesmo, né. E ele veio num fusquinha velho, caindo os pedaços, veio que veio no doze descendo aquela rua. Lembro como se fosse hoje: nós aqui na frente, tudo apavorado, estava nos dois lado ali sendo ocupado:

aqui e ali. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Muito embora, uma liderança mais antiga, que já compôs a coordenação da ocupação Chácara Bela Vista se apresenta como integrante do MNLM. Isso mostra também como a incidência do tempo e a rotatividade das lideranças provoca mudanças estruturais na organização dos movimentos sociais.

Nós temos contato com o movimento... Aqui em Passo Fundo, o coordenador geral veio até o Julinho... O Júlio é conhecido como Júlio da Moradia. Eu entrei para ajudar o Júlio na questão das divulgações das ocupações. Eu fiquei com a parte de mídia, mas não estou assim... A Denair também, ela está fichada como um membro do movimento aqui em Passo Fundo também... Mas, não foi feita uma ata, uma reunião, com um documento que dissesse: "Hoje quem é representante do movimento aqui de Passo Fundo é o Julinho". Nós somos simplesmente militantes que se identificaram com a luta e entraram para ajudar, de alguma forma, a estar mostrando como se pode lutar através da organização, né? (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

Já no que se refere a organização do movimento em Passo Fundo, ou seja, o que extrapola os limites das ocupações propriamente ditas, se percebeu que a vinculação entre elas (e também com outras ocupações), se dá com base em aspectos distintos: um primeiro trata das questões emergenciais, seja de falta de alimentos, materiais escolares e roupas, por exemplo. Isso se materializa numa rede de solidariedade que é organizada pelas lideranças das ocupações. Outro aspecto concerne às demandas também emergenciais mas de uma ordem resolutiva das relações sociais, como por exemplo, conflitos entre vizinhos, situações de violência doméstica e relação com o tráfico e as milícias que se engendram na disputa pelos territórios.

Um terceiro aspecto que congrega as ocupações e que poderia se dizer que trata de uma ação conjunta, diz respeito ao modo como elas atuam, suas estratégias, seus contatos com a Sociedade em geral e com o Estado e as atividades que organizam em comum. Exemplos disso podem ser as reuniões que fazem com o Poder Público Municipal, a participação em Conselhos Municipais, o grupo de mulheres que se reúne aos sábados com frequência combinada, as redes sociais que utilizam como um meio de comunicação onde as próprias ocupações podem se dizer e, ainda, o Natal das Crianças das Ocupações como um evento mobilizado por elas.

Por fim, um outro aspecto que poderia se caracterizar sobre o MNLM em Passo Fundo diz respeito às ações mais amplas, por exemplo jurídicas, que são pautadas pelas ocupações em parceria com outros atores, como no caso do processo levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos em vista do acesso à água potável para as ocupações durante a pandemia de COVID-19. O trecho da entrevista abaixo apresenta um aspecto da compreensão sobre o MNLM dado por uma coordenadora da ocupação Valinhos II quando perguntada sobre como é a vinculação da ocupação com o movimento:

É boa. É boa no sentido, assim, que nós temos o Júlio, né? Aqui. Então, o Júlio é essa pessoa de contato, assim, eu faço parte do movimento, mas eu [...] eu falo muito pouco desse espaço, porque ali nós temos o Júlio, que é a pessoa que nos coloca em contato com o Movimento, né, então, assim, é, principalmente a Bela Vista, Vista Alegre, Valinhos e Leão XIII. Nós temos essas relações que se a gente tá precisando de tal coisa do movimento, a gente sabe que pode contar. E a gente, assim, tem um desejo imenso, apesar da gente não ter pernas, que seria fortalecer o próprio movimento, né, porque às vezes o movimento tá muito personalizado no Julinho. Né, e o movimento não é o Julinho... o movimento são as pessoas que são capazes de se organizar nos territórios e ocuparem. E a gente tem feito esse movimento e temos crescido, inclusive, porque a gente consegue agora ocupar uma cadeira no Conselho da Saúde, que é a Denair, em nome do movimento da moradia, né... então a gente começa... né... e, e, se, se, se colocá, e esses dias o Júlio disse: "Olha, [...] nós vamo deixar você como pessoa de contato no município enquanto Movimento". (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

Sobre a operacionalização do MNLM em Passo Fundo, quando perguntado sobre como se dá a vinculação das ocupações ao movimento, se destaca uma estrutura multiescalar que conecta os atores nas diversas escalas.

Eu citei uma ideia no caso de ter um [líder] em cada ocupação para o caso de demandas, para passar para a [coordenação do MNLM] Estadual, para ir para a Nacional, para as reivindicações. Então, o Julinho, como coordenador, marcamos as reuniões com ele, passamos as demandas de cada ocupação, de cada situação: Ah, nós queremos uma reunião com o prefeito para falar sobre a situação das ruas da Bela Vista, sobre o processo, sobre melhorias, ou qualquer coisa o Julinho acompanha as lideranças junto com os moradores. Nós somos, como se diz, somos o contato que tem de chamar o coordenador do movimento. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

Já no que diz respeito às ocupações de terra para fins de moradia em Passo Fundo cabem algumas considerações sobre a percepção que apresentam do MNLM. Conforme mencionado anteriormente, nem todas as lideranças das ocupações se apresentam como parte do MNLM, muito embora elas se digam e

sejam implicadas com a territorialidade das ocupações e com a luta pelo direito à habitação de um modo geral. Acerca das ocupações em Passo Fundo, de um modo geral, é importante considerar:

[...] que essas ocupações de Passo Fundo [Chácara Bela Vista e Valinhos II] são, talvez, duas ocupações (junto com, talvez, algumas do Zacchia), das dezenas de ocupações; são algumas ocupações que se destacaram nesse último período e, portanto, ganharam força, visibilidade importância e tal e também interação, presença, envolvimento e tudo isso. Mas não dá para esquecer que a realidade das ocupações de Passo Fundo é imensamente maior do que em relação a essas duas, acho que esse é um elemento importante para observar, né? E isso também do ponto de vista de que, ainda que tenha uma relação, um acompanhamento, um processo de interação com as ocupações todas, essas duas ganharam destaque e acabam também sendo as mais visadas e as mais trabalhadas. Mas eu ressaltaria isso: não dá para esquecer que são duas de mais de 100, segundo alguns estudos, mais de 70, segundo outros, mais de 50, segundo outros. Mas de qualquer maneira, ao menos dezenas de ocupações, com certeza, estão colocadas aí na realidade da cidade. E que todas elas cresceram incrivelmente nesse último período, evidentemente muito em razão da crise econômica e também dos impactos todos desse contexto de recessão e de retrocessos que a gente está vivendo, então, o fato é que nós temos uma realidade muito grave e que está muito longe, na minha avaliação, de se resolver – ainda que o poder público diga que vá manter estes ocupantes nesses lugares, mas não há manifestação deles sobre uma dezena de outros. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

No tocante à ação das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II e as suas estratégias cabe ressaltar que se percebe uma *expertise* que vem da própria luta organizada em um movimento social. Um elemento a destacar foi a organização da ocupação Chácara Bela Vista em torno de um meio de comunicação próprio, onde a coordenação tinha a palavra e ela mesma se dizia na relação com as pessoas externas. Isso surge a partir da demanda por criar visibilidade para a questão da luta pela habitação em Passo Fundo.

Passo Fundo, com mais de 100 ocupações e ainda esse problema não é visto porque poucas pessoas têm coragem de dizer: Eu moro em uma ocupação. E nós [...] tivemos a coragem de botar a cara, tivemos a coragem de ir para a sociedade, e dizer: Tem um problema sério em Passo Fundo que precisa ser visto por todos. Por que que a ocupação Bela Vista existe, já beirando os 7 anos, dia 23/05 ela faz 7 anos? Porque a sociedade viu que há um problema. Porque a sociedade começou a apoiar, porque a sociedade começou a compartilhar os nossos vídeos, passou a compartilhar o nosso material. Porque quando a gente entrou aqui, a ideia de criar um material, de criar uma página, um facebook e mostrar, divulgar o que estava acontecendo aqui dentro, foi para dizer para a sociedade: Nós estamos aqui e tem um problema aqui. E foi onde que todo mundo nos conheceu. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

Através de uma página no *Facebook* a ocupação atingiu um alto número de interlocutores que passaram a acompanhar suas demandas, solidarizar-se com as suas condições e, conseqüentemente, desfazer estigmas comumente sustentados por posicionamentos difundidos pelas mídias hegemônicas. A difusão da questão habitacional propulsionada pela página “João Forgearine (ocupação Bela Vista)”, no *Facebook*, e por outras estratégias permitiu à ocupação angariar espaço também nas mídias tradicionais do município.

Ligar para a rádio e dizer assim: “Aqui é o –, da Ocupação Bela Vista, estou passando aqui para oferecer uma música, dar bom dia para todo mundo... o nome da Bela Vista estaria sendo visto, sabe? Em 1 ano ganhamos participação de quase todas as rádios de Passo Fundo. E em 1 ano nós conseguimos nos mostrar na mídia, nos jornais, em entrevistas. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

3.2.2. A presença do Estado nas ocupações

Conforme Maricato (2013a) já afirmou, não comumente a presença do Estado nas periferias urbanas e nas áreas de ocupação de terra se dá majoritariamente pela força repressiva (e muitas vezes violadora), da polícia. Isso também se evidencia na entrevista com integrantes das ocupações. Quando interrogados sobre a presença do Estado, logo mencionam a ação policial que, por sua vez, apresenta-se naquilo que Bobbio (2020) denomina como relações desiguais de poder. Isto é, quando uns têm relações de subordinação entre os detentores do poder de comando e os destinatários do dever de obediência.

A própria polícia veio na ocupação nos ameaçar, né? Essa semana teve um policial dizendo que a ocupação vai sair daqui, porque ele teve um problema com a ocupação, problema que tem em tudo que é lugar. “Ó, vocês vão sair daqui...” Humilhar os moradores. Um policial ‘dar’ em um morador [no sentido de agredir fisicamente] porque ele estava na frente da rua querendo água, ‘dar’ um processo contra o morador... É complicado... Desculpe o meu desabafo, mas acho que eu estava precisando. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

Um outro aspecto que diz respeito à compreensão das dinâmicas da ocupação (ou a falta dela), por parte do Estado se refere a fragilidade da base de dados sobre as áreas ocupadas e as populações que vivem nessas áreas. Quando questionado sobre informações relacionadas aos processos de ocupação da terra e consolidação dos movimentos sociais de luta por habitação um componente do

Poder Público Municipal afirma o exposto abaixo evidenciando que os dados registrados a respeito dessa questão são acessados pelos órgãos do Estado com a mesma consistência que qualquer consulta pública poderia encontrar sem, no entanto, conter um aprofundamento da questão que se desdobre em catalogações e monitoramento dos processos.

Basicamente a ocupação Valinhos II e a ocupação Bela Vista se originaram por volta de 2013, 2014, né? Algumas, 2012. Até quando há necessidade de fixar mais a questão do tempo, eu tenho me valido dessa ferramenta do Google Earth que nos permite voltar a imagem, né, no tempo, e aí a gente consegue mais dados, né? (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 04).

Também no que concerne a ausência ou negligência do Estado nesta questão das ocupações em Passo Fundo um outro entrevistado apresenta de que modo a ausência de uma base de dados consistente é também uma estratégia para não implicar-se com a questão em si. Na medida em que um agente do Estado, enquanto Poder Público Municipal, não sabe ao certo afirmar, por exemplo, quantas são as ocupações para fins de moradia na cidade também é uma forma de não implicar-se substancialmente com essa problemática.

Não tem saúde, não tem esgoto, não tem saneamento, não tem água, não tem luz. E não há um controle público de quem ingressa ou deixa de ingressar numa ocupação depois que ela se estabelece. E de alguma maneira, pessoas que se desvinculam do movimento fazem o tráfico da posse, e quem entra, as pessoas que estão no movimento, nem sempre tem condições de eles próprios auto-gerir este espaço. E interessante é que a gente teria plenas condições de resolver isso, tu deves ter, obviamente, já tomado conhecimento de um estudo que tem a Faculdade Arquitetura aqui de Passo Fundo, vinculado à Beira Trilho, para mostrar os vazios urbanos da cidade. E como seria possível trabalhar esse assentamento ou reassentamento das pessoas, se não nos locais onde estão, em áreas muito próximas, né? Acontece que a municipalidade não faz uso nenhum dos instrumentos que o Estatuto da Cidade fornece. Portanto, as coisas simplesmente vão acontecendo de novo. O máximo de solução que, às vezes, se consegue é aquela solução que o Hegel já tinha criticado num estudo dele, que era tirar de um lugar e colocar na vizinhança imediata, então tu resolves aqui mas jogas pra lá e é isso que vem acontecendo, tem uma série de ocupações na cidade que estão nessa situação. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 12).

É verdade que também há posicionamentos que manifestam uma relação de abertura e acompanhamento, de ao menos alguns segmentos do Poder Público Municipal, com relação às ocupações estudadas. Ao que se informou durante as entrevistas parece haver, da parte das ocupações, uma compreensão de que pode

contar com o Estado, enquanto municipalidade, até determinado ponto. Mais adiante se mostrará como o Poder Executivo Municipal atua na construção de perspectivas para o futuro das ocupações.

E o diálogo com o município, porque tem o Secretário de Habitação, ele pode não resolver as coisas, mas ele discute, entendeu? Ele é, assim, não tem problema, assim, eu sou uma que eu tenho o WhatsApp dele. “Secretário, olha só, eu preciso falar com você, urgente.” Tem uma situação que eu preciso que o município saiba pra mediar, que às vezes ainda têm alguns conflitos, entendeu? Que eu não posso passar pra liderança, eu tenho que passar pra quem tem autoridade no momento no município, né? (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

Já sobre uma outra instância do Estado, no que diz respeito ao poder de Justiça especificamente, outra entrevista apresenta uma das maneiras como se dá a relação entre esse conjunto de atores e as ocupações. No caso apresentado na sequência também é importante atentar como os atores, dentro de repartições do Poder Judiciário, também têm orientações diversas e se posicionam, dentro do campo de disputa do poder, em frentes de territorialidade diversas e, por vezes, até mesmo divergentes.

Quando começou a pandemia eu recebi um ofício da Comissão de Direitos Humanos aqui do município e esse ofício também foi encaminhado pro Ministério Público, porque nós tínhamos uma orientação da Organização Mundial da Saúde de que as pessoas deveriam ficar em casa, atentar pros cuidados de higiene, redobrá-los e tudo mais. E essas pessoas [nas ocupações] não tinham água em casa, né? E aí... bem, essa situação foi narrada para mim como para Defensoria Pública e pro Ministério Público e o Ministério Público respondeu o ofício em quarenta e oito horas dizendo que não havia nada que o pudesse fazer. Existe uma promotoria aqui chamada Promotoria da Defesa Comunitária e esse promotor em quarenta e oito horas respondeu o ofício dizendo que não tinha nada o que fazer. E aí em seis dias eu elaborei uma ação civil pública contra o município e contra a CORSAN pedindo, em critério de urgência, ou seja, liminar (como comumente se conhece esse tipo de ordem judicial), que fossem obrigados instalar bicas públicas nessas ocupações; a Valinhos também foi contemplada para que as pessoas pudessem ter acesso à água potável e a juíza de primeiro grau indeferiu. Eu agravei e o Tribunal deferiu a ordem. Eles estão até hoje com as bicas instaladas aí por conta dessa ação, mas o Ministério Público entendia que não tinha como atuar. Quando eu perdi a liminar em primeiro grau, a Promotora convocou uma reunião no Ministério Público onde várias pessoas participaram e ela sustentou publicamente que a minha ação provavelmente não teria sucesso e no dia seguinte o Tribunal reverteu a situação aqui. Então eles atuam mais a favor do... se eu pudesse dizer na minha, isso é uma percepção pessoal que eu tô fazendo a partir da minha subjetividade, daquilo que eu percebo: aqui, se eles tiverem que escolher um lado, eles vão escolher o lado do proprietário, do mercado eventualmente; não o lado das ocupações, dos moradores dessas ocupações. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 08).

3.2.3. As relações da Sociedade civil com as ocupações

O conjunto de atores da Sociedade civil mapeados durante o trabalho de campo e que será apresentado na continuidade, explicita como esse segmento é o que estabelece a maior vinculação com as ocupações estudadas na escala local. A composição desse conjunto é dada por atores clássicos e também por novos atores (Rosière, 2007). Para citar alguns dentre o universo dos atores que se congregam, como Sociedade civil, em vínculos com as ocupações estão Igrejas, universidade privada e privada comunitária, empresas de mídia e comunicação, ONGs em geral, movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Conforme já se explicitou em uma citação da entrevista 02 anteriormente, a percepção do líder de uma das ocupações é de que, de um modo geral a sociedade local conseguiu, em partes, superar a visão criminalizadora e estigmatizante e, além disso, passou a contribuir com redes de solidariedade que dão suporte às ocupações.

Para além disso, há um dado que merece destaque: em todas as entrevistas realizadas a CDHPF foi apresentada como um ator indispensável e estruturante da luta do MNLM especificamente, mas também das lutas populares em Passo Fundo de um modo geral. Diante disso se toma com importância a apresentação de elementos dessa relação que foram elencados nas entrevistas. A respeito da sua natureza, a entrevista 01, que escutou um representante da Comissão, mostra uma diferenciação desde a maneira como concebem a sua identificação, um recorte dentro da concepção mais genérica de Sociedade civil.

É, a gente, vamos dizer, como Comissão de Direitos Humanos ela é uma organização da Sociedade civil. Portanto, se chama de OSC, que é um termo um pouco confuso e genérico porque na Sociedade civil, em tese, entram interesses de todo tipo, né? Não necessariamente interesses mais vocacionados sob um certo ponto de vista político talvez, né? Então, desse ponto de vista a gente, digamos assim, prefere se identificar como de uma, a gente se entende como uma organização movimento[...] talvez assim se pudesse caracterizar a Comissão de Direitos Humanos como uma Organização Não Governamental, naquele sentido clássico dado às ONGs, desde a tradição europeia no Brasil, que é um campo aí de organizações. Para se distinguir também do terceiro setor ou de outras iniciativas nesse universo, digamos assim, amplo da sociedade civil. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

Enquanto ao tratar especificamente do campo da relação entre a CDHPF e as ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II, na mesma entrevista se evidenciam

três aspectos que sintetizam esse vínculo: apoio político, apoio organizativo e mobilização de recursos. O que se pode perceber é que a Comissão atua diretamente com as ocupações e também indiretamente com elas na medida em que vincula e articula uma série de outros atores, de diferentes escalas, com as ações e demandas das próprias ocupações.

A primeira é, digamos assim, apoio político, né? Então a gente entende, e isso está presente inclusive nos objetivos da Comissão de Direitos Humanos, que um dos objetivos principais da Comissão de Direitos Humanos é apoiar a organização das pessoas que demandam, que reclamam, que exigem direitos humanos. A gente entende que a organização, auto-organização das pessoas, é o melhor caminho para lutar por direitos humanos. Então isso que eu chamo de apoio político. Tem uma organização de luta por moradia? Ótimo! Então é importante apoiar e reconhecer essa organização como uma organização que luta por direitos humanos, né? Então esse é o primeiro aspecto: é apoio político, mais estratégico. O segundo é um apoio organizativo, que é no sentido de ajudar aquela organização dentro da autonomia e da independência dela, da sua própria iniciativa organizativa e da sua própria dinâmica (que tem lá suas lideranças, têm as suas estruturas internas de coordenação, de mobilização, de construção), mas ajudá-la no sentido de abrir diálogos, de fazer ações formativas, fortalecer as coordenações, orientar sobre temas que eventualmente eles tenham demanda e a gente possa colaborar [...]. Então esse é o apoio que eu chamo de organizativo: em cima daquilo que a organização precisa tu tá ali para. Quem decide é organização, mas ela demanda e, se a gente pode ajudar, a gente então ajuda. [...] E o terceiro aspecto é a mobilização de recursos: então a gente também atua muito nisso de viabilizar, entrar, apoiar e colaborar na realização de campanhas para necessidades que a comunidade tem. [...] isso que eu chamo de apoio sobre necessidades mais concretas. Então também a gente “bá, precisa fazer uma audiência com o prefeito e precisa juntar grana para deslocar as pessoas para conseguir o transporte”. Então a gente vai atrás disso. “Ah, precisa fazer um documento e mandar não sei para quem, precisa finalizar a redação e essas coisas”. Então essa parte que é mais mesmo, eu chamaria, quase operacional, mas é importante porque ela se dá no sentido mesmo de ajudar nas necessidades que o grupo tem. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

A importância da ação realizada pela CDHPF junto às ocupações também fica evidenciada pelas entrevistas com líderes das ocupações que são enfáticas em afirmar que a Comissão exerce um papel determinante no sustento da luta que empenham, como no caso relatado abaixo.

Então, ajuda mesmo aqui pra dentro da ocupação, da Prefeitura, a gente não tem. Não tem porque é ilegal. Até ontem mesmo tinha um pessoal que queria saber se tinha como colocar poste, luz, até a gente não ser removido daqui. E aí o secretário de Habitação, o Caletti, disse que não existe porque em área privada é crime... Eles são processados se eles colocarem uma pedra, uma brita, um poste, qualquer coisa... É tudo ilegal, daí eles são processados. Então a ajuda são as nossas pernas, os nossos braços. E a boca! Na luta pela moradia quem nos apoia mesmo é os direitos humanos

[CDHPF], na verdade. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Outro aspecto das relações entre a Sociedade civil e as ocupações estudadas pode ser apontado no que diz respeito aos vínculos, sejam quais forem, com os atores privados. Adiante veremos que esse agrupamento foi o que menos reuniu atores em todas as escalas mapeadas, ainda assim aparecem empresas do ramo da construção civil, de mídias e comunicação e de educação e ensino superior. Sobre isso, uma das entrevistas apresenta um processo de fragilização das estratégias usadas por atores privados que se contrapõe às ocupações e que pode contribuir na compreensão do porquê poucos atores desse segmento foram sinalizados pelas entrevistas.

Então em relação ao mercado acho que tem uma questão importante que é a pressão (no caso do Valinhos II têm menos incidência, mas também tem sobre os certos aspectos), no caso da Bela Vista é uma área que uma empresa tinha previsão de construção de uma série de edifícios ali naquele contexto, então essa empresa teve uma movimentação de reação muito forte (tanto do ponto de vista judicial, quanto do ponto de vista político). Mas devo dizer que acho que ela perdeu a sua capacidade de articulação inclusive nos setores empresariais. Isso deve-se, sobretudo, a um fato importante da ocupação, que foi a geração de uma visibilidade e de uma adesão na sociedade (seja no movimento social mas também a sociedade no sentido mais amplo), a ocupação conseguiu passar a ideia de que é uma ocupação, sim, mas que a gente precisa de moradia e que efetivamente produziu uma adesão da sociedade (claro que não é todos), mas houve uma acolhida da sociedade à ocupação. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

O trecho acima, além de iniciar a discussão sobre os atores privados e as ocupações também reafirma aquilo que foi exposto anteriormente a respeito do papel que as estratégias de comunicação das ocupações (e especificamente da ocupação Chácara Bela Vista), no enfrentamento à desinformação e no combate ao discurso que exclui e banaliza os habitantes das ocupações. De um modo geral pode-se afirmar também que o papel, em termos de comunicação, desempenhado através da Bela Vista repercutiu na relação da Sociedade em geral com as demais ocupações da cidade. Ao que segue se volta a evidenciar elementos das relações com os atores privados, especialmente os do setor da construção civil.

Então aquelas pressões que uma empresa faz para classificar uma ocupação como uma invasão, como gente que não presta, como gente que tem que ser retirada, como gente que tá ali usando da propriedade privada alheia, tá impedindo o desenvolvimento... aquelas coisas todas que as

empresas, em geral, constroem como discurso, não avançou. Então, por exemplo, nós tivemos vários embates judiciais e a empresa perdeu praticamente todos eles (ainda que tenha havido decisões judiciais favoráveis a ela, mas ela teve uma dificuldade muito grande de conseguir ter sua resposta imediata, que era reintegração de posse pura e simples). Então, por exemplo, tivemos uma incidência via Comissão de Direitos Humanos no Conselho Estadual de Direitos Humanos, com várias recomendações aos juizes e tal... E a empresa, inclusive, fez manifestações ao Governo do Estado tentando desqualificar o trabalho do Conselho Estadual de Direitos Humanos. O que, de fato, ela não conseguiu, mas foi uma tentativa, uma ação objetivamente da empresa interessada de interesse da proprietária da área. Assim, do ponto de vista mais geral do universo do mercado, como eu disse, as adesões não foram tão explícitas, nesse caso. Tu vais ver menos grupos empresariais se manifestando contra a ocupação, ou coisa assim, coisa que em outros casos já teve muito mais. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

O que também merece ponderação e apresenta uma das diferenciações dadas pelo fato de uma ocupação ser em propriedade privada e outra em propriedade pública fica evidente no trecho a seguir quando se evidencia a maneira como, na relação com o outros atores da escala local, a ocupação em área pública fica resguardada de determinadas medidas, como no caso em questão, dos pedidos recorrentes de reintegração de posse.

No caso do Valinhos, aquela é uma área industrial. Ou era uma área destinada no Plano Diretor para ser uma área industrial, no entanto, a ausência de uma política de ocupação da área para os fins aos quais ela estava destinada acabou deslegitimando todo o discurso empresarial sobre a necessidade daquela área manter a destinação original para função de ser industrial. Porque efetivamente ficaram anos naquilo e uma das justificativas da ocupação foi essa: “a área tá ali abandonada, ninguém faz nada por ela, e nós precisamos de moradia”. Então a discussão que o universo empresarial, no começo, tentou ensaiar dizendo que “não, mas é área para indústria”, acabou esvaziada por conta da ausência efetiva de destinação objetiva para a finalidade para a qual a área havia sido destinada. Então, digamos assim, eu diria que nesses dois casos há presença de agentes empresariais, sim interesses (ACISA e essas organizações empresariais), mas elas tiveram uma dificuldade de contrapor a essa situação. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 01).

Ainda, um outro elemento que concerne à Sociedade civil diz respeito à relação das ocupações com as Igrejas, atores clássicos, de acordo com Rosière (2007). Historicamente, como se mostrou anteriormente, o MNLN tem uma vinculação à Igreja Católica Apostólica Romana, dado que o movimento nasce no bojo da organização das CEBs, portanto, um espaço dessa Igreja. Em alguma medida o vínculo com essa instituição se apresenta renovado na ocupação Valinhos II, através de parcerias com a Cáritas da Arquidiocese de Passo Fundo e,

especialmente, com o Seminário Scalabrini, dos Missionários de São Carlos. Este último ator desempenha uma função estruturante na ocupação dado que contribui financeiramente com projetos, dispõe de funcionária para acompanhar a coordenação da ocupação, sede espaço para as atividades (dado que o Seminário está justo nas imediações da ocupação) e atua como um mediador, com outros parceiros, em vista da resolução de demandas.

Ó, a gente, aqui não é o melhor lugar do mundo, mas aqui eu tenho, nós temos, a Sil e ter a Sil é ter perto, junto, uma parte da UPF e os padres. A gente dialoga muito bem com os padres Scalabrinianos aqui também, tem que dizer isso. Inclusive, o nosso projeto com mulheres para formação, quem tá colocando a grana pra gente conseguir ter o lanche e ter a gasolina para trazer as mulheres das outras ocupações são os padres aqui. E foram eles, nós construímos o projeto, a Sil e eu, compartilhamos com as lideranças (nós somos um grupo de 5 mulheres), a Sil teve reunião com eles e eles disseram: "A gente vai ajudar vocês". (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

Enquanto isso, na ocupação Chácara Bela Vista durante a entrevista se pôde perceber um desconhecimento de instituições religiosas que apoiem a ocupação. Embora também apontem a Cáritas como uma parceira, não apresentam uma compreensão de que este é um setor da Igreja Católica que desenvolve uma ação no território. Quando perguntada sobre possíveis vínculos com instituições religiosas na entrevista fica evidente esse elemento de desconhecimento.

Igrejas assim a gente não tem. Ah, tem uma Igreja que vem nos visitar ou trazer um quilo de alimento, ou pode vir até fazer uma oração ou coisa assim. Mas ajuda, ajuda mesmo a gente tem dos direitos humanos [CDHPF] e da luta pela moradia [MNLN]. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Um outro dado é que é mencionada a presença de Igrejas Evangélicas Neopentecostais, no entanto, quando questionados sobre referências dessas Igrejas, em nenhuma das cinco entrevistas que fizeram menção a esses grupos as pessoas entrevistadas souberam informar sobre quem são as pessoas responsáveis por essas instituições.

Já no que diz respeito a relação das ocupações com os partidos políticos²⁷, que também figuram entre os novos atores mencionados por Rosière (2007), é

²⁷ Embora já se tenha ponderado anteriormente que esses podem ser interpretados como atores entre o Estado e a Sociedade civil, aqui serão compreendidos como Sociedade civil. No passo que os mandatos exercidos pelos eleitos dos partidos, por sua vez, serão compreendidos como Estado.

interessante o que se apresentará na sequência, através do mapeamento, a respeito do espectro em que se encontram. Embora mandatos do Legislativo Municipal de partidos do espectro da direita sejam mencionados como parceiros com quem as ocupações estabelecem algum tipo de vínculo, ao mencionar estritamente os partidos políticos com quem elas têm uma relação, esses são expressamente partidos do espectro da esquerda.

Olha, dizer para ti assim que a ocupação Bela Vista vai lá especificamente para procurar o vereador tal e o vereador tal, isso não fazemos. Nós procuramos não ter um vereador específico para resolver algum problema de Valinhos, por exemplo. A gente sempre foi o grupo que o vereador foi eleito para ajudar o povo, então, nós somos o povo e estamos aqui para cobrar. Então, não há motivo para ter um vínculo com um vereador de um Partido específico, para não dizer depois que: “Ah, você não se dá com, o vereador do PT, não se dá com tal partido... Temos amizades com grandes pessoas conhecidas, deputados, ex-deputados, vereadores, ex-vereadores, pessoas que estão na ativa... temos contato, mas dizer para ti hoje se há alguém lá dentro que tem a mesma visão, tem a Eva, que sabe um pouco da nossa situação, o Evandro Meireles, eu tenho um contato com ele [...].

Aqui, e no que segue, fica evidente uma fusão entre espectros políticos de direita e esquerda quanto ao conhecimento sobre a situação das ocupações, no entanto, o que se verá adiante revela traços de como se dá a relação e o serviço prestado pelos diferentes espectros.

Na época de eleição todo mundo vem aqui para pedir voto, mas após as eleições não vem ninguém mais aqui. Então, perdemos de eleger pessoas que poderiam nos ajudar, como o Julinho da Moradia, ou talvez o Rudi ser reeleito, por estar sozinho lá, com as mãos amarradas... também, uma pessoa sozinha não conseguia fazer... A professora Regina sabe da nossa situação... São pessoas que nos conhecem... A Ada, que vem aqui toda a semana fazer entrega de pão (pão dormido, como se diz)...Eles acham que nós precisamos de pão, mas o que precisamos é de moradia. Tem um partido totalmente contra, se eu for falar, brigar sobre política é o bolsonarista... mas, como eu falei, não estamos aqui para ficar brigando por partidos... PSOL, Pedro Ruas, a Ingra do PSOL... Nunca tivemos problema em dizer que todos são bem-vindos na ocupação, sabe? Todos são bem-vindos aqui para vir e conhecer a ocupação, para saber do problema. Agora, se vão ajudar, aí a questão é outra. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

Por fim, um último aspecto sobre a relação entre atores político-territoriais que apareceu com evidência em algumas entrevistas diz respeito à ação do tráfico e da milícia dentro das ocupações, que também estão dentro do grupo de novos atores,

conforme Rosière (2007).²⁸ Embora essas ações não fiquem muito explicitadas quanto a territorialidade que instituem, elas são apontadas como uma presença indesejada com a qual se precisa aprender a conviver.

Eu tenho notícias de que há uma infiltração muito grande de pessoas envolvidas com o tráfico e com outro nível de criminalidade, né? Que inclusive, está criando embaraço muito grande para as pessoas que estão ali, efetivamente, buscando alcançar o reconhecimento de direito. Quase virando reféns de uma situação, né? [...] E tudo isso, na verdade, acaba confluindo para a inação do Estado, não é? Nas suas várias expressões, isso acontece porque não há uma vontade efetiva de dar uma solução para isso. Não são feitas as obras necessárias, não há uma política pública consistente e responsável para resolver essas questões que acabam se eternizando numa ocupação sem qualquer tipo de formalização e outras forças começam a atuar ali dentro. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 12).

Ainda merece atenção o aspecto de como essas organizações se infiltram e tendem a condicionar e exercer poder de repressão com as lideranças das ocupações quando, por alguma ação, se sentem ameaçadas.

Veja, teve aqui um crime ano passado, nunca vou esquecer, no dia das mães no ano passado teve um crime aqui. Um cara matou o outro e depois a gente acabou fazendo o velório do cara aqui na sede [da ocupação], e eu fui pra lá à noite, para arrecadar fundos porque não tinha dinheiro, tinha que pagar e tal. O cara que tinha matado foi embora, correu e o pessoal colocou fogo na casa dele. E assim, ó, foi no outro dia, segunda-feira, recebi um recadinho no meu celular: “–, oi, eu te conheço.” Tá, me conhece... “Cuidado... teve crime aí no seu bairro e a gente sabe que você está ajudando.” Daí eu falei assim: “Tá, mas eu só tô ajudando... “pois é, mas você tá ajudando um lado.”.” Assim, eu percebi o recado, né? [...] E, assim, nem vou te contar a história toda do que deu. Eu fui lá, o cara tá preso, mas ele manda lá de dentro. Uma loucura assim, com o tráfico, a gente tem que saber lidar, né. E ajudá-los a entender que eu não estou aqui disputando ponto. Tô aqui disputando moradia e que, inclusive, eles também precisam morar, não é? Então, têm umas loucuras assim que a gente enfrenta... Mas, no mais, a gente vai tirando de letra. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

Ao fim e ao cabo são as lideranças do movimento social (tantas vezes criminalizadas por setores da grande mídia), que se sentem obrigadas a fazer valer uma coexistência possível com esses poderes que atuam à revelia da ausência do Estado.

²⁸ Em termos de fusão entre os atores clássicos e os novos atores, assim classificados por Rosière (2007), percebe-se que os que estão agrupados como Sociedade civil é que estabelecem mais intersecções.

Porque assim, veja, quando a gente está no território a gente encontra de tudo: o tráfico, a droga... como encontra também no centro, só que lá o pessoal liga pro 190 e a Polícia vai. Aqui, a polícia chega depois que já se mataram. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

3.2.4. Os impactos da pandemia da COVID-19 nas ocupações

Diante da gravidade que representa o número de brasileiros mortos pelas consequências da pandemia da nova COVID-19 e o que gerou em áreas de ocupação e assentamentos precários em geral, não é possível desconsiderar esse aspecto que apareceu em boa parte das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Uma questão que chama atenção e para a qual muito se alertou diz respeito à maneira como as complicações decorrentes de um vírus dessas proporções afetaria a vida dos pobres urbanos brasileiros. Como se pode conferir na sequência, essas complicações custaram a vida de muitas pessoas.

Aí em maio a mãe foi para o hospital, deu trombose na perna dela, fez um trombo no pulmão e na veia do coração. Ficou 29 dias no hospital e nesse tempo a mãe pegou COVID lá dentro do hospital. Daí a mãe passou pra minha irmã, meu pai, passou pra todos nós em casa... Minha mãe veio podre de COVID pra casa: veio, sabe assim, que ela não falava, estava escarrando sangue. Daí começou a Adri, a minha irmã, que morava nessa casa aí, deixou os quatro filhos dela sem pai e sem mãe. O meu pai morava com ela. E daí começou ela com os sintomas, ela primeiro. A mãe já veio com os sintomas do hospital. No dia 09 de maio, no dia das mães ela deu alta e eu fui buscar ela. Daí a Adri já não tava bem, minha filha já não estava bem... porque daí nós se ajudava e cada uma posava uma noite pra cuidar dela no hospital. Daí eu levei o pai lá pra casa porque achei que eu não estava, levei o pai pra cuidar lá em casa porque a Adri tava. Daí não sei se eu passei pro pai, ou se o pai já estava... só sei que quatorze da nossa família, todos pegaram COVID e daí o pai e a Adri faleceram. O pai foi em maio e a Adriana foi em julho. E vai fazer um ano agora, dia 07 de julho. Aí, no começo do ano, uma das líderes, a Terezinha Duarte [...]. Ela faleceu de COVID no começo do ano. Pensando: bá, esse ano vai ser melhor do que o ano passado. Se foi a avó do meu neto, no caso a "vó Tere", como ele diz. "Foi morar lá com o meu pai a vó Tere". (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Além dos casos mais graves que causaram mortes provindas de contaminações generalizadas de COVID também tiveram outras implicações que ganham agravantes quando se tratam das ocupações e, conseqüentemente, das condições de vida nelas. Uma dessas implicações, já mencionada anteriormente, diz respeito ao acesso à água potável que foi garantida (após interrompimento do fornecimento por parte da empresa concessionária que o fez depois que recebeu

uma denúncia de ligação ilegal), através de uma ação que chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos, num processo que mobilizou diversos atores de diferentes escalas de poder. Ainda outra implicação se refere ao acesso às atividades remotas, como foi o caso dos estudantes, especialmente crianças e adolescentes em idade escolar, por exemplo.

E aí outro problema, Dudu, que você não pode deixar de contar é a questão da pandemia... o que ficou as nossas crianças com a questão da educação. É, é cruel, assim, ó, porque, é uma ilusão que acessam... ah, por favor, né? Não tem o que acessar, a internet não, não chega, né. Não tem chip! Olha, não tá longe, o pessoal vem aqui pra mim ligar no Conselho, ligar na Prefeitura, sabe? Ligar no CAIS, pra ver se há consulta pra criança porque não tem chip ou não tem saldo. Eu às vezes sou uma que estou sem saldo, eu digo: "Misericórdia, eu não posso ficar sem saldo", porque se eu ficar sem saldo, é o risco de tantas outras mulheres não conseguirem porque elas vêm aqui, ou me mandam: "–, liga pra mim aí por favor e veja se as coisa tá aberta hoje", né... ou então: "liga pra mim, por favor, diz pra Fulano trazer um gás". E aí a gente vem com esses slogan: "Ai, acesse em". Não acessa, né. Outra coisa é: "Ah, acesse a plataforma e tira as cópias." Gente, o que é isso? Os pais, às vezes acabam não sabendo assinar o nome... Não vão conseguir. Olha, Eduardo, aqui nossa.. quantas famílias do Ensino Médio eu tive que ajudar a acessar, sabe? "Essa aqui é a senha", "esse aqui é o e-mail" porque não sabiam. E, assim, levar lá no meu celular lá pro centro, tirar as cópias e trazer. E eu não tô falando de 1, 2, ... sem contar outros que disseram: "Eu não vou fazer nada e pronto", né, porque assim, ainda têm aqueles que dizem: "Eu vou tentar, eu vou ir". Mas tem umas mulheres assim, mais determinadas, que dizem: "Ah, não vou ficar mais com esse sofrimento", né. Então, assim, o acesso acaba nos excluindo muito. Muito, muito, muito. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

Ainda a respeito da pandemia cabe mencionar que o Comitê Popular por Saúde, Democracia e Direitos, organização social que reuniu atores locais para o enfrentamento da pandemia e suas implicações, cumpriu um papel elementar de acompanhamento e apoio para territórios como o das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II. Desde a arrecadação e a distribuição de alimentos até a construção de um memorial às vítimas da COVID – que implicou no reflorestamento de uma área degradada do Parque Municipal do Pinheiro Torto²⁹ – entrevistas apresentam que o Comitê atuou horizontalmente com e para as camadas populares do município.

²⁹ Esse aspecto do reflorestamento tem grande importância também considerando o que se apresentou em entrevistas de que a ocupação Valinhos II, apesar de ter unidades habitacionais (17) na APP (o que é apontado por uma entrevista como responsabilidade do Poder Executivo Municipal que se quer demarcou a área do Parque), exerce reconhecidamente um papel de proteção e zelo pelo Parque Municipal do Pinheiro Torto.

3.2.5. A interseccionalidade das lutas urbanas

Em vias de finalização desse panorama geral resultado pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa empírica, cabe mencionar um aspecto que ficou muito evidenciado pelas lideranças das ocupações: quer seja pela violação do direito à habitação ser aglutinadora de uma série de outras violações de direitos, ou quer seja pelo atravessamento próprio da discussão do direito à habitação e, com ele, à cidade na perspectiva Lefebvrina, a questão é que esse trabalho de campo mostrou que a luta encampada nessas duas ocupações, com essas lideranças, trata de muito mais temas do que o acesso à habitação estritamente. Aquilo que se pode interpretar como uma coordenação das ocupações na escala local, composta por um grupo majoritariamente de mulheres, parece dar conta de muitas outras questões direta e indiretamente relacionadas às ocupações.

Que nem dizem assim: “briga de marido e mulher os de fora não mete a colher”. Mete sim! Porque se tu meter a colher na hora certa tu evita daquela mulher ser morta, um feminicídio, né. Então a gente conversa bastante sobre isso, sobre o racismo também da mulher negra, né, no caso. Preconceitos, né, racismo. É bem boa essa reunião [este é o encontro que reúne lideranças das ocupações que foi mencionado antes como sendo o projeto financiado pelos Missionários de São Carlos]. Nós começamos agora, mas nós já tinha uma que era online por causa da pandemia. Faz tempinho que nós começamos com a Iramar e o pessoal do CRAS, né... Eu faço parte também das usuárias do SUAS, de Passo Fundo, das assistentes sociais dos CRAS, sabe? E também faço parte do grupo de saúde. A gente participa das reuniões dos CAIS. Nós da liderança participamos para buscar melhorias nos atendimentos, nas consultas e nas coisas. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

O fato das coordenações das ocupações serem compostas majoritariamente por mulheres também provoca um outro tipo de especificidade à organização e talvez se pudesse afirmar que um dos traços específicos dessa composição é um olhar mais horizontal e periférico para as questões como um todo, algo que reposiciona ações até externas ao território das ocupações estritamente.

É diferente de fazermos uma coisa que fazemos historicamente como mulheres, em Passo Fundo, que é debater o tema das mulheres no dia 8 de março. Então, dia 8 de março, nós vamos juntar o movimento feminista de Passo Fundo, juntamente com as universitárias para debater no centro da cidade, para gritar que as mulheres são importantes. E aí, legitimamos que as periferias continuem, como a dona – [liderança da ocupação Valinhos I], continuem brigando sozinhas com o traficante, sem nenhum apoio, ou sem pensar isso com outras pessoas. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 06).

Por fim, o aspecto da interseccionalidade de pautas também aparece, como mencionado anteriormente, na percepção que as lideranças vão desenvolvendo de que a negação do direito à habitação congrega a negação de outros direitos sociais básicos e que isso, ao final, compõe uma relação bastante complexa.

A partir da formação é que eu fui mapeando, porque, veja, eu chegava nas ocupações, Dudu, e era uma coisa que me dava, assim, esse olhar: Nossa, aqui não tem uma violação só com o direito à moradia, pensa, é a questão de saneamento básico, zero. Violência doméstica, que eu sempre encontrei muito, até porque eu sou mulher e ficava muito atenta. A questão das crianças, né, crianças em fase escolar que não estavam na escola, né. A pobreza, assim a questão da falta do básico, de alimentação, né, e assim, o que é que a gente poderia melhorar? As pessoas desempregadas... Então, assim, além da questão da moradia, da falta da moradia, todo o contexto de outras questões. E isso fez com que eu fosse me envolvendo e dizendo para as pessoas assim ó: “Como é que a gente vai resolver isso?” Porque no primeiro momento é, assim, aquela preocupação “não podemos ter uma ordem de despejo.” Ok, mas enquanto a gente não tem ordem de despejo a gente vai viver aqui como? Em quais condições? (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

3.2.6. Perspectivas de futuro para as e das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II

Para concluir este conjunto de tópicos em que se apresentaram os ‘pontos altos’ das entrevistas, parece oportuno trazer à tona as perspectivas de futuro ensaiadas por diferentes atores mapeados da escala local. Tais direcionamentos apresentam concordâncias e divergências na mesma medida em que reafirmam o desejo de viabilizar um futuro possível. Os elementos de composição do por vir são expressados em interrogações relacionadas às condições em que se dará o futuro.

Tem a proposta do município para colocar as famílias em outra área [da ocupação Chácara Bela Vista]. Isso foi bem aceito nos 2, 3 primeiros anos, mas os moradores já não concordam com isso hoje devido ao fato de ter pessoas que fizeram empréstimo para comprar uma casinha, tem pessoas que estão pagando, tem pessoas que estão “fazendo raiz aqui”, que são 6 anos (escola, trabalho na região). Hoje os moradores se questionam muito sobre essa questão. [...] Na última reunião também com o prefeito foi debatido isso: se porventura os moradores não aceitarem sair, mas se for a única solução, que sejam os moradores realocados em áreas próximas. Mas se tu perguntares para a coordenação hoje, é unânime dizer que ela não quer sair daqui. E quanto mais se passam os anos, eu também tenho esta mesma conclusão porque aí as coisas vão ficando mais difíceis, né? Aí não é mais... aumenta o número de pessoas para serem removidas, aumenta o número de pessoas para serem recolocadas. A preocupação também é se os lotes vão ser grandes. Aqui, temos a filha e eu morando no

mesmo terreno. Será que a minha filha vai poder ter o terreno dela? Ou será que ela vai ter o terreno para fazer a casa dela? Para onde nós vamos: vai ser feita a primeira infraestrutura de água, luz, saneamento para depois irmos? Vai ter uma segurança que garanta que enquanto a nossa casa estiver sendo feita haverá um prazo para desmanchar aqui e ser feito lá? Então, tem toda essa preocupação que foi debatida no ano passado, pensando se porventura tivermos de ser recolocados. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 02).

É verdade que nas situações de violação de direitos, como no caso das ocupações pela habitação, as perspectivas de futuro muitas vezes são mecanismos para ludibriar e atuam como promessas que, no decorrer do tempo, não se sustentam.

Teve uma época que o prefeito Luciano de Azevedo esteve aqui dando esperança pro povo. Mas era ano de eleição. Ele fez uma grande sacanagem aquela vez. Até, inclusive, eu disse: “Luciano, o que que tu me diz? Eu não aguento mais: é o terceiro banheiro que já aconteceu dois acidente no meu banheiro... Dá pra fazer um banheiro de material?” E ele me falou assim ó: “Dá e eu assino embaixo. Pode fazer até a tua casa de material”. E se eu tivesse confiado na onda dele?. “Eu vou bater o martelo aqui. Essa terra é de vocês! Aqui da tua área”... que sempre aqui nessa esquina foi o centro da ocupação, que a gente faz as reuniões e coisa, né... E daí ele disse assim: “E aqui, então, já que é a referência da ocupação, vai ser aqui da tua área que eu vou bater o martelo e vou dizer “vencemos a terra é de vocês!”.” Aí o povo se “abostalhou” tudo e começou a fazer uma coisa e outra e uma coisa e outra. E a fazer poço negro e banheiros de material e casa de material e coisarada, né. Daí não deu outra: depois da eleição murchou tudo e voltou aquele 1% de chance de ficar aqui. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Ainda no que diz respeito ao futuro da ocupação Chácara Bela Vista em específico uma das lideranças da ocupação afirma ter sido comunicada pelo Poder Público Municipal de que já há uma área comprada nas imediações da ocupação e que está sendo preparada para recebê-los em breve, a partir de um processo de realocação. Esse tipo de posicionamento gera um processo de ameaça de rompimento com a territorialidade constituída pelos atores no território em que vivem.

Diz ele que em um mês as máquinas vão começar a trabalhar no novo local. E a Samara diz que ainda tem uma pontinha de esperança de ficar aqui, 1%. E a minha mãe também diz que ela vai chorar dia e noite se tiver que sair daqui por causa que ela plantou um pé de pêssego e em três anos olha o tamanho que tá o pé de pêssego lá. Ela colheu, acho que enchia uma caçamba, uma carrocinha de tanto pêssego que deu ali. Eu fiz até um videozinho dela, os pêssegos desse tamanho. E o pé de canela dela... ela diz que vai chorar, que vai chorar um ano. Disse que vai ser o desgosto da vida dela ter que sair daqui. Ela tá muito triste mesmo de sair daqui. Daí eu

disse: mãe, pense pelo lado bom. Pense que lá a gente vai fazer uma casinha melhor, vai fazer de uma infraestrutura melhor a casa... [...] Eu falei: pensa num lado bom. É isso que estou falando pra todos que vem me perguntar: pensem pelo lado bom.

No trecho acima, talvez, seja onde fica mais evidente a violência psicológica que estão submetidas as pessoas que vivem em uma situação de vulnerabilidade como essa tratada pela pesquisa. Ao que respondem, abaixo, com os recursos de informação que têm acesso.

O lado bom é que a gente vai conseguir fazer uma casinha melhor, uma infraestrutura melhor, que é da gente, vai ser da gente, não vai precisar a gente se preocupar mais. Claro que, logicamente, vai ter um REURB e esse REURB a gente vai ter que pagar pra Prefeitura. Mas eu prefiro. Prefiro ter que pagar. Que nem a gente que pagava aluguel, luz e água de uma coisa que nunca ia ser da gente, é preferível e bem mais compatível tá pagando uma coisa que ali tu pode investir que é teu, né. Tem que pensar por esse lado pra gente não ficar muito triste porque a gente já tá acostumado com o lugarzinho da gente e tudo, né. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 03).

Ao que essa perspectiva de realocação da ocupação Chácara Bela Vista encontra uma divergência com o que fora informado por um setor do Poder Executivo Municipal no que diz respeito a área ainda não ter sido comprada e, portanto, não estar sendo preparada como as lideranças da ocupação afirmam.

A Ocupação Bela Vista hoje, a solução para ela certamente vai passar não pela regularização ali no local, já estamos em negociação para reassentar as famílias nessa área que pretendemos adquirir de uma forma parcelada, dentro da possibilidade econômica do município. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 04).

É também nas perspectivas de futuro que se apresenta um elemento de distinção entre as duas ocupações estudadas e o fato de uma se dar em área privada e outra em área pública.

Eu te confesso que a vontade da Secretaria de Habitação atualmente é que se caminhe para uma regularização dessa ocupação [Valinhos II], porque eu penso que, para o município, é muito mais dispendioso adquirir uma outra área, e reassentar as famílias nessa outra área, né, do que nós regularizarmos ali onde as famílias estão, levar uma estrutura melhor, talvez auxiliar um pouco as famílias a melhorar a condição das moradias, né? E acredito que o município poderia pensar que, se houver a necessidade de adquirir uma nova área para a destinação industrial, fica mais fácil do que instalar uma indústria em uma outra área, do que levar mais do que 100 famílias para um outro local, né? Então, a intenção da Secretaria de

Habitação é essa, né? É caminhar para uma regularização. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 04).

Por fim, anterior às perspectivas jurídicas, urbanísticas e estruturais está enraizado, nas lideranças, um futuro que se sustenta na disposição pessoal e coletiva de empenhar-se na construção de alternativas para a melhoria das condições de vida.

É que é isso, assim, Eduardo, essa loucura. Mas quando a gente discute o direito à moradia, a gente discute o direito à dignidade, a sonhar, a construir uma outra realidade, sabe? Porque se você passou de casa em casa, todo mundo quer pagar aquilo que é justo – não aquilo que o capital quer determinar, que aí é para os ricos se enriquecerem muito mais, né... mas todo mundo tem vontade de pagar um preço justo pra poder melhorar a sua casa, pra poder melhorar o seu espaço... É isso. (Informação verbal, transcrita para fins da pesquisa. Entrevista 07).

3.3. Os atores político-territoriais e as escalas de poder: o mapeamento

Este subcapítulo tem a finalidade de apresentar a relação dos atores político-territoriais mapeados pelo estudo. Na tabela 01 estão organizados quantitativamente os atores mapeados e a escala em que se inserem, ao passo que, no quadro 03 estão nominalmente identificados todos os atores em suas escalas de poder.

Vale ressaltar que neste mapeamento se buscou ser fiel às menções feitas nas entrevistas e, portanto, os atores a seguir relacionados são estritamente os que foram nominados. Se poderia fazer um exercício de estudo de cada um dos atores e buscar mapear como é a organização interna de cada um deles. Sem dúvidas um exercício assim expandirá o aspecto multidimensional das escalas de poder. Por exemplo, sabe-se que a Cáritas – mencionada na escala local e regional – é um ator que se organiza organicamente também na escala nacional e internacional. O exercício de ampliar essa rede de atores poderá constituir-se como um desdobramento desta pesquisa de Mestrado.

Tabela 01: Relação quantitativa dos atores político-territoriais mapeados por escalas de poder.

RELAÇÃO QUANTITATIVA DE ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS POR ESCALA			
	ESTADO	SOCIEDADE CIVIL	PRIVADOS
ESCALA LOCAL			
TOTAL DE ATORES	39	45	13
ESCALA REGIONAL			
TOTAL DE ATORES	9	5	2
ESCALA NACIONAL			
TOTAL DE ATORES	2	1	2
ESCALA INTERNACIONAL			
TOTAL DE ATORES	0	2	0

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

No total 120 atores foram mapeados e estão distribuídos nas quatro escalas de poder adotadas. Expressivamente agrupados na escala local, eles são oriundos de diferentes instituições e organizações do Estado, da Sociedade Civil e daquilo que se convencionou chamar de Atores Privados.

Compõem o mapa de atores alguns setores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, partidos políticos, Igrejas, instituições de ensino, movimentos sociais, empresas de mídia e comunicação, fóruns e conselhos, sindicatos, construtoras e incorporadoras, entre outros segmentos. O quadro 02 apresenta a relação dos atores mapeados e a escala em que atuam.

Quadro 03: Relação dos atores político-territoriais mapeados por escalas de poder.

RELAÇÃO QUALITATIVA DE ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS POR ESCALA	
ESCALA LOCAL	ESTADO
	Advocacia Pública do Brasil
	Brigada Militar
	Centro de Atenção Integral à Saúde
	Centro de Referência da Assistência Social
	Centro de Referência de Assistência Social II

Comissão Municipal de Regularização Fundiária
Conselho Municipal de Saúde
Conselho Municipal do Meio Ambiente
Conselho Tutelar
Defensoria Pública de Passo Fundo
Fórum da Comarca de Passo Fundo
Fórum da Comarca de Passo Fundo - Vara da Fazenda Pública
Gabinete da Vereadora Ada Munaretto - PL
Gabinete da Vereadora Eva Valeria Lorenzatto
Gabinete da Vereadora Janaina Portella - MDB
Gabinete da Vereadora Regina Costa dos Santos - PDT
Gabinete do Prefeito Municipal Luciano de Azevedo - PSB
Gabinete do Prefeito Municipal Pedro Cezar de Almeida Neto - PSD
Gabinete do Vereador Alex Necker - PCdoB
Gabinete do Vereador Evandro Meirelles - PTB
Gabinete do Vereador Michel Oliveira - PSB
Gabinete do Vereador Patric Cavalcanti - DEM
Gabinete do Vereador Rudimar dos Santos - PSB
Gabinete do Vereador Rui Lorenzatto - PT
Guarda Municipal de Passo Fundo
Ministério Público
Ministério Público - Promotoria de Justiça de Passo Fundo
Prefeitura Municipal de Passo Fundo
Procuradoria Geral do Município
Promotoria da Defesa Comunitária
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Obras
Secretaria Municipal de Planejamento
Secretaria Municipal de Saúde

	Sistema Único de Assistência Social
	TV Câmara
	SOCIEDADE CIVIL
	Arquitetos Rebeldes
	Associação Beneficente São Carlos
	Banda Libertarte
	Brasil Sem Frestas
	Cáritas Arquidiocesana
	Central Única das Favelas
	Centro de Educação e Assessoramento Popular
	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
	Colégio Bom Conselho
	Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo
	Comitê Popular por Saúde, Democracia e Direitos
	Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Pinheiro Torto
	Diretório Central dos Estudantes - Universidade de Passo Fundo
	Emancipa Mulher
	Fórum da Agenda21 Local de Passo Fundo
	Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo
	Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas
	Grupo Ritornelo de Teatro
	João Forgearine
	Mais Esquerda
	Missionários de São Carlo Scalabrini
	Movimento de Luta nos Bairros
	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
	Mulheres do PT
	Museu Zoobotânico Augusto Ruschi
	Ocupação Beira-Trilho
	Ocupação Bom Jesus
	Ocupação Leão XIII

	Ocupação Pinheirinho Toledo
	Ocupação Santa Marta
	Ocupação Valinhos I
	Ocupação Valinhos II
	Ocupação Vista Alegre
	Ocupação Zacchia
	Ocupação Zacchia IV
	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Passo Fundo
	Partido Comunista do Brasil
	Partido dos Trabalhadores
	Partido Socialismo e Liberdade
	Projeto Mulheres da Paz
	Seminário Scalabrini
	Sindicato dos Bancários de Passo Fundo e Região
	Sindicato dos Metalúrgicos de Passo Fundo, Marau e Tapejara
	Sindicato dos Professores Municipais de Passo Fundo
	Universidade de Passo Fundo
	PRIVADOS
	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio
	Catedral Incorporações
	Compre Bem
	G&G Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
	Girardi Autopeças
	Faculdade Meridional
	Instituto Superior de Filosofia Berthier
	Jornal O Nacional
	Lócus Online
	Matra Passo Fundo Indústria e Comércio de Artefatos de Concreto LTDA
	Rádio Uirapuru
	Rádios Planalto
	Sul21
	ESTADO

REGIONAL	Companhia Riograndense de Saneamento	
	Conselho Estadual de Direitos Humanos	
	Defensoria Pública do Estado	
	Gabinete da Deputada Estadual Luciana Genro - PSOL	
	Gabinete do Deputado Estadual Edegar Pretto - PT	
	Gabinete do Deputado Estadual Pedro Ruas - PSOL	
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	
	Núcleo de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	
	Rio Grande Energia	
	SOCIEDADE CIVIL	
	Acesso Cidadania e Direitos Humanos	
	Arquidiocese de Passo Fundo	
	Cáritas Paroquial de Carazinho	
	Cáritas Regional Sul III	
	Fundo Arquidiocesano de Solidariedade	
	PRIVADOS	
	Rede Brasil Sul de Televisão	
	Sul21	
	NACIONAL	ESTADO
		Agência Nacional de Energia Elétrica
Caixa Econômica Federal		
SOCIEDADE CIVIL		
Agenda 21 Brasileira		
PRIVADOS		
Band News		
TV Globo		
INTERNACIONAL	SOCIEDADE CIVIL	
	Agenda 21 Global	
	Corte Interamericana de Direitos Humanos	

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

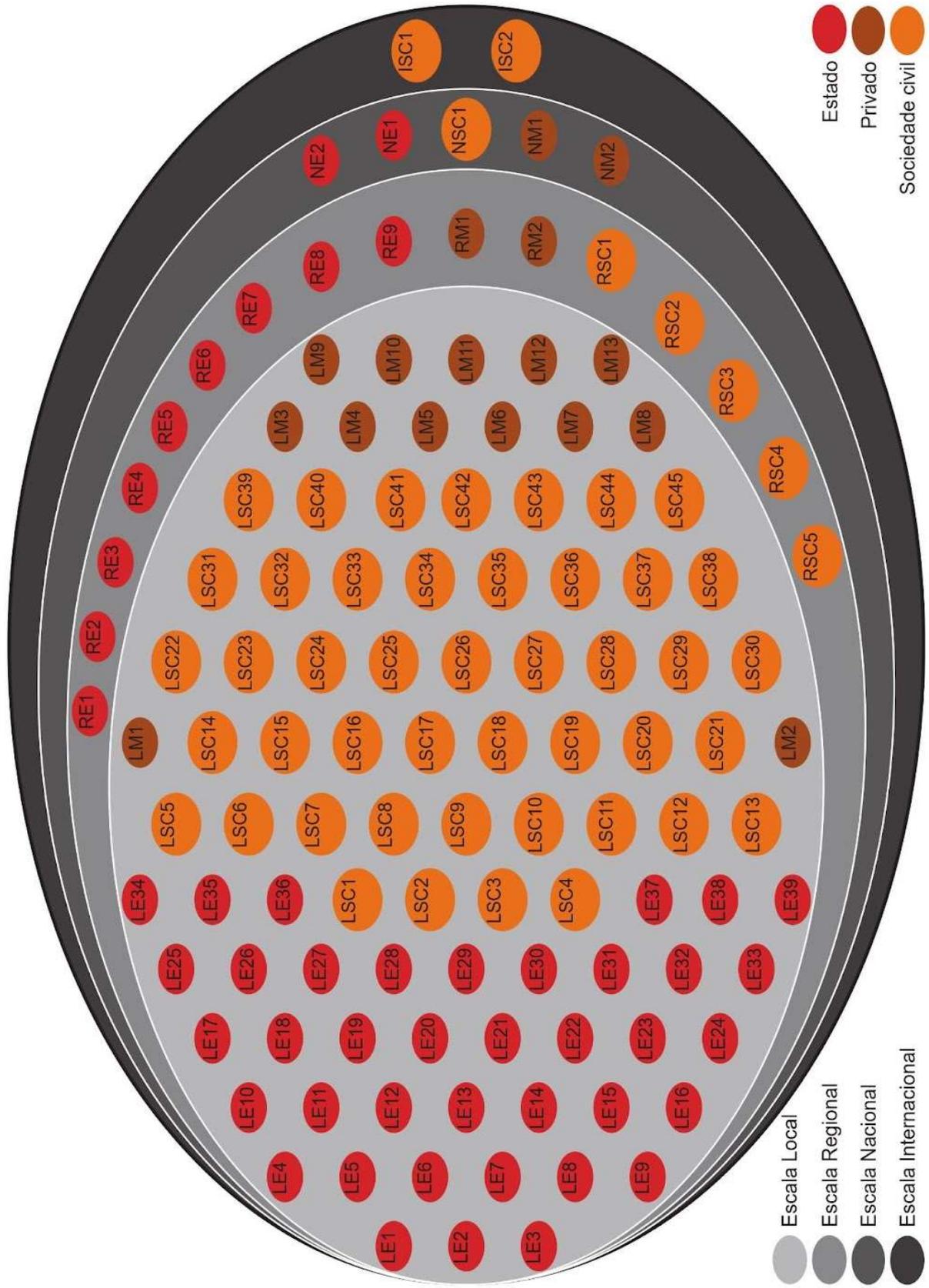
Exposto isso, a continuidade do trabalho se dará com o aprofundamento da apresentação dos dados coletados, através do organograma e de gráficos, que apresentam a territorialidade instituída pelos atores político-territoriais mapeados no território em questão.

3.4. O território, a territorialidade e os atores político-territoriais

Tendo presente todas as particularidades e a caracterização do território estudado apresentadas até aqui, agora se quer tratar mais a fundo da territorialidade instituída pelos atores que foram mapeados no estudo.

Na sequência estão apresentados os atores através do organograma (Figura 18), onde enfim se pode visualizar a materialização do objetivo geral desta pesquisa de mapear os atores político-territoriais implicados com a produção do território das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II. Enquanto o organograma posiciona os atores nas suas escalas, o quadro 04 identifica os atores por seus devidos códigos.

Figura 18: Organograma dos atores político-territoriais.



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Quadro 04: Relação dos atores político-territoriais com base no código do organograma.

CODIFICAÇÃO DOS ATORES POLÍTICO-TERRITORIAIS MAPEADOS NO ORGANOGRAMA			
CÓDIGO	ESCALA	TIPO	ATOR
LE1	Local	Estado	Advocacia Pública do Brasil
LE2	Local	Estado	Brigada Militar
LE3	Local	Estado	Centro de Atenção Integral à Saúde
LE4	Local	Estado	Centro de Referência da Assistência Social
LE5	Local	Estado	Centro de Referência de Assistência Social II
LE6	Local	Estado	Comissão Municipal de Regularização Fundiária
LE7	Local	Estado	Conselho Municipal de Saúde
LE8	Local	Estado	Conselho Municipal do Meio Ambiente
LE9	Local	Estado	Conselho Tutelar
LE10	Local	Estado	Defensoria Pública de Passo Fundo
LE11	Local	Estado	Fórum da Comarca de Passo Fundo
LE12	Local	Estado	Fórum da Comarca de Passo Fundo - Vara da Fazenda Pública
LE13	Local	Estado	Gabinete da Vereadora Ada Munaretto - PL
LE14	Local	Estado	Gabinete da Vereadora Eva Valeria Lorenzatto
LE15	Local	Estado	Gabinete da Vereadora Janaína Portella - MDB
LE16	Local	Estado	Gabinete da Vereadora Regina Costa dos Santos - PDT
LE17	Local	Estado	Gabinete do Prefeito Municipal Luciano de Azevedo - PSB

LE18	Local	Estado	Gabinete do Prefeito Municipal Pedro Cezar de Almeida Neto - PSD
LE19	Local	Estado	Gabinete do Vereador Alex Necker - PCdoB
LE20	Local	Estado	Gabinete do Vereador Evandro Meirelles - PTB
LE21	Local	Estado	Gabinete do Vereador Michel Oliveira - PSB
LE22	Local	Estado	Gabinete do Vereador Patric Cavalcanti - DEM
LE23	Local	Estado	Gabinete do Vereador Rudimar dos Santos - PSB
LE24	Local	Estado	Gabinete do Vereador Rui Lorenzatto - PT
LE25	Local	Estado	Guarda Municipal de Passo Fundo
LE26	Local	Estado	Ministério Público
LE27	Local	Estado	Ministério Público - Promotoria de Justiça de Passo Fundo
LE28	Local	Estado	Prefeitura Municipal de Passo Fundo
LE29	Local	Estado	Procuradoria Geral do Município
LE30	Local	Estado	Promotoria da Defesa Comunitária
LE31	Local	Estado	Secretaria Municipal de Administração
LE32	Local	Estado	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
LE33	Local	Estado	Secretaria Municipal de Habitação
LE34	Local	Estado	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
LE35	Local	Estado	Secretaria Municipal de Obras
LE36	Local	Estado	Secretaria Municipal de Planejamento
LE37	Local	Estado	Secretaria Municipal de Saúde
LE38	Local	Estado	Sistema Único de Assistência Social
LE39	Local	Estado	TV Câmara

LSC1	Local	Sociedade Civil	Arquitetos Rebeldes
LSC2	Local	Sociedade Civil	Associação Beneficente São Carlos
LSC3	Local	Sociedade Civil	Banda Libertarte
LSC4	Local	Sociedade Civil	Brasil Sem Frestas
LSC5	Local	Sociedade Civil	Cáritas Arquidiocesana
LSC6	Local	Sociedade Civil	Central Única das Favelas
LSC7	Local	Sociedade Civil	Centro de Educação e Assessoramento Popular
LSC8	Local	Sociedade Civil	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
LSC9	Local	Sociedade Civil	Colégio Bom Conselho
LSC10	Local	Sociedade Civil	Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo
LSC11	Local	Sociedade Civil	Comitê Popular por Saúde, Democracia e Direitos
LSC12	Local	Sociedade Civil	Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Pinheiro Torto
LSC13	Local	Sociedade Civil	Diretório Central dos Estudantes - Universidade de Passo Fundo
LSC14	Local	Sociedade Civil	Emancipa Mulher
LSC15	Local	Sociedade Civil	Fórum da Agenda21 Local de Passo Fundo
LSC16	Local	Sociedade Civil	Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo
LSC17	Local	Sociedade Civil	Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas
LSC18	Local	Sociedade Civil	Grupo Ritornelo de Teatro

LSC19	Local	Sociedade Civil	João Forgearine
LSC20	Local	Sociedade Civil	Mais Esquerda
LSC21	Local	Sociedade Civil	Missionários de São Carlo Scalabrini
LSC22	Local	Sociedade Civil	Movimento de Luta nos Bairros
LSC23	Local	Sociedade Civil	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
LSC24	Local	Sociedade Civil	Mulheres do PT
LSC25	Local	Sociedade Civil	Museu Zoobotânico Augusto Ruschi
LSC26	Local	Sociedade Civil	Ocupação Beira-Trilho
LSC27	Local	Sociedade Civil	Ocupação Bom Jesus
LSC28	Local	Sociedade Civil	Ocupação Leão XIII
LSC29	Local	Sociedade Civil	Ocupação Pinheirinho Toledo
LSC30	Local	Sociedade Civil	Ocupação Santa Marta
LSC31	Local	Sociedade Civil	Ocupação Valinhos I
LSC32	Local	Sociedade Civil	Ocupação Valinhos II
LSC33	Local	Sociedade Civil	Ocupação Vista Alegre
LSC34	Local	Sociedade Civil	Ocupação Zacchia
LSC35	Local	Sociedade Civil	Ocupação Zacchia IV
LSC36	Local	Sociedade Civil	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Passo Fundo
LSC37	Local	Sociedade Civil	Partido Comunista do Brasil
LSC38	Local	Sociedade Civil	Partido dos Trabalhadores
LSC39	Local	Sociedade Civil	Partido Socialismo e Liberdade

LSC40	Local	Sociedade Civil	Projeto Mulheres da Paz
LSC41	Local	Sociedade Civil	Seminário Scalabrini
LSC42	Local	Sociedade Civil	Sindicato dos Bancários de Passo Fundo e Região
LSC43	Local	Sociedade Civil	Sindicato dos Metalúrgicos de Passo Fundo, Marau e Tapejara
LSC44	Local	Sociedade Civil	Sindicato dos Professores Municipais de Passo Fundo
LSC45	Local	Sociedade Civil	Universidade de Passo Fundo
LM1	Local	Privado	Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio
LM2	Local	Privado	Catedral Incorporações
LM3	Local	Privado	Compre Bem
LM4	Local	Privado	G&G Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
LM5	Local	Privado	Girardi Autopeças
LM6	Local	Privado	Faculdade Meridional
LM7	Local	Privado	Instituto Superior de Filosofia Berthier
LM8	Local	Privado	Jornal O Nacional
LM9	Local	Privado	Lócus Online
LM10	Local	Privado	Matra Passo Fundo Indústria e Comércio de Artefatos de Concreto LTDA
LM11	Local	Privado	Rádio Uirapuru
LM12	Local	Privado	Rádios Planalto
LM13	Local	Privado	Sul21
RE1	Regional	Estado	Companhia Riograndense de Saneamento
RE2	Regional	Estado	Conselho Estadual de Direitos Humanos

RE3	Regional	Estado	Defensoria Pública do Estado
RE4	Regional	Estado	Gabinete da Deputada Estadual Luciana Genro - PSOL
RE5	Regional	Estado	Gabinete do Deputado Estadual Edgar Pretto - PT
RE6	Regional	Estado	Gabinete do Deputado Estadual Pedro Ruas - PSOL
RE7	Regional	Estado	Governo do Estado do Rio Grande do Sul
RE8	Regional	Estado	Núcleo de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
RE9	Regional	Estado	Rio Grande Energia
RSC1	Regional	Sociedade Civil	Acesso Cidadania e Direitos Humanos
RSC2	Regional	Sociedade Civil	Arquidiocese de Passo Fundo
RSC3	Regional	Sociedade Civil	Cáritas Paroquial de Carazinho
RSC4	Regional	Sociedade Civil	Cáritas Regional Sul III
RSC5	Regional	Sociedade Civil	Fundo Arquidiocesano de Solidariedade
RM1	Regional	Privado	Rede Brasil Sul de Televisão
RM2	Regional	Privado	Sul21
NE1	Nacional	Estado	Agência Nacional de Energia Elétrica
NE2	Nacional	Estado	Caixa Econômica Federal
NSC1	Nacional	Sociedade Civil	Agenda 21 Brasileira
NM1	Nacional	Privado	Band News
NM2	Nacional	Privado	TV Globo
ISC1	Internacional	Sociedade Civil	Agenda 21 Global



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

O organograma se torna um recurso de apreensão da realidade porque possibilita a interpretação dos fatos de modo que os organiza subdividindo as complexidades e tornando visível as relações de poder.

O que está explícito no organograma (Figura 18) e que se pode averiguar também no gráfico 01 é que na escala local existe uma concentração maior de atores político-territoriais agrupados na Sociedade civil (46,4%), ao que segue uma maior presença do Estado (40,2%) e uma menor vinculação com atores privados (13,4%).

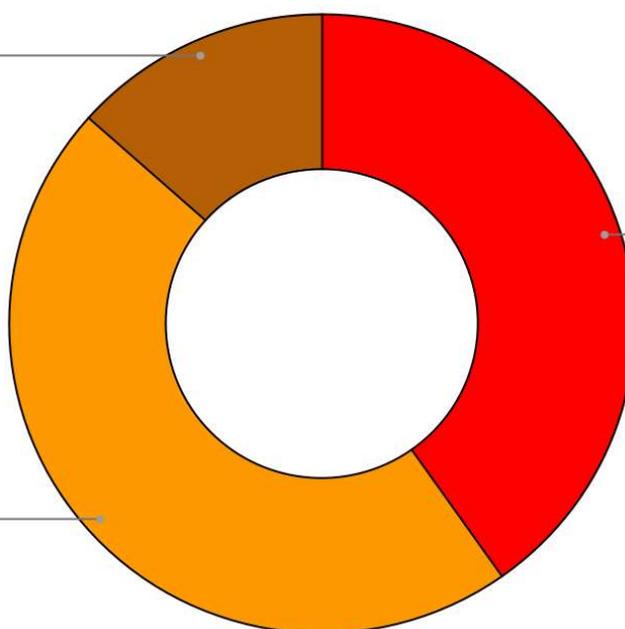
Gráfico 01: Distribuição dos atores político-territoriais na escala local.

ESCALA LOCAL

PRIVADOS
13,4%

SOCIEDADE CIVIL
46,4%

ESTADO
40,2%



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Ao passo que, avançando para a escala regional, essa formatação se altera, mesmo que em partes. Nessa escala acontece uma inversão e o Estado passa a ser o agrupamento com mais atores implicados com o território das ocupações, com 56,3%. Conforme o gráfico 02, a Sociedade civil toma a segunda posição com

31,3% e, os atores privados passam a somatizar uma presença quantitativamente menor do que na escala local, resultando em 12,5% do total de atores mapeados na escala regional.

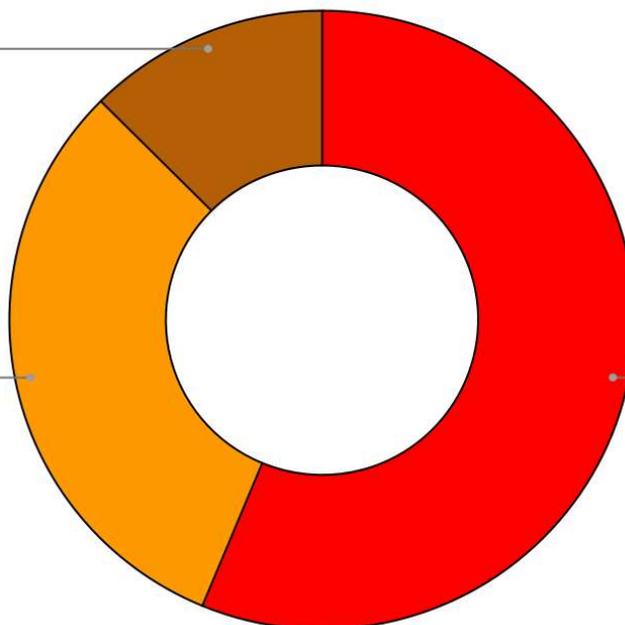
Gráfico 02: Distribuição dos atores político-territoriais na escala regional.

ESCALA REGIONAL

PRIVADOS
12,5%

SOCIEDADE CIVIL
31,3%

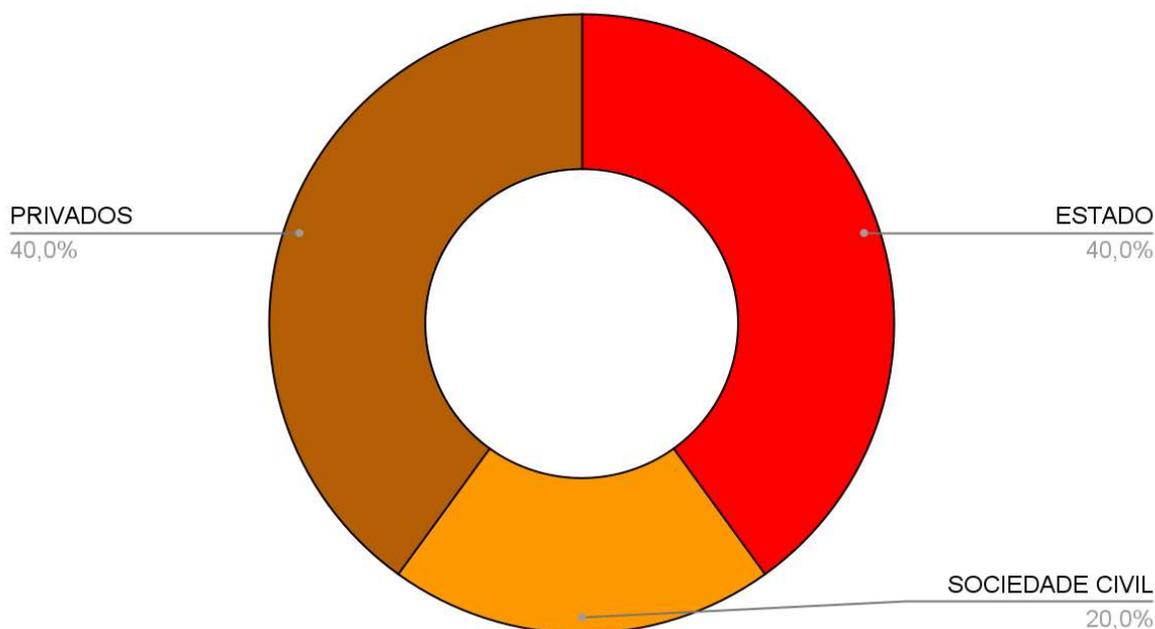
ESTADO
56,3%



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Por sua vez, a escala nacional reafirma a presença dos atores do Estado como o grupo de maior incidência com a territorialidade das ocupações (40%), ao passo que a Sociedade civil recua e, conforme o gráfico 03, ela representa apenas 20% dos atores dessa escala. Enquanto os atores privados, pela primeira vez, chegam a 40% e se mostram um segmento ativo na escala nacional.

Gráfico 03: Distribuição dos atores político-territoriais na escala nacional.

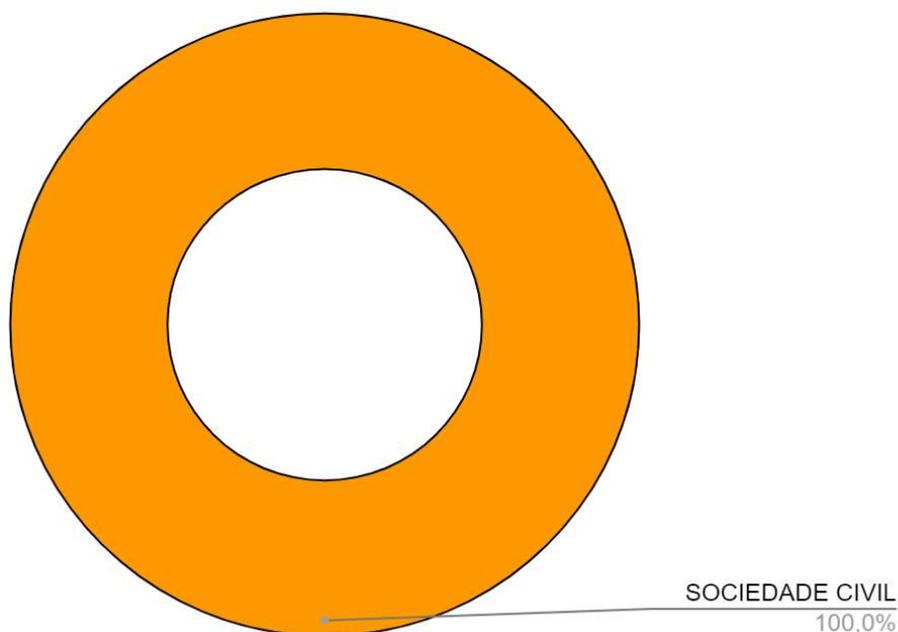
ESCALA NACIONAL

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Por fim, a escala internacional, representada pelo gráfico 04, é a única das escalas onde somente se apresentam atores de um segmento, da Sociedade civil, ao passo que é possível uma interpretação de que as redes de atores privados e do Estado mostram-se menos incidentes nesses territórios quando se trata de uma escala geograficamente mais abrangente.

Gráfico 04: Distribuição dos atores político-territoriais na escala internacional.

ESCALA INTERNACIONAL

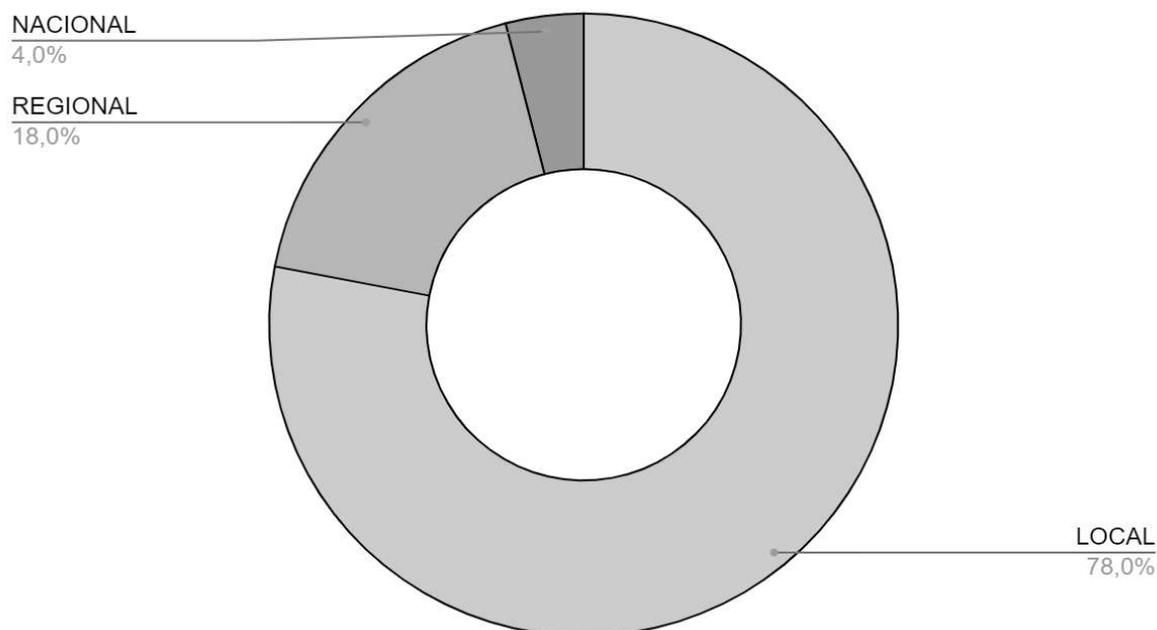


Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Os gráficos 05, 06 e 07 apresentam a incidência de cada segmento de atores por escalas. Como se pode observar em todos os segmentos, a escala local é a que congrega o maior número de atores político-territoriais.

Entre os atores do Estado (Gráfico 05) a escala local é responsável por 78% deles, enquanto a regional congrega 18%, a nacional 4% e na escala internacional não foi identificada a presença de nenhum ator nesse segmento.

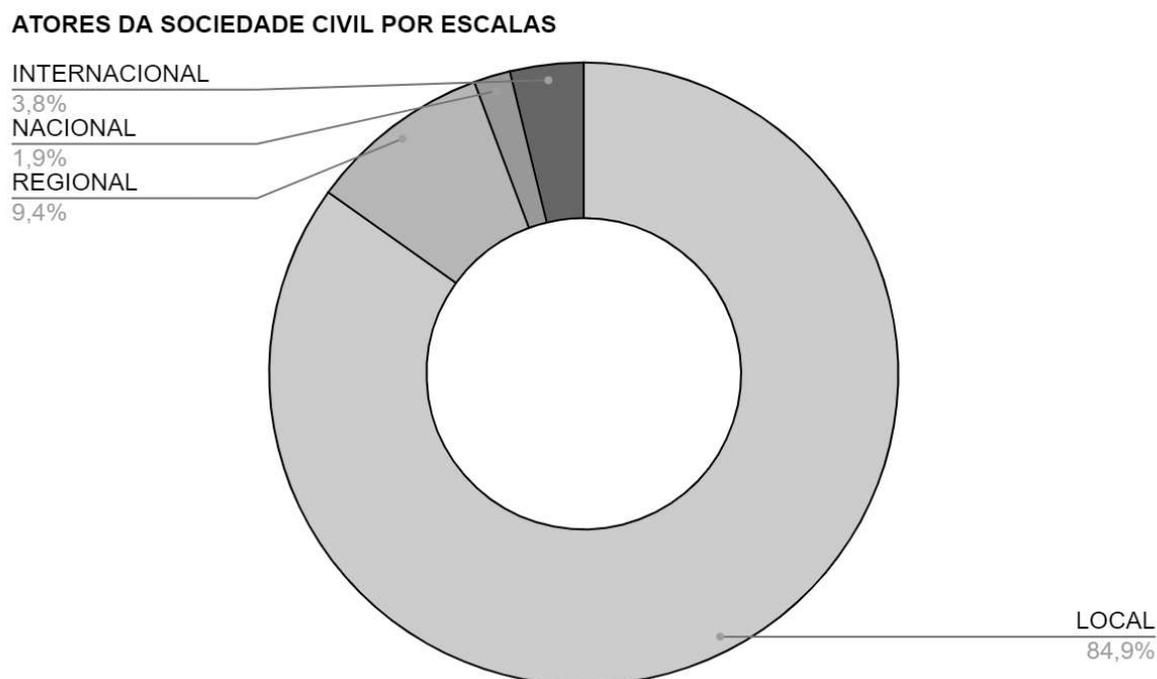
Gráfico 05: Distribuição dos atores do Estado por escalas de poder.

ATORES DO ESTADO POR ESCALAS

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Já entre os atores da Sociedade civil (Gráfico 06) apesar da escala local seguir unindo o maior número de atores, a escala internacional reaparece com 3,8% deles, enquanto a nacional reúne 1,9% e a regional 9,4%.

Gráfico 06: Distribuição dos atores da Sociedade civil por escalas de poder.



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Por fim, entre os atores privados a escala internacional volta a desaparecer e se reafirma a presença majoritária da escala local que, conforme o gráfico 07, representa 76,5% dos atores mapeados, seguida da regional que empata com a nacional somatizando 11,8% do total dos atores político-territoriais desse segmento.

Gráfico 07: Distribuição dos atores privados por escalas de poder.



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração própria, 2022.

Em termos de uma conclusão prévia sobre os resultados apresentados pelo estudo destacam-se três elementos: o primeiro diz respeito a ação articulada e organizada que muitos atores da Sociedade civil conseguem estabelecer entre si o que, por sua vez, não fica perceptível na relação entre os atores do Estado e os privados que atuam no mercado. É fato que a ação do Estado, enquanto política dos atores, muitas vezes funciona de maneira integrada e conjunta, mas ainda assim percebe-se que em termos de capacidade de atenção às demandas emergentes são os atores da Sociedade civil que via de regra primeiro se articulam ações junto aos territórios.

O segundo elemento se refere aos resultados das práticas dos atores mapeados. Fica evidente no decorrer deste capítulo em específico que os atores estão imbricados com aquilo que fora apontado na compreensão teórica sobre o que é o território. Concretamente os atores mapeados fazem parte do conflito gerador da territorialidade em questão. As maneiras como propõem, resistem e articulam suas ações – seja no sentido da garantia do direito à habitação, no sentido da remoção das ocupações, ou outros ainda – revela uma implicação concreta dos atores com esse espaço que, por eles, se territorializa.

Por fim, o terceiro aspecto versa sobre os campos de atuação dos atores. Majoritariamente situados no espectro da Sociedade civil eles se mostraram, ao longo do estudo, uma ampla frente de lutas e mobilizações enquanto organizações e instituições organizadas. Inegavelmente a CDHPF estabelece um protagonismo consistente e é um ator exemplar na mobilização de processos que propulsiona. Durante a pesquisa empírica pode-se perceber que muitos dos atores implicados com essas duas ocupações urbanas em específico também se congregam em torno de outras pautas, frentes e organizações. Isso revela, em alguma medida, que o que se passa nesses territórios em específico das ocupações estudadas é uma manifestação de algo maior que está associado à territorialidade de toda uma região, bem mais do que propriamente a escala local do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vias de conclusão do trabalho é pertinente que se tragam, para além dos resultados obtidos, as lacunas existentes que se apresentam como possibilidades de continuidade do estudo. Discutir temas complexos, como o território e a questão habitacional brasileira, é um exercício que demanda uma leitura ampla e horizontal dos processos geo-históricos, políticos, econômicos, socioculturais e ambientais que estruturam as condições desses temas tão caros para a sociedade brasileira. Para compreender as razões pelas quais uma extensa parte dos brasileiros vivem em condições precárias é preciso assimilar a racionalidade e os processos que produziram e sustentam essa situação. Essa pesquisa, ao tomar como tema a questão da territorialidade e dos usos do território dados pela ação relacional dos atores político-territoriais, toma para si o empenho de fazer um percurso de profundidade tal que seja capaz de apresentar, naquela porção de território estudada, uma maneira de se produzir o território, nesse caso implicado com a luta pela habitação.

O percurso feito, em termos de estado da arte – que em partes está sintetizado na fundamentação teórica desta dissertação – conferiu consistência e amplitude na percepção sobre os processos territoriais. O arcabouço teórico que sustenta esse estudo constitui um caminho de assimilação e interpretação da empiria e, nisso, se considera que os elementos e as abordagens dos referenciais tem constância e repercutem na leitura dos fatos e nas elaborações que a sucedem.

Ao regressar àquilo que essa pesquisa tomou como objetivo geral, isto é, o mapeamento dos atores político-territoriais implicados com a luta pela habitação nas duas ocupações em Passo Fundo, em suas múltiplas escalas de poder, a fim de compreender a territorialidade de que, relacionalmente, se constituem e seus usos políticos, se pode afirmar que o trabalho foi exitoso na medida em que deu conta de apresentar um número expressivo de atores provenientes das diferentes escalas e agrupados nas três categorias predefinidas.

A gama de atores mapeados, para além de configurar-se como um resultado positivo para o que o trabalho se propôs enquanto objetivo geral, também abriu possibilidades de interpretação e produção que contemplam os objetivos específicos, que são: I. Compreender as possíveis manifestações territoriais dessas duas ocupações; II. Verificar os registros de territorialidade e quais são as suas

principais características; III. Mapear os atores político-territoriais em suas escalas de poder; e IV. Agrupar os atores mapeados por segmentos, sendo eles: Estado, Sociedade Civil e atores privados. O panorama apresentado a partir dos resultados das entrevistas consiste em um exercício amplo de percepção e entendimento do objeto de estudo. Trata da apreensão das manifestações territoriais, isto é, da territorialidade em questão, bem como elucida as características dessas ações e oferece uma compreensão de que modo esses atores (organizações e instituições) se situam e articulam dentro do campo relacional do poder. Pode-se afirmar que o objetivo geral foi alcançado concomitantemente aos objetivos específicos.

O trabalho levantou dois pressupostos advindos de uma pesquisa anterior, a respeito de questões adjacentes ao tema desta dissertação. Os resultados obtidos com este estudo confirmam aquilo que fora elaborado por Rückert (1981) tanto no que se refere ao primeiro antecedente, de que a transferência de acumulação de capital gerado na agricultura, pelos grandes proprietários agrícolas, para as cidades, torna-se visível no mercado imobiliário urbano – seja pelo acesso a ele, ou pela impossibilidade de acessá-lo –, quanto no segundo pressuposto, de que os cinturões de pobreza, ou seja, os assentamentos precários (neste caso representados na forma de ocupações urbanas para fins de habitação), cresceram, se multiplicaram e complexificaram com o passar dos anos, seguindo um padrão de usos territoriais em espaços que não são, *a priori*, de interesse do mercado imobiliário.

A validação dos pressupostos também se expressa, pelo número de atores político-territoriais mapeados, na compreensão que se pôde obter dos recursos e das estratégias dos atores que integram o campo de disputa do poder nos territórios das ocupações Chácara Bela Vista e Valinhos II. O que foi apresentado da territorialidade dessas ocupações manifesta uma ação do movimento social como um ator que integra um conjunto de atores, advindos de diferentes segmentos e escalas, implicados na sobreposição de complexidades que são esses territórios e, mais amplamente, as questões territoriais e habitacionais brasileiras.

Ao que pese nas entrevistas ter aparecido uma identificação de algumas lideranças das ocupações estudadas com o MNLN, compreende-se que o Movimento não é o responsável pelo surgimento (do ponto de vista de um ator que mobiliza a organização de pessoas em ocupações). Desde o começo delas, conforme aparece nas entrevistas, o Movimento atua muito mais como um ator que estabelece vínculos com as ocupações do que como um ator determinante nos

processos. É indispensável que se apresente a importância que o MNLM tem, mas também é necessário destacar que outras forças políticas, outros atores político-territoriais, são determinantes para esse processo.³⁰

O primeiro objetivo específico se propunha a compreender as manifestações territoriais das ocupações estudadas e foi contemplado pela apresentação do processo geo-histórico em que elas se inserem, bem como pelo aprofundamento feito, através das entrevistas, da caracterização das áreas de estudo. O que se apresentou, através dos trechos das entrevistas, é um corpo vivo, são manifestações genuínas da territorialidade que se exerce nas ocupações e a partir delas. Prova do dinamismo destes territórios é a ampla rede local de atores com quem estabelecem relações e mantêm vínculos. O conjunto dos atores político-territoriais mapeados também responde ao segundo objetivo específico da pesquisa, que era justamente fazer a verificação dos registros de territorialidade e quais as suas principais características. A diversidade de natureza dos atores mapeados explicita uma face múltipla de organizações e instituições das mais variadas origens que se direcionam e se empenham, através desses territórios, com a luta pela habitação.

Também através da pesquisa empírica se pôde realizar o que se definiu como o terceiro objetivo específico, que era justamente mapear os atores nas suas escalas de poder. Evidentemente que se outros critérios tivessem sido adotados e que se essa pesquisa tivesse condições de recursos humanos e temporais para entrevistar atores que foram citados somente uma vez, por exemplo, ou ainda, se fosse possível entrevistar todos os atores mencionados de todas as escalas, certamente os resultados obtidos seriam quantitativamente maiores. No entanto, o número de atores mapeados em suas respectivas escalas de poder, a partir dos critérios adotados neste estudo, também conferem validade ao objetivo em questão, dadas as devidas proporções. Por fim, o quarto e último objetivo específico, que era o exercício de agrupar por segmentos os atores mapeados em cada escala, também foi alcançado na medida em que todos os segmentos tiveram atores mapeados em, no mínimo, uma escala. Com exceção da escala internacional, onde se mapearam somente dois atores da Sociedade civil, nas demais escalas os três segmentos tem atores neles situados. Desse modo, tendo cumprido com os objetivos específicos, se

³⁰ Como é o caso da CDHPF, mencionada em absolutamente todas as entrevistas feitas para esse estudo.

pode seguramente afirmar que a pesquisa alcançou o objetivo geral a que se propôs.

Em termos de entendimentos próprios a respeito dos conceitos tratados e de como esse estudo contribui para a assimilação deles vale mencionar que a pesquisa empírica foi determinante para a compreensão prática, dada pela materialidade dos territórios, daquilo que teoricamente foi sendo assimilado nos estudos que geraram esta dissertação. Certamente as elaborações feitas com esse estudo a respeito das questões territoriais serão o combustível para a continuidade dos estudos em outras frentes.

Ainda no que se refere a apreensão própria a respeito das técnicas de pesquisa utilizadas e, especificamente sobre o uso das escalas geográficas como um recurso metodológico, avalia-se que o resultado foi satisfatório. Obviamente que a dificuldade de acesso à bibliografias (sobretudo francesas) que tratam desse assunto se tornou, em algum momento, uma lacuna para assimilar mais informações acerca da abordagem utilizada. Ainda assim, ao final, sente-se que a testagem feita através do estudo também oferece pistas para o aperfeiçoamento desse recurso metodológico em construção.

Nesse momento também cabe uma avaliação crítica da própria dissertação, da qual se podem destacar lacunas que, mais do que limites, sinalizam possibilidades de continuidade e aperfeiçoamento futuro do estudo.

Um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à nomenclatura (e de alguma maneira à epistemologia) de alguns termos utilizados. Não se chegou a uma definição elaborada e se considera importante, na continuidade, aprofundar alguns termos, como no caso de habitação – moradia e ocupação – invasão. São terminologias de base e que sustentam discussões filosóficas nas quais esse estudo não se propôs, neste momento, adentrar.

Uma outra questão trata da compreensão das escalas geográficas como um recurso metodológico. É verdade que ao longo do estudo houve um itinerário de leituras que deram conta de assimilar o momento em que essa discussão se encontra, entretanto, se considera que esse trabalho em si não tem condições e nem atribuições de dar respostas diretamente a este debate que é extensivamente mais amplo e complexo. Indiretamente, é claro, a aplicação das escalas como um procedimento metodológico nesta pesquisa poderá oportunamente contribuir com a produção do conhecimento nesta seara.

O terceiro elemento que se julga oportuno destacar se refere a construção de uma base de dados pública e acessível a respeito da empiria tratada. Como fica evidente ao longo do texto, a pesquisa se insere num contexto de escassez e precariedade de dados oficiais a respeito das ocupações urbanas de luta pela habitação no município de Passo Fundo. Ainda que existam trabalhos que tratem dessas questões, identifica-se que não há uma sistematização e nem um armazenamento desses dados de forma que aquilo que não se encontra pelo estado da arte da pesquisa, dificilmente será encontrado. A falta de uma plataforma que possa ser alimentada com informações sistematizadas consiste em uma lacuna na qual esse trabalho também se insere. Na continuidade desse estudo uma demanda que se apresenta é a de mapear ao menos as ocupações conhecidas e mencionadas nas entrevistas e fazer uma análise do espaço intra-urbano de Passo Fundo confrontado com esse mapeamento.

Ainda no que se refere aos dados da pesquisa uma outra lacuna diz respeito a impossibilidade (por falta de recursos humanos e temporais) de se fazer como que um cadastro das condições socioeconômicas das famílias das ocupações. No caso específico da Chácara Bela Vista e da Valinhos II se trataria muito mais de atualizar registros já existentes, o que permitiria um estudo mais aprofundado no que concerne aos impactos da pandemia da COVID-19 nestes territórios. E ainda, um outro elemento que se poderia ter em conta ao fazer um levantamento mais abrangente das ocupações seria o da produção habitacional das ocupações, isto é, se são auto produzidas, ou construídas por mutirão, ou via remuneração, com ou sem assistência técnica, enfim, com muitos aspectos sobre as condições de habitabilidade.

O quinto assunto a se destacar sobre as possibilidades de continuidade desta pesquisa de dissertação trata de um exercício, com base nos dados aqui apresentados, de aprofundamento do mapeamento de atores. Pelos critérios tomados neste estudo somente foram mapeados atores mencionados na pesquisa empírica, contudo, a partir desses atores político-territoriais mapeados é possível que se faça um levantamento de como eles são estruturados e se inserem nas diferentes escalas de poder. Por exemplo, um ator mencionado é a Cáritas da Arquidiocese de Passo Fundo que tem uma inserção na escala local, na mesma medida em que é uma organização vinculada à instituição Igreja Católica Apostólica Romana que se organiza nas escalas regional, nacional, continental e internacional.

Esse exercício de ampliação da rede de atores com base nos mencionados pela pesquisa poderá apresentar um conjunto de atores mais numeroso, relacional e espraído entre as escalas.

Ainda, outro aspecto que poderá ser mais aprofundado é a história do MNLM em Passo Fundo. Lamentavelmente, por motivos de ordem pessoal, a liderança mais antiga do movimento não pôde ser entrevistada. Esse fato, embora não tenha comprometido a compreensão da ação do movimento nestes territórios, empobrece a dimensão da caracterização geo-histórica da organização social. Embora isso não possa ter ocorrido até o presente momento, seguirá sendo um indicativo de trabalho para a continuidade da pesquisa essa sistematização da história do movimento em Passo Fundo, a exemplo do que se pode encontrar em trabalhos acadêmicos que tratam do MNLM em Santa Maria/RS e no Rio Grande do Sul de um modo geral.

Enfim, pode-se dizer que este é um trabalho que recorreu à parte para lançar uma interpretação do todo. A cidade, enquanto campo de disputa do poder, portanto, superfície exímia das relações e dos conflitos, está apresentada aqui como o espaço vivido do poder que produz, com a ação dos atores político-territoriais, o território. Mas não apenas produz como retroalimenta uma disputa permanente para continuar operando a manutenção do poder construído. É, por assim dizer, um conflito dado e renovado no cotidiano.

É verdade que essas nuances da disputa pela cidade muitas vezes são camufladas e que boa parte os setores das comunicações (mídias, publicidade e *marketing*), cumprem esse papel na dissimulação da realidade das cidades e na construção da sua representação destacando os espaços de distinção e, por assim dizer, essa representação da cidade acaba como que encobrendo a realidade científica e empiricamente averiguável. Não raramente esses setores levam uma ficção à população, de modo que o que se faz pontualmente é apresentado como que em uma proporção muitas vezes maior. Dessa maneira o espaço urbano é meramente tratado como um cenário para as relações sociais, e de forma mais profunda esse modo de representação serve para sustentar a dominação econômica e ideológica.

Dada a importância que a imagem recebe nesta condição pós-moderna, a representação dos territórios é um mecanismo de poder que está permanentemente em disputa e é nesse campo que esta pesquisa se insere. Por fim, cabe dizer que esta dissertação é também uma tentativa de contribuir com a apresentação

sistematizada desta porção territorial da cidade real e, mais do que isso, de desmanchar consensos da cidade do pensamento único. Quer ser, enfim, mais um sopro dissipador da névoa que, insistente e brutalmente, teima em cobrir e assim dominar pelas vias da exclusão, da espoliação e da precarização.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 2007. 353 p. Título original: The human condition. ISBN: 85-218-0255-2.

BECKER, Bertha Koiffmann. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. *In*: BECKER, Bertha Koiffmann; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen Beatriz. (org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, v. 2. 1318 p. Título original: Dizionario di política. ISBN: 978-85-230-0310-4.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 24. ed. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2020, 255 p. Título original: Stato, governo, società. Frammenti di un dizionario politico. ISBN: 978-85-7753-365-7.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7. ed. São Paulo/SP: Estação Liberdade: Fapesp, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 18. ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2018. p. 117-140.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 7. ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2019.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo/SP: Boitempo, 2006. 272 p. Título original: Planet of slums. ISBN: 978-85-7559-087-4.

DALMORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. (org.). **Urbanização, exclusão e resistência**: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: EdUPF, 1998.

DEFARGES, Philippe Moreau. **L'ordre mondial**. Paris: Armand Colin, 1998.

FERRETTO, Diego. **Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas**: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19122018-172558/pt-br.php>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro/RJ: Edições Graal, 1988. 149 p. Título original: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. CDU: 577.8(091)77-0459577.8.001.

GRUPO DE APOIO A MOVIMENTO E ORGANIZAÇÕES POPULARES. **Perfil, condições e perspectivas dos moradores da ocupação II Valinhos**. Relatório de pesquisa. Passo Fundo, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2014.

GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, Ago. 1975. DOI: <https://doi.org/10.1177/053901847501400302>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901847501400302>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados: Passo Fundo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/passo-fundo.html>. Acesso em: 30 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, 2020a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola: lavoura temporária, 2020b**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2021.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOREIRA, Denise. **Ocupações urbanas em cidades de médio porte**. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2018.

OLIVEIRA, Fabiana Aguiar de. **Entre rebeldia e conformismo**: a luta do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) pelo acesso à moradia no Rio Grande do Sul. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do município de Passo Fundo**: aspectos históricos. Passo Fundo: Ediupf, 1990, v. 2.

PÁDUA, Juliana Lang. **Favelização na cidade média do agronegócio**: disputa pela terra no núcleo pioneiro da sojicultura. 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214174>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PASSO FUNDO. Lei Complementar nº 170, de 09 de outubro de 2006. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Disponível em: http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/multimedia/lei_170_06.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

PASSO FUNDO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Elaborado por: LATUS Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projeto LTDA. Disponível em: https://www.pmpf.rs.gov.br/secretaria-de-planejamento/wp-content/uploads/sites/52/2021/12/PLHIS_PASSO_FUNDO.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

RACINE, Jean-Bertrand; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, Victor. Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo/SP: Ática, 1993. 269 p. Título original: Pour une géographie du pouvoir. ISBN 85-08-04290-6.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. Munique: Oldenbourg, 1897.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/edicao>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RODIGHERI, Marissandra. GEHM, Eduardo. BITENCOURT, Luciane Rodrigues de. As transformações espaciais do território do município de Passo Fundo - 1857 - 1992. In: SILVA, Ana Maria Radaelli da; TEDESCO, João Carlos; BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; FIOREZE, Zélia Guareschi. (org.). **Estudos de geografia regional**: o urbano, o rural e o rurbano na região de Passo Fundo. Passo Fundo: Edupf, 2004.

RODRIGUES, Evaniza; BARBOSA, Benedito Roberto. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. *In*: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo/SP: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/PULICCOMPLETAPORT_alt.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo/SP: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2019.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique et géopolitique**. Une grammaire de l'espace politique. 2. ed. Paris: Ellipses, 2007.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. As pequenas cidades coloniais no norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 9, n. 1, p. 25 - 32. Mai. 1981. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/39729>. Acesso em: 20 set. 2022.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Movimentos sociais de bairro e de cidadania em São Paulo**: um ensaio preliminar. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1986. (Não publicado).

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **A trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827/1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Metamorfoses do território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Processos de transfronteirizações e regiões transfronteiriças na União Europeia e no Mercosul**. Quais perspectivas para políticas territoriais em cenários pessimistas de integração? Porto Alegre: UFRGS/CNPq, 2021. (não publicado).

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMBO, Anelise Graciele. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. **Confins**, v. 8, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.6370>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6370>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCOTT, William Richard. **Institutions and organizations**: ideas, interests and identities. 4. ed. California: SAGE Publications, 2013.

SPINELLI, Juçara. **Mercado imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo, RS**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128037>. Acesso em: 15 dez. 2022.

VASCONCELLOS, Carla Portal. **As políticas públicas de habitação e o território: análise do Programa Minha Casa, Minha Vida nos municípios de Carazinho, Marau e Passo Fundo/RS**. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132109>. Acesso em: 28 ago. 2022.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos/às habitantes nas ocupações

1. Em que ano você passou a morar na ocupação?
2. Onde morava antes de estabelecer a ocupação como local de moradia? Era em imóvel próprio ou alugado?
3. Como é a vinculação da ocupação onde reside com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)?
4. Como é a organização do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)?
5. Como é o vínculo com outras ocupações de Passo Fundo? E de fora do município?
6. Quem são os parceiros da ocupação na sociedade civil?
7. Quem são os parceiros da ocupação nos aspectos técnicos (jurídicos, urbanísticos, financeiros...) e emergenciais (falta de abastecimento de luz, de água, em melhorias na infraestrutura geral, em fornecimento de cestas básicas, materiais de saúde e outros artigos de uso pessoal)?
8. Quem dá apoio político à ocupação (partidos, legislativo, executivo...)?
9. Quais são as instituições e/ou organizações (de ensino, religiosas, civis, financeiras...) que dão suporte à ocupação?
10. No âmbito do Estado (câmara de vereadores, secretarias, gabinetes...) a quem se direcionam nos momentos de necessidades?
11. Quais os setores do mercado imobiliário estabelecem algum tipo de relação de cooperação ou de conflito com as ocupações?
12. Como é a relação com os proprietários da terra ocupada?
13. Abertura para tratar de temas não contemplados pelo questionário.

**APÊNDICE B – Questionário aplicado aos/às não habitantes nas
ocupações**

1. A partir de que momento passou a estabelecer interlocuções com as ocupações Valinhos II e/ou Bela Vista?
2. Através de qual vínculo estabelece relação com as ocupações (sociedade civil, Estado ou mercado)?
3. Como se dá a relação que tem com as ocupações?
4. Quem são os atores da sociedade civil que estabelecem relações com as ocupações Valinhos II e/ou Bela Vista?
5. Com quais atores do Estado as ocupações Valinhos II e/ou Bela Vista têm interlocuções?
6. Quais setores do mercado estabelecem vínculos com as ocupações Valinhos II e/ou Bela Vista?
7. Abertura para tratar de temas não contemplados pelo questionário.

APÊNDICE C – Fotografias da ocupação Chácara Bela Vista



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Giovanna Copetti Goi, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Demian França.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Demian França.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Demian França.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Demian França.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Giovanna Copetti Goi.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: Giovanna Copetti Goi.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.

APÊNDICE D – Fotografias da ocupação Valinhos II



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Colaboração: NADUC/UPF – Luiz Eduardo Lupatini.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.



Fonte: Trabalho de campo. Autoria própria, 2022.